

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação.

Ricardo Barbosa de Castro

**Alterações curriculares no curso técnico de nível médio em Informática de uma
ETEC: implicações para gestores e docentes**

ARARAQUARA - SP
2025

Ricardo Barbosa de Castro

**Alterações curriculares no curso técnico de nível médio em Informática de uma
ETEC: implicações para gestores e docentes**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação.

Linha de pesquisa: Gestão Educacional.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Maria Falsarella

ARARAQUARA - SP
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

C353a Castro, Ricardo Barbosa de

Alterações curriculares no curso técnico de nível médio em informática em uma ETEC: implicações para gestores e docentes/ Ricardo Barbosa de Castro. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2025.

191f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação - Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Profa. Dra. Ana Maria Falsarella

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Ensino médio integrado ao Técnico (M-Tec). 3. Gestão e formação docente. 4. Matrizes Curriculares. 5. BNCC. 6. Novo Ensino médio. I. Título.

CDU 370

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CASTRO, Ricardo Barbosa. Alterações curriculares no curso técnico de nível médio em informática em uma ETEC: implicações para gestores e docentes, ano 2025. Número de folhas 189. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara-SP.

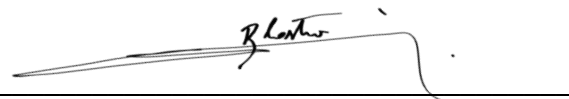
ATESTADO DE AUTORIA E CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: Ricardo Barbosa de Castro

TÍTULO DO TRABALHO: Alterações curriculares no curso técnico de nível médio em informática em uma ETEC: implicações para gestores e docentes

TIPO DO TRABALHO/ANO: Dissertação / ano 2025

Conforme LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998, o autor declara ser integralmente responsável pelo conteúdo desta dissertação e concede a Universidade de Araraquara permissão para reproduzi-la, bem como emprestá-la ou ainda vender cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a sua autorização.



Ricardo Barbosa de Castro
rbdcastro@uniara.edu.br



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO,
GESTÃO E INOVAÇÃO, ÁREA DE EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA – para obtenção do título de Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação.

Área de Concentração: Educação e Ciências Sociais.

Nome do autor: Ricardo Barbosa de Castro.

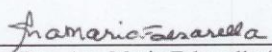
Código de aluno: 15023-004

Data: 13 de março de 2025

Título do Trabalho: "Alterações curriculares no curso técnico de nível médio em Informática de uma ETEC: implicações para gestores e docentes" .

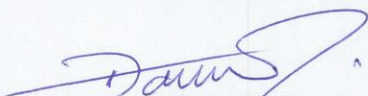
Assinaturas dos Examinadores:

Conceito:



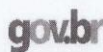
Prof. Dra. Ana Maria Falsarella (orientadora)
Universidade de Araraquara/UNIARA

(X)Aprovado () Reprovado



Prof. Dr. Darwin Ianuskiewtz
Universidade de Araraquara/UNIARA

(X)Aprovado () Reprovado

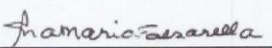


MARIA DE FÁTIMA RAMOS DE ANDRADE
Data: 26/05/2025 17:09:30 -0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dra. Maria de Fátima Ramos de Andrade
Universidade Municipal de São Caetano do Sul/USCS

(X)Aprovado () Reprovado

Versão definitiva revisada pela orientadora em: 13/05/2025.



Prof. Dra. Ana Maria Falsarella (orientadora)

A minha mãe, Maria, pelo incentivo incansável, sabedoria e direcionamento necessário à realização desta dissertação.

Ao meu pai, Luiz (in memoriam), pelo exemplo, caráter e dignidade humana a mim transmitidos.

Ao meu filho, Luís Guilherme, fonte de inspiração ao enfrentamento dos desafios pessoais e profissionais, a quem pretendo deixar o legado da cultura e sabedoria.

Ao meu irmão, Rogério, que mesmo à distância, me fortalecia diante das adversidades.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida.

À Professora Ana Maria Falsarella, minha grande orientadora, regente intelectual, pela atenção, direcionamento, análises, correções e sugestões relevantes que tanto contribuíram para a realização desta pesquisa. Jamais deixarei de honrar a sua sabedoria e tudo o que transmitiu.

À minha família e às pessoas que eu amo e compartilho o êxito desta pesquisa. Pelo carinho, paciência e compreensão nos momentos de dificuldade e ausência.

Aos meus amigos Rogério Pizii, Gustavo Morande e Samuel Trindade pela parceria ao longo desta trajetória de pesquisa. E a minha querida e irreverente turma 10 que deixará profunda saudade em meu coração.

“O melhor da vida é o passado, o presente e o futuro”.
Pier Paolo Pasolini

RESUMO

O tema desta pesquisa são as mudanças curriculares no curso de Informática de uma Escola Técnica (Etec) de nível médio (M-Tec) do estado de São Paulo. Tem por objetivo principal analisar a reorganização curricular promovida pelo Novo Ensino Médio (NEM) (Brasil, 2017) em conjunto com a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) (Brasil, 2018) no que tange à proposta dos itinerários formativos e suas repercussões na atuação dos gestores escolares e dos professores. São objetivos secundários examinar: (a) a formação dos professores da Base Comum Curricular e a dos professores da Área Técnica do curso de Informática; (b) o processo de integração das modalidades de ensino; (c) a participação da gestão escolar nas ações integradoras propostas no Plano Escolar, no Projeto Político Pedagógico e no Plano Plurianual de Gestão. A pesquisa se justifica porque as mudanças curriculares no Ensino Médio são recorrentes, sendo que as recentes têm gerado polêmicas e poucas pesquisas sobre o tema foram encontradas. Inicialmente, o apoio teórico tomou por base os escritos do Prof. José Mário Pires Azanha, mas outros autores, tais como Paulo Freire e José Carlos Libâneo foram igualmente consultados. Por suposto, a legislação pertinente foi devidamente explorada. Quanto à metodologia foi desenvolvida uma pesquisa documental em uma Escola Técnica (ETEC) do Estado de São Paulo, vinculada ao Centro Paula Souza (CPS), tomando-se o Curso de Informática do Ensino Médio Integrado ao Técnico (M-Tec) e os Itinerários Formativos como foco do estudo. Como recorte temporal, tomou-se como referencial, o período de 1998 a 2024 para a realização do estudo longitudinal sobre matrizes curriculares no curso de informática da Etec. O percurso de análise documental das matrizes fez uma intersecção entre as ações escolares e as mudanças provocadas pelas Leis no contexto pedagógico e político do Ensino Médio e Técnico em um período de 26 anos. Foram examinados os seguintes documentos: Matrizes Curriculares, Plano Plurianual de Gestão, Projeto Político Pedagógico e Catálogo de Requisitos do Centro Paula Souza. Como conclusões destaca-se que as mudanças curriculares geram desafios significativos para gestores e professores; daí a importância de fortalecer a formação continuada dos professores, de ampliar a comunicação entre estes e os gestores e de adaptar o currículo às necessidades da escola e das áreas profissionalizantes. Espera-se como resultado guiar e estruturar as ações e atividades na Unidade Escolar, fornecer diretrizes para o alcance de metas educacionais e de gestão, promover a transparência e facilitar o acompanhamento e avaliação das ações planejadas. Outrossim, espera-se que o trabalho contribua para a ampliação de estudos acadêmicos sobre repercussões de mudanças curriculares no cotidiano escolar. Como produto foi elaborada uma proposta de intervenção a qual será apresentada à equipe escolar.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Ensino Médio Integrado ao Técnico (M-Tec). Gestão e formação docente. Matrizes Curriculares. BNCC e Novo Ensino Médio.

ABSTRACT

The theme of this research is curricular changes in the IT course at a secondary-level Technical School (Etec) (M-Tec) in the state of São Paulo. Its main objective is to analyze the curricular reorganization promoted by the New Secondary Education (NEM) (Brazil, 2017) in conjunction with the National Common Curricular Base for Secondary Education (BNCC-EM) (Brazil, 2018) with regard to the proposal of training itineraries and their repercussions on the performance of school managers and teachers. The secondary objectives are to examine: (a) the training of teachers in the Common Curricular Base and that of teachers in the Technical Area of the IT course; (b) the process of integrating teaching modalities; (c) the participation of school management in the integrative actions proposed in the School Plan, the Pedagogical Political Project and the Multi-Year Management Plan. The research is justified because curricular changes in high school are recurrent, and recent ones have generated controversy and little research on the topic has been found. Initially, the theoretical support was based on the writings of Prof. José Mário Pires Azanha, but other authors, such as Paulo Freire and José Carlos Libâneo were also consulted. By all means, the relevant legislation was duly explored. Regarding the methodology, documentary research was carried out in a Technical School (ETEC) in the State of São Paulo, linked to the Paula Souza Center (CPS), taking the Computer Science Courses in High School Integrated to the Technical School (M-Tec) and Training Itineraries as the focus of the study. As a time frame, the period from 1998 to 2024 was taken as a reference to carry out the longitudinal study on curricular matrices in the IT course at Etec. The documentary analysis of the matrices made an intersection between school actions and the changes brought about by Laws in the pedagogical and political context of Secondary and Technical Education over a period of 26 years. The following documents were examined: Curricular Matrices, Multi-Year Management Plan, Pedagogical Political Project and Requirements Catalog of the Paula Souza Center. The conclusions highlight that curricular changes generate significant challenges for managers and teachers; hence the importance of strengthening teachers' ongoing training, expanding communication between teachers and managers and adapting the curriculum to the needs of the school and professional areas. The result is expected to guide and structure actions and activities in the School Unit, provide guidelines for achieving educational and management goals, promote transparency and facilitate the monitoring and evaluation of planned actions. Furthermore, it is expected that the work will contribute to the expansion of academic studies on the repercussions of curricular changes in everyday school life. As a product, an intervention proposal was developed and presented to the school team.

Keywords: Professional and Technological Education. High School Integrated with Technician (M-Tec). Management and teacher training. Curricular Matrices. BNCC and New Secondary Education

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Estrutura organizacional do CPS.....	33
Figura 2	Estrutura Organizacional da Escola.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Trabalhos seleccionados no levantamento bibliográfico.....	41
Quadro 2	Síntese dos quadros comparativos das Matrizes Curriculares.....	89
Quadro 3	Síntese dos quadros de processos seletivos e concursos públicos.....	103
Quadro 4	Síntese formações pedagógicas dos docentes indeterminados e determinados...	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

APM – Associação de Pais e Mestres

BNC – Base Nacional Comum

BNCC-EM – Base Nacional Comum Curricular da Educação Média

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBTA – Congresso Brasileiro de Treinamento e Desenvolvimento

CEE – Conselho Estadual de Educação

CEET – Centro Estadual de Educação Tecnológica

CETEC – Centro de Educação Tecnológica

CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

CF – Constituição Federal

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNE/CEB – Conselho Nacional de Educação / Câmara da Educação Básica

CNE/CP – Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Profissional

CONDPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

CONSIP – Conselho de Supervisão dos Institutos de Previdência

COVID – COronaVirus Disease 2019 - SARS-CoV-2 (COVID-19)

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

DOE-SP – Diário Oficial do Estado de São Paulo

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

EaD – Educação a Distância

EBC – Empresa Brasil de Comunicação

EE – Escola Estadual

EESG – Escola Estadual de Segundo Grau

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EM – Ensino Médio

EMPTI – Ensino Médio com Habilitação Profissional Técnica em Informática (EMPTI)

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

ETEC – Escola Técnica Estadual

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FATEC – Faculdade de Tecnologia

FP – Formação Pedagógica

GFAC – Grupo de Formação Acadêmica e Científica

ICT – Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação

ICETESP – Instituto Cultural e Educacional do Estado de São Paulo

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

LDB/LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

M-TEC – Modalidade de Educação Técnica

NEM – Novo Ensino Médio

ONG – Organização Não Governamental

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PCNEM – Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio

PNE – Plano Nacional de Educação

PNEDH PUC-SP – Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos da PUC-SP

PPG – Plano Plurianual de Gestão

PPP – Projeto Político-Pedagógico

PSS – Processo Seletivo Simplificado

PTD – Plano de Trabalho Docente

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica- São Paulo

SARESP – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

SciELO – Scientific Electronic Library Online

SE – Secretaria de Educação

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIARA – Centro Universitário de Araraquara

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNICEP – Centro Universitário Central Paulista

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
1 INTRODUÇÃO.....	19
1.1 Justificativa	21
1.2 Problema e perguntas de pesquisa.....	22
1.3 Hipóteses.....	23
1.4 Objetivos.....	23
1.4.1 Objetivo geral.....	23
1.4.2 Objetivos específicos.....	23
1.5 Desenho metodológico	24
1.6 Garantias éticas.....	25
1.7 Produto esperado.....	25
2 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO, DA ESCOLA E DOS CURSOS.....	26
2.1 Educação Profissional e Tecnológica.....	26
2.2 Ensino Técnico e Ensino Médio.....	29
2.3 O Centro Paula Souza.....	31
2.3.1 O Centro Paula Souza e a educação técnica no estado de São Paulo.....	31
2.3.2 Estrutura organizacional do CPS, oferta, parcerias e articulações.....	33
2.4 A ETEC pesquisada.....	34
2.4.1 Estrutura Organizacional da Escola	36
2.4.2 O curso Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Informática.....	38
3 REVISÃO DA LITERATURA.....	40
3.1 Mapeamento bibliográfico inicial.....	40
3.2 Apoio Teórico.....	45
3.3 Práticas do gestor na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	49
3.3.1 Autonomia relativa do gestor.....	50
3.3.2 Gestão na EPT e mercado de trabalho	52
3.3.3 A Gestão escolar e papel do diretor	53
3.3.4 Educação em Direitos Humanos (EDH) e Gestão Democrática	55
3.3.5 Gestão e EPT: formação profissional ou acadêmica?	59
3.3.6. Gestão, infraestrutura e recursos materiais	60
3.4 Os Temas Transversais na Educação Profissional e Tecnológica	64
4 APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	70
4.1 Matrizes Curriculares do Ensino Médio da ETEC	70
4.2 Matrizes Curriculares do Eixo de Comunicação: Médio/Técnico em Informática.....	82
4.3 Matrizes Curriculares do Novo Ensino Médio e Itinerário Formativo.....	87
4.4 Síntese dos Quadros Comparativos das Matrizes Curriculares	89

4.5 Análises dos Processos Seletivos Simplificados (PSS) da ETEC.....	96
4.6 Concursos Públicos da ETEC	101
4.7 Síntese dos Quadros dos Processos Seletivos e Concursos Públicos	103
4.8 Formações Pedagógicas dos Docentes Indeterminados e Determinados	105
4.9 Síntese dos Quadros de Formações Pedagógicas dos Docentes Indeterminados e Determinados.....	107
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE	
Apêndice 1- Roteiro para análise documental.....	123
Apêndice 2- Legislação sobre Educação profissional.....	124
Apêndice 3- Matrizes Curriculares EM profissionalizante – quadros A1 a A23.....	126
Apêndice 4- Matrizes Curriculares Área de Informática – quadros B1 a B11.....	134
Apêndice 5- Matrizes Curriculares EM (Núcleo Comum) – quadros C1 a C10.....	140
Apêndice 6- Processos Seletivos Simplificados (PSS) Eixo Comunicação – quadros D1 a D6.....	146
Apêndice 7- Processos Seletivos Simplificados (PSS) Eixo Gestão – quadros E1 a E6.....	151
Apêndice 8- Processos Seletivos Simplificados (PSS) BNCC – quadros F1 a F6.....	155
Apêndice 9- Análise de Concurso Público (CP) BNCC – quadros G1 e G2.....	163
Apêndice 10- Análise de Concurso Público (CP) Eixo Gestão – quadros H1 e H2.....	164
Apêndice 11- Formação Pedagógica dos Docentes Indeterminados e Determinados.....	165
Apêndice 12- Proposta de Intervenção Gestora.....	182

APRESENTAÇÃO

Dou início a este trabalho apresentando um memorial de minha trajetória profissional vinculada a minha formação acadêmica.

Memorial

Embora minha formação inicial seja de bacharel em Ciências Jurídicas, minha atuação profissional tem se desenvolvido na área da Educação, o que me levou a concluir licenciaturas em Letras e em Pedagogia, além de cursos de especializações e de extensão universitária na área da Educação¹.

Iniciei minha carreira docente em agosto de 1995, quando ainda era estudante de Direito, na Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) como professor eventual de Ensino Fundamental e Médio em várias escolas, função que exerci até janeiro de 2005. Concomitantemente, atuei como Professor de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Prefeitura de Rio Claro, SP. Desta época, guardo recordações que demarcaram minha trajetória docente. Foi quando tive os primeiros contatos com as concepções de Paulo Freire sobre uma Educação pautada na prática da liberdade, na responsabilidade e na emancipação do sujeito por meio de consciência reflexiva. Elas tinham proximidade com os ideais de justiça e democracia com os quais eu tinha contato no curso de Direito. A visão de Educação de Paulo Freire me atraiu ao remeter à construção da criticidade e da consciência social perante o ato de educar.

Também, no período de fevereiro de 2002 a agosto de 2008, fui docente no Colégio Objetivo de Rio Claro, sendo esta minha primeira experiência na rede particular. Atuei nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Literatura para o Ensino Médio e no curso pré-vestibular. Logo nas primeiras reuniões de planejamento notei as diferenças entre o ensino público e o privado, as vantagens e desvantagens no que se refere a autonomia, metodologias, processos de ensino e ações pedagógicas. As cobranças por resultados eram constantes, devido ao fato de o Colégio pertencer a uma empresa educacional voltada ao atendimento de camadas

¹ Sou Bacharel em Ciências Jurídicas pela Universidade Metodista de Piracicaba (1998). Possuo Licenciatura Plena em Língua Portuguesa pelas Faculdades Integradas Maria Imaculada de Mogi Guaçu (1999); Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Pinhais (2011); Licenciatura em Letras - Português/Inglês pela Faculdade Integrada de Araguatins (2020); Licenciatura em Letras - Português/Espanhol pelo Centro Universitário de Araras (2022). Pós-graduação, lato-sensu, Especialização em Análise do Discurso, pela PUC- Campinas (2001); lato-sensu em Educação, Especialização em Educação Profissional e Tecnológica, pela Faculdade de Educação São Luís. Curso de Extensão Cultural – Atualização – Programa Gestão Escolar e Tecnologias: Formação de Gestores para o uso de novas tecnologias pela PUC – São Paulo (2009).

sociais mais favorecidas que competia com grupos semelhantes na obtenção de resultados para fins mercadológicos na cidade e região.

Atualmente, exerço, desde fevereiro de 2021, a função de Diretor de Escola na ETEC Professor Armando Bayeux da Silva, em Rio Claro. Ingressei no Centro Paula Souza como professor indeterminado (efetivo) de Ensino Médio e Técnico por meio de concurso público em 02/02/2000. Lecionei Língua Portuguesa, Literatura e Produção de Textos na mesma Unidade Escolar durante 21 anos. Simultaneamente ao exercício docente, fui Coordenador Pedagógico, por meio de concurso interno, e Coordenador de Ensino Médio, por eleição interna. No exercício da docência, coordenação e gestão escolar, foram várias minhas participações em capacitações profissionais, cursos em nível de aprimoramento e aperfeiçoamento aos projetos ligados ao Centro Paula Souza²

Com o passar dos anos, enquanto exercia atividades de professor e coordenador, fui observando mudanças nos posicionamentos dos membros da comunidade escolar sobre a função da escola técnica com formação de nível médio e técnico profissionalizante. Mudanças nas metodologias de ensino e nas matrizes curriculares que alteraram o modo de agir de gestores, professores e alunos, dentro e fora da sala de aula, em relação ao planejamento e ao desenvolvimento de estratégias para que os alunos atingissem as competências propostas para cada curso, tanto as obrigatórias quanto outras não previstas, mas que, por pressão social, acabavam sendo inseridas e desenvolvidas. Em um plano paralelo ao não oficial, observei a formação de uma espécie de dualismo entre o ensino médio tradicional e o ensino médio profissionalizante.

O dualismo causava impacto no planejamento docente e no desenvolvimento dos componentes curriculares, principalmente os voltados ao ensino propedêutico, os quais foram ganhando destaque. Estas observações, levaram-me a refletir sobre o seguinte ponto: “Como pode uma Escola Técnica, vinculada ao Ensino Profissional e Tecnológico, promover ações e metodologias que priorizam resultados e aprovações em instituições superiores de ensino e em *rankings* do ENEM, SARESP e Prova Brasil?”

Tal situação ressoa como um contrassenso diante das diretrizes do ensino profissionalizante: a ETEC passava a ser reconhecida como uma escola estadual preparatória para os vestibulares, uma opção atrativa ao ingresso em instituições superiores públicas. Assim,

² Programa de Avaliação Institucional e de Desenvolvimento de Competências e Habilidades; Desenvolvimento de Competências Socioemocionais, Gestão Escolar; Práticas Inovadoras na Educação Contemporânea, Observatório Escolar, elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano Plurianual de Gestão (PPG), Comissões de Vestibulinho, bancas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Associação de Pais e Mestres (APM).

o fato de os alunos passarem na seleção realizada por meio do Vestibulinho da ETEC gerava expectativas de ensino e aprendizagem tradicionais e voltadas ao ingresso no ensino superior, não só nos próprios alunos, mas também em pais e membros externos da escola. Essas expectativas se tornaram uma espécie de credencial para cobrar dos professores práticas e metodologias formais de desenvolvimento do conteúdo das diferentes disciplinas, com o objetivo de alinhar e contemplar temas privilegiados nos vestibulares das grandes universidades públicas, alimentando uma rede de informação e competição entre escolas públicas e privadas, para ao final “premiar as mais eficientes” com publicações e reportagens em jornais locais, rádio, televisão e redes sociais. O fato gerava e continua gerando pressão institucional sobre gestores e professores.

Paralelamente ao meu trabalho na ETEC, fui professor de Ensino Superior³ durante 15 anos (de 2008 a 2023) no Centro Universitário Central Paulista (UNICEP), instituição onde lecionei disciplinas da área do Direito, minha formação superior inicial. A formação em Direito foi essencial para aperfeiçoar minha condição de educador, na organização de trabalhos teóricos, na postura democrática dentro da escola, na compreensão da função social da escola, enfim, em minhas reflexões teóricas e ações práticas na realidade escolar, considerando a legislação e a aplicação de princípios educacionais básicos dentro e fora da sala de aula.

No início dos anos 2000, na Educação Tecnológica de nível superior, surgiram cursos de curta duração, modalidade na qual atuei na Faculdade CBTA de Rio Claro (Centro Brasileiro de Tecnologia Aplicada), entre fevereiro de 2003 a dezembro de 2010. Eram cursos superiores de curta duração (de dois a três anos), de baixo custo, voltados ao ingresso rápido no mercado de trabalho, com formação centrada nas práticas das áreas tecnológicas, mais acessíveis a diversos setores da população que buscavam se integrar à economia formal e informal. Na época, era uma tendência inovadora que flexibilizava o ingresso ao ensino superior⁴.

Essas experiências no ensino público e no ensino privado me permitiram adquirir conhecimentos múltiplos das dimensões escolares. Todas as dimensões educacionais atreladas à minha trajetória profissional contribuíram para compor o meu Ser Professor, seja em funções

³ Lecionei nos cursos de Administração, Educação Física, Engenharia, Fisioterapia, Nutrição, Pedagogia e Sistemas de Informação. Atuei nos componentes curriculares de Direito e Legislação, Ciências Sociais e Jurídicas, Comunicação e Expressão, Língua Portuguesa e Metodologias de Ensino, experiências estas, atreladas a orientação e pesquisa.

⁴ Na instituição, lecionei na modalidade presencial nos componentes de Língua Portuguesa e Direito e Legislação e à distância (professor tutor/Autor) nos componentes de Comunicação e Expressão, Técnicas de Comunicação e Metodologia. Os cursos relacionados nas duas modalidades foram: Matemática (licenciatura), História (licenciatura), Sistemas Produtivos (tecnólogo), Recursos Humanos (tecnólogo), Logística e Gestão Financeira (ambos tecnólogos).

docentes seja em funções de gestão. Ter passado por diferentes modalidades de ensino, permitiu estabelecer conexões de aprendizagem e de convivência com autores que até hoje conduzem meus pensamentos, ações e práticas, reafirmando minha confiança de que o aluno deve ser o centro quando se toma decisões na escola, como afirmam Brandsford, Darling-Hammond e LePage (2019):

Diariamente, os professores tomam decisões complexas que dependem de vários tipos de conhecimento e discernimento e que podem envolver resultados de alto risco para o futuro dos alunos. Para tomar boas decisões, eles devem estar cientes das muitas maneiras pelas quais a aprendizagem do aluno pode se desdobrar no contexto do desenvolvimento, nas diferenças na aprendizagem, nas influências linguísticas e culturais e os temperamentos, interesses e abordagens individuais à aprendizagem. Além do conhecimento fundamental sobre essas áreas de aprendizagem e desempenho, os professores precisam saber como tomar as medidas necessárias para coletar informações adicionais que lhes permitam fazer julgamentos mais fundamentados sobre o que está acontecendo e quais estratégias podem ser úteis. Acima de tudo, os professores precisam manter o que é melhor para a criança no centro de sua tomada de decisões. Isso soa como um ponto simples, mas é um assunto complexo que tem profundas implicações no que acontece na escola. (Brandsford; Darling-Hammond; LePage, 2019, p.1)

Os autores argumentam sobre a capacidade dos professores em dominar vários tipos de conhecimentos na proposição de ações de aprendizagem aos alunos, competências que vai além da transmissão de conteúdos, a fim de se elevar a compreensão dos instrumentos de aprendizagem e de desempenho individual ou coletivo. Enfatizam também a importância de uma prática reflexiva e de avaliação contínua, para que se possam adaptar as metodologias nas tomadas de decisões sobre suas situações concretas.

Diante destas reflexões, pretendeu-se com esta pesquisa desenvolver um estudo que pudesse direcionar a atuação da equipe da escola investigada nos momentos de alterações curriculares. Entendo que a análise das matrizes curriculares permite o conhecimento prévio dos componentes e conteúdo a serem abordados, favorecendo o planejamento de modo coerente e interdisciplinar, possibilitando a utilização de metodologias inovadoras e contextualizadas ao desenvolvimento de competências almejadas por meio da articulação entre teoria e prática.

Espera-se que, quando divulgados, os resultados possam subsidiar outros professores, gestores e sistemas de modo a garantir a adequação das alterações propostas pelas diretrizes educacionais aos cursos a que dizem respeito, otimizando recursos humanos, materiais, pedagógicos e administrativos.

Na introdução, que se segue, é apresentado o delineamento da pesquisa.

INTRODUÇÃO

A realidade escolar tem exigido dos profissionais da educação concepções pedagógicas múltiplas para lidar com as transformações no ambiente e nos processos de trabalho das instituições. A expansão da Educação Profissional, especialmente do Ensino Técnico de nível médio, tem papel de destaque neste processo de transformação. As Escolas Técnicas do Estado de São Paulo (ETECs), antes da implantação do Novo Ensino Médio (NEM) e da BNCC-EM, já se destacavam na Educação Profissional e Tecnológica em âmbito nacional ao trabalhar de forma integrada ao Ensino Médio, propondo formas de atuação diferentes e distintas das do sistema educacional comum.

Esta pesquisa parte da observação do Ensino Médio com Habilitação Profissional Técnica em Informática (EMPTI) e Ensino Médio - Núcleo Comum, ambos de uma Escola Técnica (ETEC) do Centro Paula Souza (CPS) situada no interior de São Paulo. A expansão do ensino técnico de nível médio fez parte do cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE) (Brasil, 2014) com a ampliação da oferta de vagas na educação técnica e profissional, devido a sua capacidade de articulação entre a formação acadêmica e a preparação para o trabalho.

O fato de uma modalidade educacional propor contextos muito amplos ao processo de formação, chamou a atenção para a sua real capacidade de integrar, tanto currículos voltados à formação para o trabalho, quanto a formação voltada às competências críticas e humanísticas. Vertentes antagônicas, divergentes em seus interesses e necessidades, tratam do tema. Assim, tais observações levaram ao estudo do percurso das reformas curriculares, dos processos de mudanças e implementação de novas matrizes curriculares.

As mudanças curriculares na Educação Profissional Tecnológica (EPT) tendem a uniformizar o ensino, mas ao mesmo tempo podem variar em contextos de diferentes condições. As reformas na educação, por mais bem-intencionadas, frequentemente encontram desafios em termos de infraestrutura, gestão, capacitação de professores e resistência a mudanças.

As matrizes curriculares do EMPTI buscam atrelar demandas do setor produtivo a competências sociais, oferecendo uma formação voltada ao mercado de trabalho. O EMPTI é composto por três séries anuais, com até seis aulas diárias presenciais. As séries são anuais e correspondem a um conjunto de ocupações identificadas no mercado de trabalho. O aluno que cursar a 1ª série, ao concluir, receberá a Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de Auxiliar. O aluno que cursar a 2ª série, ao concluir, receberá a Qualificação Profissional Técnica

de Nível Médio de Assistente. Ao completar as três séries, com aproveitamento em todos os componentes curriculares, o aluno receberá o Diploma de Ensino Médio com Habilitação profissional de Técnico na área escolhida, que lhe dará o direito de exercer a profissão de Técnico (Habilitação Profissional) e o prosseguimento de estudos em nível de Educação Superior.

Várias mudanças ocorreram nos currículos de formação média e técnica ao longo do tempo, sendo que seus efeitos foram observados e vivenciados por este pesquisador por meio de sua experiência como professor, coordenador e diretor de ETEC, com especial atenção às ações dos gestores no modo de conduzirem a equipe de professores das áreas do ensino técnico e médio no atendimento às novas demandas. As mudanças no currículo, antes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), ocorriam geralmente com a proposta de atualização de conteúdos, adaptação às demandas do mercado de trabalho e inclusão de novas tecnologias e metodologias de ensino.

A troca de gestores da ETEC no período de 20 anos também foi alvo de observação nesta pesquisa. De acordo com procedimentos da política educacional nos termos da gestão democrática de escolas públicas, no CPS, o mandato dos gestores é de quatro anos conforme a função. Para cargos em vacância ou término de mandato, os gestores são selecionados por meio de um processo de qualificação de candidatos mediante (a) análise de currículo, (b) prova escrita e (c) entrevista, realizados de modo centralizado pelo CPS. Nesse processo de qualificação podem se inscrever os professores que atendam aos requisitos: I - Ser docente contratado por prazo indeterminado. II - Estar em exercício no CEETEPS por no mínimo três (03) anos. III - Ter experiência de pelo menos dois (02) anos em atividades de suporte pedagógico (coordenação de curso ou coordenação pedagógica), comprovadas documentalmente. IV - Ser portador de licenciatura em disciplinas do núcleo comum ou em eixos tecnológicos. V - Estar qualificado em processo específico. Os candidatos aprovados participam, então, de um processo eleitoral interno de votação direta pelos professores, funcionários e alunos, para compor uma lista tríplice, a qual é encaminhada à administração central do CPS, que escolhe um dos três candidatos, não obrigatoriamente o mais votado. São funções passíveis de eleição: Diretor, Coordenador de curso e Representante docente do Conselho de Escola.

Até 2017, as Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo ofereceram o Ensino Médio regular e o Ensino Técnico modular, separadamente; no entanto, o Novo Ensino Médio (NEM) (Brasil, 2017) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC-EM) (Brasil, 2018) propuseram a reorganização curricular do ensino médio no Brasil por meio de itinerários formativos, os quais

integram ambas as modalidades, o que provocou a necessidade de uma série de mudanças no trabalho docente e na atuação dos gestores escolares.

Observando esse processo, surgiram inquietações sobre as relações que integram a gestão escolar ao novo modelo de Itinerários Formativos, como a necessidade de formação docente para o desenvolvimento dos currículos e a qualidade do ensino oferecidos nos cursos de formação técnica integrada ao Ensino Médio, com destaque à habilitação profissional em Informática.

Neste sentido, a pesquisa aqui proposta tem por tema as implicações, nas ações dos gestores escolares e na formação docente, da proposta de organização curricular do ensino médio por meio de itinerários formativos. O foco do estudo é o curso de Informática de uma escola técnica (ETEC) do interior do estado de São Paulo que oferece Ensino Médio Integrado ao Técnico.

1.1 Justificativa

A ETEC em questão, durante 15 anos, ofereceu o Ensino Médio regular e o Ensino Técnico modular, separadamente. Muitos ingressantes no Ensino Médio faziam a opção pela Unidade Escolar devido ao destaque que as ETECs obtinham nos resultados do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e de vestibulares públicos e privados, pois o Centro Paula Souza (CPS) se sobressaía pelos índices de aprovação, empregabilidade e valorização social.

Antes da implantação do Novo Ensino Médio (NEM), os professores da ETEC eram separados em dois grupos distintos: os que lecionavam disciplinas do Núcleo Básico/Comum e os que trabalhavam com o Ensino Técnico, uma divisão que valorizava a atuação individual relativa à área de formação, uma espécie de divisão entre professores que lecionavam disciplinas técnicas e atuavam em empresas, e professores licenciados para atuação específica no núcleo comum de ensino.

Na escola desta pesquisa, ao longo dos anos, esta concepção de divisão do trabalho por áreas específicas ficou tão enraizada que gerou uma espécie de divisão pessoal e situacional. Em relação à implantação do Novo Ensino Médio, essa dificuldade de integração entre os docentes de diferentes áreas permaneceu e ela foi um dos motivos dos quais decorreu a elaboração desta pesquisa.

Tal concepção engloba processos de ensino e aprendizagem distintos, o Ensino Médio propedêutico e o Ensino Técnico profissionalizante, que se mostram divergentes em suas propostas pedagógicas. Esta situação observada ficou mais bem evidenciada pela proposta

curricular dos itinerários formativos; parece evidente que os conflitos profissionais que envolvem os docentes repercutem no trabalho dos gestores, na aprendizagem dos alunos, na relação com os pais e em todo o trabalho da escola.

Assim, mostrou-se relevante investigar como a reorganização curricular provocada pela BNCC e pelo NEM repercute na formação e na integração docente no Itinerário de Formação técnica profissional da Unidade e na atuação dos gestores, destacando-se para esta pesquisa o curso de Informática. Observa-se que, nesta pesquisa, os trabalhos selecionados no levantamento bibliográfico foram até o ano de 2022, por atingir um número considerável de publicações referentes à proposta e devido ao tempo para o desenvolvimento das etapas de pesquisa.

1.2 Problema e perguntas de pesquisa

A proposta de trabalho com itinerários formativos trazida pela BNCC e pelo NEM (a) levou à necessidade de adaptação e de maior integração dos professores do Curso de Informática da Escola de Educação Profissional e Tecnológica em tela, pois esses professores apresentam formação em áreas distintas, e (b) provocou a necessidade de mudanças na atuação dos gestores da escola quanto à compreensão da proposta de itinerários formativos e ao processo de implantação do NEM, de modo a coordenar a formação e a integração docente.

Sendo assim, o problema que direciona esta pesquisa é o seguinte:

Quais efeitos as mudanças curriculares, em especial a proposta dos itinerários formativos, provocaram na formação e integração docente e na atuação dos gestores de um curso de Informática de uma Escola de Ensino Médio integrado ao Técnico (M-Tec)?

Decorrentes do problema, foram elaboradas como questões de pesquisa:

1. Qual é a concepção de itinerário formativo contida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Novo Ensino Médio (NEM)?
2. A formação acadêmica inicial dos professores que atuam com o itinerário formativo (parte diversificada do currículo) atende às exigências das diretrizes da BNCC e do NEM?
3. Há conexão entre a BNCC, o NEM, as matrizes curriculares de cursos técnicos da ETEC, o Plano Escolar da Instituição, o Projeto Político-Pedagógico e o Plano Plurianual de Gestão?
4. A gestão da escola busca promover a integração entre os docentes que atuam na BNCC e na parte diversificada da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)? Quais as facilidades e as dificuldades encontradas?

1.3 Hipóteses

Considerando as questões mencionadas, foram formuladas duas hipóteses.

1ª. No que diz respeito aos itinerários formativos, a implantação do Novo Ensino Médio, tem grande potencial de gerar instabilidades entre os profissionais da educação que trabalham com o M-Tec, haja vista sua formação em áreas distintas;

2ª. A gestão escolar tem dificuldade em promover a integração e a formação docente para o desenvolvimento de metodologias ativas e de práticas inovadoras conforme proposto na BNCC e no NEM.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Analisar a reorganização curricular promovida pelo Novo Ensino Médio (NEM) (Brasil, 2017) em conjunto com a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) (Brasil, 2018) no que tange à proposta dos itinerários formativos e suas repercussões na atuação dos gestores escolares e dos professores que atuam no Curso Médio Integrado ao Técnico em Informática de uma Escola Técnica de São Paulo.

1.4.2 Objetivos específicos

1. Apresentar uma visão longitudinal das mudanças curriculares ocorridas no curso médio integrado ao técnico de Informática da Etec;
2. Levantar informações sobre a formação dos professores da Base Comum Curricular e a dos professores da Área Técnica do curso de Informática;
3. Levantar dados sobre a reorganização escolar após as mudanças curriculares promovidas pelo NEM e pela BNCC-EM;
4. Examinar o processo de integração das modalidades de ensino: ensino médio e ensino técnico;
5. Comparar e sistematizar dados e informações de componentes curriculares da BNCC e parte diversificada com base no percurso de alteração, políticas públicas e ações pedagógicas e administrativas do curso pesquisado.
6. Levantar a participação da gestão escolar nas ações integradoras propostas no Plano Escolar, no Projeto Político Pedagógico e Plano Plurianual de Gestão.
7. Levantar dados sobre a organização escolar.

1.5 Desenho metodológico

A pesquisa foi desenvolvida em uma Escola Técnica Estadual de São Paulo (ETEC) vinculada ao Centro Paula Souza (CPS) situada em um município do interior do estado de São Paulo. Foi uma pesquisa documental com utilização de fontes documentais da escola: Matrizes Curriculares, Plano Escolar, Plano Plurianual de Gestão, Planos de Trabalho docentes, Propostas e Projetos de Coordenadores, levantamento de dados de Processos Seletivos Simplificados de docentes e Catálogo de requisitos de habilitações e formações docente.

A justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que eles permitem associar a dimensão do tempo ao contexto histórico e social em que foi elaborado cada documento. Em uma concepção ampla de documentos, a análise documental favorece a observação e o exame do que é subjacente à elaboração desses documentos, o pensamento e a ideologia de grupos, conceitos, conhecimentos, mentalidades, práticas, entre outros, enfim, permite fazer um recorte temporal dos acontecimentos, que, talvez, sem esse material não seria possível. (Cellard, 2008)

Esta pesquisa, de caráter documental, foi desenvolvida conforme a orientação e acompanhamento da Prof^a Dr^a Ana Maria Falsarella e do Programa de Pós-Graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação. A organização dos dados foi realizada por meio do processamento e organização de materiais, registros, agrupamento de informações em gráficos, quadros e tabelas e se deu nas seguintes etapas:

- a) **Seleção de material:** investigação documental ampla dos materiais apontados ao desenvolvimento da pesquisa: Matrizes Curriculares, o Plano Escolar, Projeto Político e Pedagógico (PPP), Plano Plurianual de Gestão (PPG) da Instituição e os Planos de Trabalho Docente (PTDs);
- b) **Revisão do material:** classificação por relevância temática e separação dos assuntos pela sua dimensão em função dos objetivos de pesquisa;
- c) **Organização:** seleção das informações e agrupamento em eixos temáticos (categorias analíticas), por meio de tabelas, gráficos e quadros, que possibilitassem a comparação dos dados entre si;
- d) **Análise:** análises do material coletado e organizado (os documentos de registros institucionais do CPS para organização curricular das práticas docentes, plano plurianual de gestão e propostas pedagógicas de coordenação do M-tec em Administração) e formulação de inferências e análises à luz dos referenciais teóricos selecionados, de modo a confirmar ou não as hipóteses levantadas.

O instrumento de pesquisa foi um roteiro de análise de documentos (Apêndice 1).

1.6 Garantias éticas

A partir dos referenciais teóricos e metodológicos desta pesquisa, por não envolver diretamente seres humanos, não se aplica a solicitação dos termos de garantias quanto a sigilo, confidencialidade e privacidade individuais. Foram solicitadas ao Centro Paula Souza as devidas autorizações para realização da pesquisa e para o uso de documentos, dados, arquivos e outros registros institucionais.

1.7 Produto esperado

Espera-se que a pesquisa contribua para análises e inferências sobre o processo de implantação do NEM e da BNCC-EM, em especial do Itinerário Formativo Profissional em Informática na ETEC investigada e promova reflexões entre a equipe de direção, a equipe pedagógica e os docentes sobre a importância do trabalho integrado para o processo de ensino e aprendizado nos cursos de ensino médio integrado ao técnico. Espera-se, também, levantar e apresentar indicadores ao aperfeiçoamento de projetos integrados na ETEC e assim, fortalecer as ações da gestão e de áreas pedagógicas. Por fim, a pesquisa deverá contribuir para o avanço dos estudos na área da educação, em especial, quanto à gestão escolar e formação docente em escolas técnicas de nível médio.

Após esta introdução, que constitui a Seção 1, o trabalho se apresenta da seguinte forma: na Seção 2 é feita a caracterização da instituição Centro Paula Souza, da escola investigada e dos cursos que a compõem. A revisão da literatura sobre o tema é exposta na Seção 3

. A Seção 4 apresenta os dados coletados e organizados e sua análise mediante a bibliografia estudada. As considerações finais são feitas na Seção 5. A seguir vêm as referências e os apêndices.

Assim, na próxima seção são tecidas considerações sobre o ensino técnico no Brasil e feita a caracterização do Centro Paula Souza, da Etec pesquisada e dos cursos que oferece.

1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO, DA ESCOLA E DOS CURSOS

2.1 Educação Profissional e Tecnológica

Antes de entrar na caracterização do Centro Paula Souza (CPS), da escola e do curso selecionado para esta pesquisa, convém fazer uma apresentação sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), suas perspectivas e dilemas. A realidade escolar da EPT pode ser associada ao que diz Freire (1996) sobre o conhecimento do mundo físico na obra “Pedagogia da Autonomia”:

No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar. No próprio mundo físico minha constatação não me leva à impotência. O conhecimento sobre os terremotos desenvolveu toda uma engenharia que nos ajuda a sobreviver a eles. Não podemos eliminá-los, mas podemos diminuir os danos que nos causam. Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela. É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda, seja o físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação. (Freire, 1996, p.30).

Ainda de acordo com Freire (1996), as mudanças na Educação ocorrem não somente pela ação política, do tempo ou da história, mas pela curiosidade, pela criticidade e participação efetiva da equipe escolar nas decisões relacionadas à vida escolar, assim como nas escolhas das ferramentas que contribuem para a formação das identidades escolar e do aluno e sua natureza junto à comunidade. Assim, é necessário considerar a participação efetiva nos processos que envolvem o aprendizado. Gestores e professores necessitam ter consciência (histórica e afetiva) de seu papel na instituição de ensino, para que se tenha realmente a prática de uma educação a mais autônoma possível.

Não são poucos os desafios para as práticas conscientes sobre a democracia na escola. Ações de promoção e valorização humana entre os alunos são constantes e de fácil percepção nos projetos em diversas áreas e cursos na escola. Infelizmente, no âmbito da EPT, permeiam pensamentos de profissionais que estimulam ações individuais, fruto de concepções meritocráticas e competitivas, muitas vezes defendidas pelas próprias políticas educacionais.

Como forma de combate à educação escolar tradicional, a que chama de educação bancária, Paulo Freire (1996) sugere que gestores e professores procurem caminhos para o diálogo constante, pelo qual se faz possível encontrar meios de desenvolver uma práxis revolucionária frente aos estudantes, instigando-os a descobrirem seus potenciais, suas habilidades, em busca de um desenvolvimento integral, o que não se confunde com autopromoção. Paulo Freire diz: "Educação profissional não é apenas treinamento técnico; é

também uma formação humana que contribui para a construção de cidadãos críticos, criativos e éticos." (1996, p.32).

Garcia e Lima Filho (2004, p. 29) ressaltam que a EPT “[...] constitui um processo formativo integral que busca compreender a problemática social do jovem como sujeito de direito e de ações na sociedade”, pensamento diretamente relacionado aos conceitos freirianos, “pois os estudantes devem ser considerados como sujeitos, e estão sendo formados (as) para atuarem em suas sociedades com autonomia, vislumbrando a constituição de uma ambiência social mais igualitária para todos os partícipes”.

A formulação das políticas públicas para a educação profissional está atrelada ao mercado de trabalho, suas exigências e ao modo de inserção dos jovens e adultos nos setores produtivos. O curso técnico, ao desenvolver competências e habilidades específicas, contribui para a construção de uma identidade profissional ao aluno durante o processo de formação, mas essa construção fica igualmente sujeita a alterações em relação às propostas do mercado, não somente pelas novas técnicas aplicadas, mas também pelo dinamismo dos processos na utilização instrumentos pedagógicos capazes de direcionar o tipo de mão de obra. Nesse aspecto, Ramos (2014) diz:

A tentativa de redirecionar a educação brasileira em benefício da classe trabalhadora, visando superar a histórica dualidade estrutural que marca sua história, esteve na defesa da concepção de educação politécnica, pela qual se buscava romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade. Em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Concepção esta que, na verdade, foi derrotada pela aprovação do projeto de LDB apresentado pelo senador Darcy Ribeiro e que, por seu caráter minimalista, permitiu ao governo realizar a reforma da educação profissional e do ensino médio por meio do Decreto n. 2.208/97. (Ramos, 2014, p.16).

É comum ver-se conceitos teóricos sobre educação profissional associados ao compromisso com o princípio da *formação humana integral*, o qual sugere superar a visão dos seres humanos, divididos historicamente pelo capitalismo, pela adequação social do trabalho, entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar.

O desenvolvimento de competências e habilidades profissionais integradas ao nível médio, estudadas nesta pesquisa, parte da identidade histórica e cultural da escola e das tendências do mercado de trabalho e suas adequações, considerando as políticas públicas para a integração de currículos, a formação docente e a gestão escolar. Sobre isso, destacam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012):

Sublinhamos a Educação Profissional Técnica como uma possibilidade contemporânea da e na educação nacional em criar condições concretas para o desenvolvimento do sujeito de forma integral, a fim de que este tenha maiores e melhores oportunidades de interferir em seu mundo social e politicamente. Compreendemos que o trabalho como princípio educativo, em que as ações educacionais se solidificam a partir da produção da vida e por meio da preparação dos sujeitos para serem protagonistas de suas histórias, possibilita que o ato de trabalhar não seja apenas uma ação alienante, mas um ato de criação da sua história, para que, assim, participe do seu mundo, interfira nas construções das sociabilidades presentes e vindouras – ainda que o Ensino Médio Integrado seja uma proposta em transição, dentro do que é possível em nossa realidade (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p.53).

Bastos (2020, p.32), ao discutir a EPT diante dos pensamentos de Paulo Freire, lembra que “Pensar e efetivar a educação omnilateral no âmbito educativo é sublinhar a boniteza do trabalho colaborativo e coletivo, no qual todos têm o direito e o dever de participar das relações pedagógicas [...]” e que “[...] praticar a didática de forma que enalteça o desenvolvimento omnilateral dos estudantes implica aguçar o conhecimento das habilidades individuais, sobretudo, exercitando as práticas coletivas [...]”. Para esse autor, é certo que todas as ações docentes em favor da formação omnilateral dos sujeitos estudantis devem estar pautadas na prática dialógica e libertadora, “[...] de maneira que os sujeitos possam se respeitar mutuamente à medida que vão formulando inovadoras maneiras de ver o mundo”. (Bastos, 2020, p.32). Ele destaca ainda que:

Educar pautados no humanismo é dar voz e vez aos sujeitos participantes dos processos educativos. Um educador humanista deve trabalhar em prol da humanização de todos, para que haja liberdade de criação no âmbito educacional, acreditando sempre no poder criador dos sujeitos humanos. (Bastos, 2020, p.35).

Tanto Freire quanto Bastos demonstram as inquietudes em relação às ações e atitudes docentes quanto ao dever-ensinar pautado na formação omnilateral, sua abrangência social, comunicação entre o trabalho e escola e as convivências dialógicas que representam uma das partes do processo de democratização escolar.

Assim, o conceito de integração, usado para definir uma forma de oferta da educação profissional articulada com o ensino médio, qual seja, o de natureza filosófica expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Cidadania é um conceito empregado hegemonicamente em sua acepção liberal-burguesa e apoia-se na concepção de homem portador de direitos naturais, não obstante tal natureza ser socio-historicamente produzida (Ramos, 2014, p.94).

Ramos (2014), ao articular os conceitos de formação humana integral e integração, reconhece que esse primeiro é tão amplo, que é capaz de abrigar em si todas as dimensões da vida, por isso vê esse modelo formativo como um caminho que conduz à omnilateralidade.

Os conceitos sublinhados pelos autores sobre a Educação Profissional Técnica compreendem o trabalho como um princípio que integra valores sociais, históricos e éticos,

princípios além dos correspondentes ao capital, força de trabalho e/ou interesses econômicos. Os autores argumentam sobre o caráter transitório da educação profissional, vista como uma etapa temporária ou passageira na formação dos alunos, em oposição à educação geral ou acadêmica. É como se a educação profissional técnica, a cada mudança de ciclo político ou pedagógico, não ultrapassasse a condição de segunda opção ou caminho alternativo à educação tradicional, acadêmica, dificilmente compreendida como um valor permanente na formação do aluno.

Tendo por base a compreensão de omnilateralidade na formação técnica e considerando a escola pesquisada, busca-se analisar o desenvolvimento curricular dos cursos integrados no que tange aos fundamentos teóricos, às atividades práticas em projetos de pesquisa, aos estágios e às oportunidades de desenvolvimento pessoal, considerando pontos mais flexíveis à ação gestora. Os conceitos até aqui analisados sobre formação integral permeiam os preceitos omnilaterais quando auxiliam na organização de metodologias de ensino e na relação entre professores que lecionam disciplinas da BNCC e os que trabalham com a Formação Técnica e Profissional.

Na EPT o conceito de omnilateralidade não se restringe apenas ao campo teórico do desenvolvimento pedagógico; na prática, a autonomia e a flexibilidade curricular são exemplos que permitem compreender a importância da aproximação da escola com outros setores da sociedade, a indústria, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e universidades, essenciais à garantia de programas de formação técnica, alinhados às necessidades e tendências tecnológicas relevantes à profissionalização. O desenvolvimento de competências e habilidades sob a óptica omnilateral na formação técnica, poderá possibilitar aos alunos domínio de técnicas essenciais em sua área de atuação, além de habilidades cognitivas como: resolução de problemas, liderança, empatia e pensamento crítico.

2.2 Ensino Técnico e Ensino Médio

Esta pesquisa trata especificamente de uma escola de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Por isso, será apresentada aqui a organização desse nível de ensino no Brasil.

O Ensino Técnico e o Médio são modalidades da educação básica e desempenham papéis relevantes na preparação de alunos para a vida adulta. Mesmo considerando o que a LDB e as propostas curriculares orientam sobre a integração das modalidades de ensino em relação ao desenvolvimento de habilidades e competências técnicas e cognitivas (pensamento crítico, comunicação, resolução de problemas, trabalho em equipe e muitos outros) persistem lacunas

e problemas de inter-relação entre a formação técnica e média, principalmente quando analisadas separadamente. No caso do ensino técnico, as propostas curriculares podem ser compreendidas por professores e gestores como complemento ou extensão do ensino médio, pontos que se pretende explorar com esta pesquisa.

No Brasil, o ensino profissional técnico está organizado em diferentes modalidades. Além das ETECs, pertencentes ao CPS, existem outras instituições voltadas à formação técnica e profissional dos alunos. De modo geral, seguem as principais instituições de ensino profissional técnico no país:

a) Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFs): os Institutos Federais são umas das principais instituições de ensino profissional técnico no Brasil. Oferecem cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos subsequentes (para aqueles que já concluíram o ensino médio) e cursos superiores de tecnologia. Os cursos técnicos integrados ao ensino médio permitem que os estudantes obtenham tanto o diploma do ensino médio quanto a formação técnica ao final do curso. Os cursos técnicos subsequentes são direcionados a pessoas que já concluíram o ensino médio e desejam obter uma formação técnica específica. (<https://www.ifsp.edu.br/institucional>, em 29/04/2024)

b) Sistema S: é composto por diversas instituições de ensino profissional e tecnológico mantidas por entidades do setor privado, como SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), entre outros. As instituições oferecem cursos técnicos em diversas áreas de formação profissional e em áreas específicas, como mecânica, eletrônica, informática, gastronomia, entre outras.

(<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12355:sistema-s>, em 29/04/2024)

c) Rede Privada de Ensino Técnico: há uma variedade de escolas técnicas privadas em todo o país que oferecem cursos técnicos em diferentes áreas de conhecimento. A oferta de cursos técnicos tem características específicas em cada Estado.

d) Novotec – Governo do Estado de São Paulo: voltado para a formação técnica de estudantes do ensino médio no estado de São Paulo, o Novotec tem como objetivo expandir a oferta do Ensino Técnico e Profissionalizante gratuito aos estudantes do ensino médio das escolas estaduais no estado de São Paulo, por meio de parcerias da Secretaria Estadual de Educação com instituições públicas e privadas que são referências de ensino técnico e profissionalizante, como o Centro Paula Souza e o SENAI. São diferentes formatos de oferta

de cursos, que abrangem áreas da tecnologia da informação, gestão e negócios, turismo, design, entre outros. O programa oferece também estágios em empresas parceiras.

(<https://www.novotec.sp.gov.br/Modalidades#Integrado>, em 25 abr.2024).

2.3 O Centro Paula Souza

As informações que seguem foram encontradas no portal do Centro Paula Souza em 04 mar.2024 (<https://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paulasouza/>).

2.3.1 O Centro Paula Souza e a educação técnica no estado de São Paulo

O Centro Paula Souza (CPS) foi criado por decreto-lei de 6 de outubro de 1969, na gestão do governador Roberto Costa de Abreu Sodré (1967-1971) como autarquia⁵ estadual de São Paulo. O decreto-lei apresentava a estruturação e organização do sistema de educação técnica no estado, estabelecendo as bases para a criação do Centro Paula Souza e delineando suas atribuições e competências. O então denominado Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEET) iniciou suas atividades um ano depois com a oferta de três cursos na área de construção civil (Movimento de Terra e Pavimentação, Construção de Obras Hidráulicas e Construção de Edifícios) e dois na área de mecânica (Desenhista Projetista e Oficinas). Era o início das Faculdades de Tecnologia do Estado. As duas primeiras unidades foram instaladas em Sorocaba e São Paulo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que, por força do Ato Complementar n. 47, de 7 de fevereiro de 1969, lhe confere o § 1º, do artigo 2º do Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968, Decreta: Artigo 1º - Fica criado o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo, entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, com sede e foro na Capital. § 1º - A autarquia ora criada terá vinculação administrativa a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e financeira à da Fazenda. § 2º - O Centro gozará inclusive no que se refere a seus bens, rendas e serviços, das regalias, privilégios e isenções conferidos à Fazenda Estadual. (D.O.E.; Poder Executivo, São Paulo, 79 (191) – 3, terça-feira, 07 de outubro de 1969).

Em 1973, o CEET passou a chamar-se Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), em homenagem ao engenheiro e professor Antônio Francisco de Paula Souza. A partir de 1988, o CPS expandiu suas atividades, modernizando seus currículos e infraestrutura. Hoje, administra diversas escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia

⁵ Autarquia na administração pública (ou em direito administrativo) é uma entidade autônoma, auxiliar e descentralizada da administração pública, porém fiscalizada e tutelada pelo Estado, com patrimônio formado com recursos próprios, cuja finalidade é executar serviços que interessam a coletividade ou de natureza estatal. (<https://www.significados.com.br/autarquia/>, acesso em 27 Mar.2024)

(FATECs) em todo o estado de São Paulo, oferecendo cursos técnicos, tecnológicos e de pós-graduação nas áreas de tecnologia, gestão e outras.

A partir dos anos de 1980, escolas tradicionais criadas entre 1911 e 1920 para o ensino de prendas manuais e artes industriais a jovens e adolescentes, foram sendo integradas ao CPS, como a Escola Profissional Masculina (atual Etec Getúlio Vargas), a Escola Profissional Feminina (atual Etec Carlos de Campos), ambas na Capital do estado de São Paulo, e a Escola Profissional Masculina de Rio Claro (atual Etec Bayeux), situada no interior. Esta última é a escola selecionada para o desenvolvimento desta pesquisa.

O desenvolvimento econômico e tecnológico dos anos de 1990 provocou a necessidade de mais profissionais especializados, principalmente na área de informática. O avanço da demanda levou ao aumento de cursos técnicos ofertados. A instituição passou oficialmente a responder pelo Ensino Técnico público estadual no período de 1994 a 2004 e foi incorporando outras 85 escolas técnicas da Secretaria Estadual de Educação.

Hoje, o Centro Paula Souza (Portal CPS em 04/03/2024) está presente em 363 municípios paulistas, administra 228 Escolas Técnicas (Etecs), 77 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) e 552 Classes Descentralizadas (unidades que oferecem um ou mais cursos sob a administração de uma Etec) e tem mais de 316 mil alunos matriculados, em cursos técnicos de nível médio e superior tecnológicos.

Nas Etecs estão matriculados mais de 226 mil estudantes nos Ensinos Técnico, Integrado, Médio e Especialização Técnica, incluindo habilitações nas modalidades presencial, semipresencial e *online*. Elas oferecem 216 cursos, voltados a todos os setores produtivos públicos e privados. Já as Fatecs atendem mais de 90 mil alunos em 91 cursos de graduação tecnológica, em diversas áreas, como Construção Civil, Mecânica, Informática, Tecnologia da Informação e Turismo.

O CPS também oferece cursos de pós-graduação, atualização tecnológica e extensão, e foi reconhecido como Instituto de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo (ICTESP), ou seja, como organização sem fins lucrativos de administrações públicas ou privadas, que tem como principal objetivo a criação e o incentivo a pesquisas científicas e tecnológicas. O reconhecimento do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza como ICT se deu em reunião do Conselho das Instituições de Pesquisa do Estado de São Paulo (Consip), realizada em 14 de setembro de 2021. A Resolução SDE nº 60, de 30 de dezembro de 2021 foi publicada do Diário Oficial do Estado, em 4 de janeiro de 2022 e passou a vigorar a partir desta data.

RESOLUÇÃO SDE N. 60, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021.

Reconhece o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS como Instituição Científica e Tecnológica do Estado de São Paulo – ICTESP.

A Secretária de Desenvolvimento Econômico, no uso de suas atribuições, e considerando o quanto deliberado pelo Conselho das Instituições de Pesquisa do Estado de São Paulo – CONSIP em reunião realizada em 14 de setembro de 2021, RESOLVE:

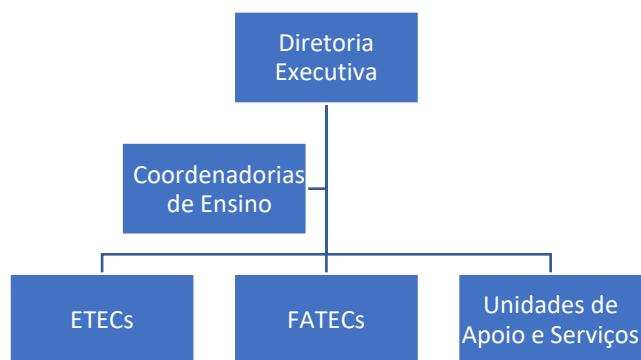
Artigo 1º – Reconhecer o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS como Instituição Científica e Tecnológica do Estado de São Paulo – ICTESP, de que trata a Lei Complementar no 1.049, de 19 de junho de 2008, e o Decreto no 54.690, de 18 de agosto de 2009.

Artigo 2º – Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

2.3.2 Estrutura organizacional do CPS, oferta, parcerias e articulações

Dados que constam no Portal do CPS (04 mar. 2024) permitem chegar às informações que se seguem. Quanto ao arcabouço do CPS, na figura 1 é apresentada a estrutura organizacional do CPS, a qual é detalhada na sequência.

Figura 1- Estrutura organizacional do CPS



Fonte: elaborada pelo pesquisador

- 1) **Diretoria Executiva:** Responsável pela gestão estratégica e administrativa do Centro Paula Souza.
- 2) **Coordenadorias de Ensino:** Responsáveis pela coordenação pedagógica e operacional dos cursos oferecidos.
- 3) **Escolas Técnicas (ETECs):** Unidades de ensino distribuídas por todo o estado de São Paulo, oferecendo cursos técnicos de nível médio em diversas áreas.
- 4) **Faculdades de Tecnologia (FATECs):** Instituições de ensino superior focadas em cursos de tecnologia, oferecendo graduações tecnológicas e pós-graduações.
- 5) **Unidades de Apoio e Serviços:** Prestam suporte administrativo, técnico e logístico para o funcionamento das ETECs e FATECs.

Quanto à oferta educacional, o Centro Paula Souza oferece cursos e programas educacionais, incluindo:

- **Cursos Técnicos de Nível Médio:** nas áreas de Administração, Eletroeletrônica, Informática, Mecânica, Mecatrônica entre outras;
- **Cursos Integrados de Nível Médio com Técnico:** são cursos cuja conclusão do ensino médio é juntamente com a conclusão do técnico;
- **Graduações Tecnológicas:** oferecidas pelas Fatecs, com duração de três anos;
- **Pós-graduações:** especializações voltadas para áreas específicas de tecnologia e gestão;
- **Cursos de Formação Continuada:** programas de curta duração voltados para a capacitação profissional e a atualização de conhecimentos, para professores determinados ou indeterminados;

O CPS também estabelece parcerias e articulações estratégicas com empresas, órgãos governamentais e instituições de ensino, visando, ainda conforme o Portal:

- ✓ **Inserção no mercado de trabalho:** promoção de estágios em todas as áreas, programas de empregabilidade e parcerias para inserção dos alunos no mercado de trabalho;
- ✓ **Pesquisa e inovação:** estímulo à pesquisa aplicada, desenvolvimento de projetos em parceria com empresas e fomento à inovação tecnológica;
- ✓ **Internacionalização:** estímulo à mobilidade acadêmica, intercâmbios internacionais e cooperação técnica com instituições estrangeiras.

2.4 A ETEC pesquisada

Localizada no interior de São Paulo, na área central, atualmente denominada “Etec Professor Armando Bayeux da Silva”, a escola pesquisada teve, ao longo de sua trajetória histórica, várias mudanças de nomenclatura.

Em sua origem, foi criada pela Lei Estadual nº. 1635, de 31/12/1918 com a denominação de Escola Profissional Masculina, inaugurada em 06/12/1919, com início das aulas em 13/09/1920. Nos anos seguintes, outras denominações foram instituídas em razão de alterações legais, no entanto, sempre na área industrial a saber: Escola Industrial de Rio Claro (Decreto nº. 15040 de 19/06/1945); Escola Técnica de Rio Claro (Lei nº. 2.640 de 20-01/1954); Escola Industrial Prof. Aprígio Gonzaga (Decreto nº. 23.382 de 28/05/1965); Centro Educacional Integrado (CEI) “Prof. Armando Bayeux da Silva” (Resolução SE nº. 23 de 27/01/1976). Passou a denominar-se EESG “Prof. Armando Bayeux da Silva” em 1978 (Resolução SE 11/78). Atualmente, denomina-se ETEC “Professor Armando Bayeux da Silva” através do Decreto 37.735 de 28/10/1993.

A história do Casarão onde funciona a ETEC, também conhecido como “Solar Luisa Botão”, faz parte do patrimônio cultural da cidade e do Estado de São Paulo, tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (CONDEPHAAT) e simboliza a ascensão industrial e política da cidade.

Construído no século XIX, traz em sua essência a história da vida de uma mulher rica e ilustre da sociedade de época, que obteve “fama” por se casar várias vezes; foram três casamentos, algo incomum para a época, mas que lamentavelmente, ao final de sua vida, viveu na miséria, passou fome, foi esquecida e enterrada como indigente.

Lamentavelmente, sem tino comercial, com inúmeras Letras protestadas, D. Luisa viu seu incalculável patrimônio esvair-se; em extrema miséria, não possuía dinheiro nem crédito para a aquisição de mantimentos e medicamentos. O sobrado foi alienado ao engenheiro Egon von Frankenberg und Ludwigsdorff imigrante alemão, convidado a ocupar o cargo de gerente (pela Família Arens, com laços de parentesco) da usina “Central Elétrica de Rio Claro” (Jornal Diário de Rio Claro 30/06/2018).

De acordo com fontes obtidas no Gabinete de Leitura e Arquivo Municipal de Rio Claro, consta que em 1879, com a morte de seu segundo marido, o Capitão Francisco Gomes Botão Rangel, D. Luísa tornou-se a exclusiva proprietária de fazendas, chácaras, terrenos, imóveis, centenas de milhares de sacas de café beneficiadas, dezenas de escravos, casas, joias, obras de arte e móveis.

D. Luisa teve marcante atuação na vida da população rio-clarense. Fora testemunha dos novos tempos da cidade: as inaugurações das Igrejas de São João, de Santa Cruz, Presbiteriana e Luterana; dos Cemitérios Municipal e Evangélico; do Gabinete de Leitura; da Philarmônica Rio-clarense; do Chafariz do Largo da Matriz; da Luz em arco oltaico; do Matadouro Municipal; da Estação Ferroviária; do Jornal Diário do Rio Claro (do qual era assinante); da Santa Casa de Misericórdia (instituição que sempre colaborou com donativos); esteve nas recepções ao Imperador D. Pedro II e à Imperatriz D. Thereza Christina; fez campanha para arrecadar fundos para os voluntários da Guerra do Paraguai; amparou órfãos e alforriou seus escravos antes mesmo da assinatura da “Lei Áurea” (Jornal Diário de Rio Claro 30/06/2018).

O prédio foi adquirido pela Câmara Municipal em 1912 após ser decretada a falência nos negócios de D. Luíza Botão e em 1914 funcionou ali a primeira Escola de Farmácia e Odontologia da cidade. O legado histórico e cultural, simbolicamente representado pelo prédio da Etec Bayeux, funde-se com as tradições e os acontecimentos da vida social da cidade de Rio Claro.

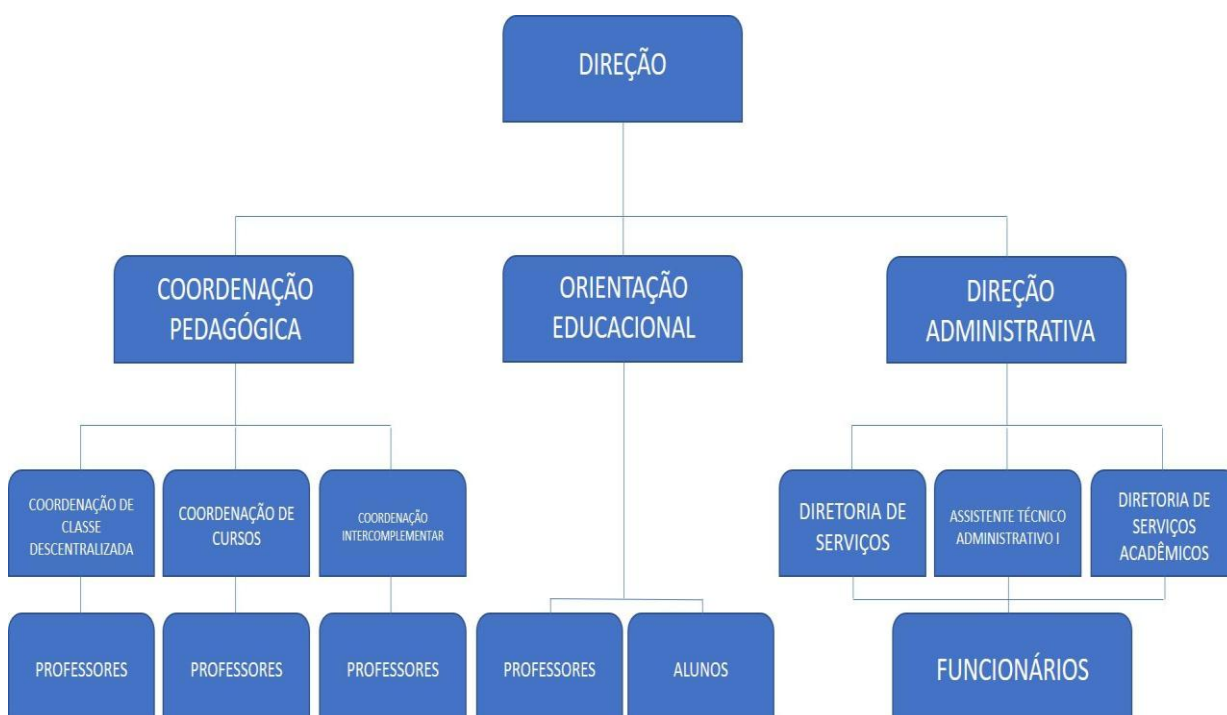
As mudanças na nomenclatura de designação da Escola, de certo modo, refletem as tendências da educação profissional e técnica, mudanças que acompanharam as políticas públicas, principalmente aquelas voltadas ao Ensino Médio. A aproximação das leis à realidade da escola e suas transformações ao longo do tempo, revela o modo de produção local e suas características, assim como o processo de industrialização e a formação dos alunos-

trabalhadores. A educação profissional técnica em pouco tempo passou a ser uma necessidade econômica e social.

2.4.1 Estrutura Organizacional da Escola

A disposição da equipe escolar segue referenciais do Regimento do CPS. Na figura 2 é apresentada a estrutura organizacional da Etec, detalhada na sequência.

Figura 2- Estrutura organizacional da Escola



Fonte: elaborada pelo pesquisador

- 1) **Direção:** responsável pela gestão estratégica, administrativa e pedagógica da Escola; é o núcleo executivo encarregado de administrar as atividades da Unidade.
- 2) **Coordenação pedagógica,** composta pelo Professor Coordenador de Projetos, responsável pela Coordenação Pedagógica, implementa e executa o PPP e o PPG da Unidade, bem como ações e projetos de todas as áreas.
 - a) Coordenação de Cursos, responsável pelo suporte didático-pedagógico do processo de ensino e aprendizagem na área específica de atuação.
 - b) Coordenação de Classe Descentralizada, responsável pelo acompanhamento, controle e avaliação das atividades acadêmico-pedagógicas e administrativas, bem como pela otimização dos recursos físicos e didáticos disponíveis para os cursos oferecidos na Classe Descentralizada.

c) Coordenação Intercomplementar, responsável pelo acompanhamento, controle e avaliação das atividades acadêmico-pedagógicas e administrativas em parceria com os cursos da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

3) Orientação Educacional, à qual compete a orientação e apoio educacional, assistir o educando, individualmente ou em grupo, visando ao desenvolvimento integral e harmonioso de suas potencialidades, orientação profissional e atendimento a práticas e ações docentes

4) Direção Administrativa: compreende a Direção de Serviços Administrativos e a Direção de Serviços Acadêmicos e conta com a figura do Assessor Técnico-Administrativo.

a) Direção de Serviços Administrativos: compreende a execução das atividades de administração de pessoal, recursos físicos, financeiros e materiais, compras, almoxarifado, limpeza, patrimônio, segurança, zeladoria, manutenção das instalações, equipamentos e outras pertinentes no âmbito da Unidade.

b) Direção de Serviços Acadêmicos: compreende a escrituração, documentação escolar, expedição e registro de documentos escolares, fornecimento de informações e dados para planejamento, preenchimento e envio de cadastros oficiais, controle de processos e avaliações dos resultados do processo de ensino e aprendizagem.

c) Assessor Técnico Administrativo, que é responsável pela gestão da execução de serviços de relações institucionais, além das atribuições previstas em regulamentos próprios do CEETEPS.

O quadro docente em 2024, quando foi iniciada a coleta de dados, era composto por 88 professores subdivididos em áreas do conhecimento (ensino médio e técnico) e eixos tecnológicos (gestão, indústria e saúde) de acordo com a formação acadêmica e o componente curricular correspondente ao curso.

A equipe gestora era composta pelos membros: diretor de unidade, diretor de secretaria acadêmica, diretor de serviços administrativos, auxiliares técnicos administrativos, coordenador pedagógico, orientador educacional e coordenadores de curso. Todos os membros que compõem os cargos de gestão administrativa e pedagógica são concursados. Para os cargos de diretor, orientador educacional, coordenador pedagógico e de curso, o pré-requisito é ser professor indeterminado (efetivo do CPS por meio de concurso), já para os demais cargos administrativos não há essa exigência.

2.4.2 O curso Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Informática

O curso de Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Informática (EMPTI), oferecido pela Etec pesquisada desde 1998, faz parte do Eixo Tecnológico da Comunicação e Informação. Busca vincular a capacitação dos alunos ao desenvolvimento econômico e social da região tendo em vista a empregabilidade e inclusão digital.

O curso conta com professores habilitados tanto na área técnica quanto no núcleo comum e atualmente atende às propostas do itinerário formativo profissional, também alvo desta pesquisa, além de possuir diversos projetos de integração médio/técnico em ações interdisciplinares, todos descritos no Plano Escolar. Trata-se de um curso de destaque na ETEC pelos índices de ingressantes e baixa evasão, entre outros referencias. Esses motivos levaram à escolha do curso para esta pesquisa.

São apresentadas a seguir as características dos cursos tecnológicos das Etecs vinculadas ao CPS (<https://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paulasouza/>. Acesso em 04/03/2024).

1. **Currículo Integrado:** Os cursos na ETEC, mesmo antes da implantação do Novo Ensino Médio (NEM) (Brasil, 2017), adotam uma abordagem integrada, combinando disciplinas técnicas com as disciplinas da base comum curricular.
2. **Eixos Tecnológicos:** Os cursos do CPS são organizados em torno de eixos tecnológicos, que agrupam áreas afins de conhecimento
3. **Formação de Docente:** A formação de professores é bastante diversificada. Abrange formação no núcleo comum e em áreas técnicas, além da experiência profissional e pedagógica.
4. **Flexibilidade e Diversidade:** Em sua trajetória de estudos, o formando pode fazer opções, como por exemplo, em desenvolvimento de software, análise de sistemas, suporte técnico.
5. **Possibilidade de Empreender:** Com o conhecimento adquirido, os alunos têm a capacidade de iniciar seus próprios negócios de tecnologia, desenvolvendo soluções inovadoras para problemas locais e globais.
6. **TCC, Avaliação e Certificação:** Os critérios de avaliação dos alunos incluem avaliações teóricas, práticas e participação em projetos, banners e TCC.
7. **Parcerias:** O CPS incentiva parcerias com o setor produtivo através de estágios, visitas técnicas, palestras, projetos em parceria com empresas e participação de profissionais do mercado.

Na sequência deste trabalho é apresentada a revisão da literatura, a qual traz o mapeamento bibliográfico inicial e o apoio teórico utilizado para fundamentação das análises.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção são apresentados o levantamento bibliográfico, que iniciou a elaboração do projeto de pesquisa e o apoio teórico dele decorrente. Destaca-se, em item à parte, os temas transversais e as práticas do gestor na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Por meio de processos de análise, inferências e desenvolvimento temático, surgiram novos campos teóricos que foram sendo explorados até a apresentação desta dissertação. O levantamento bibliográfico em conjunto ao apoio teórico estudado, serviu como base ao aprofundamento dos assuntos. Um cotejar entre dados e fatos provenientes dos documentos analisados permitiram o alcance de saberes para a produção de conhecimento sobre o tema pesquisado.

3.1 Mapeamento bibliográfico inicial

Conforme o tema de pesquisa, para o mapeamento bibliográfico busquei inicialmente os seguintes termos: Ensino Técnico Integrado ao Médio. Formação Profissional. Novo Ensino Médio. Itinerários formativos. Gestão e formação docente.

As bases de dados exploradas foram as seguintes: plataforma da Universidade de Araraquara, especificamente o *site* do Programa de Pós-Graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação (item Produção Intelectual), plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), plataforma da *Scientific Electronic Library OnLine* (SciELO) e outras plataformas e bibliotecas acadêmicas: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

O levantamento bibliográfico permitiu ampliar a visão referencial sobre a linha de pesquisa desejada e as inquietações correlacionadas. Foram várias abordagens sobre a temática Gestão Escolar e Formação Docente. Após vários refinamentos foi possível o contato com trabalhos na área da Educação e em áreas distintas, mas correspondentes à proposta; assim foi possível especificar o tema, que em um primeiro momento, parecia muito abrangente. Leituras de textos adjacentes e suas estruturas, artigos e dissertações, permitiram um direcionamento sobre os contextos de abordagem, especificidades e particularização do objeto de pesquisa.

Num primeiro momento, foram levantadas hipóteses sobre Gestão e Formação Docente em geral, considerando a atuação global dos professores do Ensino Médio, sem, contudo, considerar as divisões de áreas do conhecimento e suas particularidades. O foco de inquietação, então, foi se estreitando para a formação docente e o processo de implantação do Novo Ensino

Médio, que de certo modo, impôs aos professores e gestores a integração com base em suas propostas.

Observa-se que na ETEC alvo desta pesquisa, dada a sua constituição anterior ao NEM, era comum diferenciar professores de formação pedagógica e professores de áreas técnicas num contexto distinto do discurso sobre competências e habilidades.

Hoje, parece haver um pressuposto de que os professores licenciados em disciplinas do Núcleo Comum sejam habilitados para atuar em áreas técnicas, assim como os professores de formação técnica tenham competência para atuar de acordo com as mudanças previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC-EM) relativas ao Novo Ensino Médio (NEM). Sem dúvida, essas mudanças implicam em formação dos professores e em ações dos gestores escolares para que sejam efetivadas. De acordo com o levantamento bibliográfico realizado, nos estudos sobre gestão e formação docente, existam lacunas de conhecimento que podem ser mais bem exploradas de modo a verificar o que contribui e o que dificulta o desenvolvimento de competências, por parte dos alunos, relativas ao itinerário formativo de Informática no Ensino técnico integrado ao Médio.

As leituras de dissertações e artigos fizeram com que um novo olhar surgisse com possibilidades de pesquisa, especificaram a área de abordagem que no início era ampla e tornava a abordagem complexa e subjetiva, sendo que após essas leituras, foi possível formular hipóteses mais sólidas com proximidade da realidade da atuação do professor e do gestor escolar. Segue levantamento bibliográfico de pesquisa (Quadro 1), para o qual foram selecionados 17 trabalhos, com recorte de 2010 a 2022.

Quadro 1. Trabalhos selecionados no levantamento bibliográfico

	Origem	Tipo	Palavra-chave	Autor(es)	Título	Ano
1	SciELO	Artigo	Políticas curriculares, Educação profissional, Trabalho docente	Soares Júnior, Néri Emílio; Borges, Livia Freitas Fonseca	As políticas curriculares da educação profissional e o trabalho docente	2021
2	CAPES	Dissertação	Multiculturalismo crítico; Educação; Pedagogia.	Adriana Leite da Silva	A abordagem multicultural na proposta curricular do curso de pedagogia da UFAL	2019
3	CAPES	Dissertação	Ciclo de políticas. Política educacional. Currículo integrado. Ensino Médio	José Faria Bernardes	Políticas Curriculares para o Ensino Médio: os desafios da integração curricular	2022

					para a construção do conhecimento e protagonismo do estudante	
4	USP	Artigo	Formação de professores, Currículo, Ensino médio, Brasil	Silva, Roberto Rafael Dias da	Saberes curriculares e práticas de formação de professores para o ensino médio: problematizações contemporâneas	2020
5	USP	Dossiê Ensino Público	Reforma do Ensino Médio, Dualismo estrutural, Trabalho e educação	Piolli, Evaldo	Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional	2020
6	USP	Artigo	inovação, educação profissional, Instituto federal	Souza, Mauro Sergio Pinheiro dos Santos	A reformulação da rede federal de ensino profissional como estratégia geopolítica para produzir inovação tecnológica no Brasil	2021
7	USP	Artigo	Políticas curriculares, Educação profissional, Trabalho docente	Soares Júnior, Néri Emílio	As políticas curriculares da educação profissional e o trabalho docente	2021
8	UNICAMP	Artigo	Educação integral Ensino médio Currículo	Amorim, Rebeca; Ferri, Cássia	Formação humana integral no ensino médio: um estudo das legislações e orientações curriculares nacionais no Brasil, Chile e Argentina	2021
9	UNICAMP	Artigo	Capitalismo dependente Florestan Fernandes Base Nacional Comum Curricular Reforma do Ensino Médio	Andrade, Maria Carolina Pires de; Motta, Vânia Cardoso da	Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio: uma análise à luz de categorias de Florestan Fernandes	2020
10	PUC-SP	Dissertação	Formação Continuada - Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - CEES/RIES – Políticas de formação docente – Práticas de formação docente	Verdum, Priscila de Lima	Formação continuada de professores da educação básica: políticas e práticas	2010
11	UNESP	Dissertação	O Currículo do Ensino Técnico Integrado ao Ensino	Borges, Ana Paula;	O Currículo do Ensino Técnico Integrado ao	2018

			Médio: Desafios e Perspectivas	Saito, Noemy Dantas	Ensino Médio: Desafios e Perspectivas	
12	UNESP	Dissertação	Ensino médio Educação em tempo integral Ensino técnico integrado ao ensino médio Políticas educacionais São Paulo High school <i>Full-time education</i> <i>Technical education integrated to high school</i> <i>Educational policies</i>	Silva, Marcelo Costa da	Políticas de educação em tempo integral no ensino médio público análise georreferenciada do estado de São Paulo	2020
13	UNESP	Dissertação	Tecnologia da informação Comunicação e tecnologia Educação Tecnologia Ensino profissional Ensino médio Aprendizagem <i>Information technology</i>	Teixeira, Alexandre Navarro.	O uso das tecnologias da informação e comunicação como facilitador no processo de aprendizagem no ensino técnico integrado ao médio	2017
14	UNESP	Dissertação	Abordagem interdisciplinar do conhecimento na educação Ensino médio Professores -- Participação no planejamento curricular <i>High school</i>	Silva, Daiana Franco da	As contribuições das propostas interdisciplinares no processo de formação discente a relação com o desempenho acadêmico no currículo integrado do ensino médio na escola técnica	2020
15	UNESP	Dissertação	Currículos Ensino profissional <i>Education Curricula</i>	Senna, Sérgio do Nascimento.	Educação profissional técnica integrada ao ensino médio: o princípio de flexibilidade	2018
16	UNESP	Dissertação	Currículo Habermas Educação Matemática Curriculum Ensino profissional <i>Mathematical education</i>	Lima, Claudemir Monteiro	A percepção de professores e coordenadores pedagógicos sobre a implantação curricular do novotec integrado entre o sistema e o mundo da vida	2021

17	UNESP	Dissertação	Jovens Adolescentes -- Condições sociais Ensino profissional Valores Influência social Adolescentes	Mattiolo Junior, Gilberto Luiz.	O amanhã de quem cresce: influências e valores presentes na constituição de projetos de vida de jovens adolescentes de um curso técnico de uma instituição estadual	2015
----	-------	-------------	---	--	--	------

Fonte: elaborado pelo pesquisador

As leituras desses trabalhos possibilitaram ampliar a visão sobre políticas curriculares da educação profissional. Em um percurso de 12 anos pôde-se observar que transformações sociais e políticas nortearam temas que refletiram as demandas do mercado de trabalho e o papel da educação de modo geral. No contexto do ensino técnico integrado ao médio foi importante notar várias diretrizes que deram início às discussões sobre uma formação mais abrangente e integrada, na tentativa de preparar os estudantes tanto para as disciplinas de núcleo comum como para as áreas técnicas.

Outro ponto de destaque das leituras foi o trabalho docente como elemento central para temas e propostas de mudanças na educação profissional. A ação do professor no processo educacional integrado teve papel de destaque e contribuiu tanto para estimular o pensamento crítico, quanto o desenvolvimento de habilidades técnicas. Parte das pesquisas analisadas contextualizaram os conteúdos conforme as estratégias pedagógicas, dentro e fora da sala de aula, promovendo a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de competências essenciais para a vida profissional, a chamada formação integral. Foi importante notar que a flexibilidade curricular na Educação Profissional passou por um processo de adaptação dos currículos que seguiram características regionais e demandas específicas de cada setor produtivo, as parcerias entre instituições de ensino e empresas ampliaram a oferta de estágios, visitas técnicas e projetos de pesquisa aplicada, práticas e metodologias diferenciadas.

As políticas curriculares foram questionadas quanto à promoção e à inclusão social de todos os estudantes a uma educação de qualidade. Discursos legalistas e ideológicos se misturaram às ações pedagógicas, dificultando a compreensão de projetos que propunham valorizar a identidade escolar. Metodologias pedagógicas foram adaptadas para atender às diversas formas de aprendizagem revelando ações positivas e negativas, conforme os resultados das pesquisas.

No âmbito internacional, a integração de padrões de qualidade e a comparação de práticas educacionais foram analisadas, com o objetivo de obter dados sobre o nível da educação profissional. Modelos curriculares de sucesso no exterior nem sempre se adaptam à

realidade da educação brasileira. A mobilidade acadêmica e a internacionalização dos currículos foram discutidas com o objetivo de ampliar as oportunidades de formação e inserção ao mercado de trabalho.

As políticas curriculares da educação profissional do ensino técnico integrado ao médio, quando comparadas aos currículos tradicionais, permitiram aos pesquisadores, visão flexível e dinâmica sobre os contextos pedagógicos.

3.2 Apoio Teórico

Inicialmente, o apoio teórico tomou por base de estudo, o pensador e pesquisador da Educação Prof. José Mário Pires Azanha, autor com o qual pude me identificar e alinhar a proposta deste projeto. No decorrer da pesquisa, também foram consultados outros autores que proporcionaram importantes reflexões e inferências a esta pesquisa, tais como: Paulo Freire e José Carlos Libâneo. Também trabalhos de minha orientadora Ana Maria Falsarella foram considerados, principalmente na área da gestão educacional.

O professor José Mário Pires Azanha (2004) em algumas de suas reflexões relativas à formação do professor da escola básica, destaca:

No entanto, dessa ampla e continuada discussão, não têm emergido propostas que ultrapassem o nível de recomendações abstratas sobre a necessidade de “sólida formação dos educadores”, da “integração de teoria e prática”, da “interdisciplinaridade” etc. É claro que sugestões dessa natureza são capazes de entreter colóquios e debates, mas a sua utilidade não vai além desses efeitos retóricos. (Azanha, 2004, p.369).

Neste trecho, Azanha (2004) chama a atenção sobre os aspectos retóricos dos discursos sobre formação docente, o que mostra relação com o tratado nesta pesquisa. Com o fim do prazo legal de implantação do NEM em 2022, as cobranças para que os currículos e eixos tecnológicos estivessem integrados, ficaram mais acentuadas para a gestão, sempre através da obrigatoriedade em se apresentar evidências de que as novas propostas curriculares estão sendo colocadas em prática. Já os professores, também passaram por um processo de adaptação, mas sem o devido preparo e, deste fato, busquei pesquisar estas lacunas nas questões normativas e de formação profissional em relação às mudanças que colocam professores de diferentes áreas de atuação em um mesmo plano de trabalho sendo obrigados a utilizar metodologias integradas em seus planejamentos.

Ainda sobre a formação do professor, diz Azanha (2004):

Nessas discussões, quase sempre se parte de uma noção vaga e impressionista de “escola brasileira”, caminha-se para a afirmação da necessidade de uma “política

nacional de formação de professores” e, em seguida, desenha-se o “perfil profissional” desses professores por meio de um arrolamento de competências cognitivas e docentes que deveriam ser desenvolvidas pelos cursos formadores. Embora esse traçado das discussões seja um pouco simplificado, ele capta duas tendências sempre presentes no encaminhamento do tema da formação de professores: o vezo centralizador das normas gerais e a fixação na figura individual do professor. (Azanha, 2004, p.370).

Trazendo a fala do autor para esta pesquisa, pode-se observar que, de fato, promover a integração entre eixos tecnológicos distintos talvez seja um dos principais desafios. Ter um plano integrado e eficaz que atenda aos requisitos da BNCC e do itinerário técnico-profissional na escola, de modo a nortear os projetos do início ao fim do processo de ensino e aprendizagem, que respeite a identidade e as características da escola, bem como a sua comunidade e identidade, seria algo desejável, mas caracteriza um discurso que centraliza a emissão de normas gerais fixando-as na figura do professor para executá-las, ignorando o contexto de formação dos docentes, o contexto concreto das escolas e o contexto de atuação dos gestores. As propostas pedagógicas desenvolvidas na escola para o ensino integrado nem sempre são satisfatórias porque estão isoladas em um eixo dominante de interesse, mal formuladas em face da realidade dos alunos e mal compreendidas pelos professores pela ausência de propostas integradas de gestão que, com o passar do tempo da implantação do Novo Ensino Médio, gerou lacunas de aprendizagem.

Azanha (2004) também destaca:

Nessa linha, as preocupações sobre a formação docente aproximam-se da concepção de Comênio (Didática Magna, 1657), segundo a qual o “bom professor” seria aquele capaz de dominar a “arte de ensinar tudo a todos”. Comênio, como um baconista convicto, tinha uma profunda confiança no poder do método, achava possível que a arte de ensinar fosse codificável num conjunto de prescrições cuja observância estrita faria de uma pessoa interessada um professor competente, ele queria implantar no campo da educação a reforma pretendida por Bacon no domínio das ciências. Como para Bacon fazer ciência era aplicar um método, Comênio imaginou que ensinar era também a aplicação de um método. (Azanha, 2004, p.370).

Atualizando as palavras de Azanha (2004) para os dias de hoje, temos que um planejamento integrado também requer qualificação docente, seja pela formação inicial ou continuada, possibilitando aos professores, evoluírem em suas práticas pedagógicas e fornecerem o apoio necessário aos estudantes na construção do conhecimento igualmente integrado. Não é simplesmente um “método” que se aplica a toda e qualquer situação. Na Escola Técnica pesquisada, vários docentes atuam no núcleo básico/comum concomitante ao itinerário formativo técnico-profissional. No Ensino Médio com habilitação profissional de técnico em

administração, vários professores da base comum ministram disciplinas em áreas técnicas. O que chama a atenção e, nesse sentido, pode-se encontrar explicação no seguinte trecho do autor:

No que diz respeito às propostas de formação docente, o estado de coisas está tão desarranjado que, quando se fala em metodologias e estratégias de ensino, não se consegue discernir entre possíveis relações conceituais entre conhecimento, ensino e valores e hipotéticas relações entre capacidade de aprender e supostas fases de desenvolvimento psicológico. Enfim, nem sempre se procura e se consegue distinguir entre o que são exercícios de um jargão na moda daquilo que tem respaldo em investigações teóricas e empíricas. (Azanha, 2004, p.371).

No Projeto Político e Pedagógico e no Plano Plurianual de Gestão da Unidade Escolar pesquisada (2021) estão previstas ações de integração e metodologias que requerem o desenvolvimento de competências e habilidades, tanto da base comum quanto do itinerário formativo, os quais foram objetos de estudos e análises desta pesquisa porque estão sob a influência das leis e novas tecnologias educacionais. Nos termos de Azanha (2004), é preciso distinguir jargões referentes a modismos pedagógicos daquilo que é realmente importante na educação. Nesse sentido, a presente pesquisa tem sua importância ao contribuir com respaldo teórico e empírico sobre o tema.

Além da literatura pedagógica, a legislação educacional serviu como base de consulta: Constituição Federal (Brasil, 1988), Lei de Diretrizes e Base da Educação (Brasil, 1996), Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (Brasil, 2018), Novo Ensino Médio (Brasil, 2017) e orientações normativas do Centro Paula Souza, como o Regimento Comum das ETECs (São Paulo, CPS, 2022), e outros.

Um exemplo de orientação normativa que serviu como apoio está contida no documento “O Vestibulinho das ETECs” (Fundação FAT⁶, 2020), o qual auxiliou com informações do contexto familiar e social dos alunos ingressantes no Curso Técnico de Administração. Observa-se uma grande procura de alunos interessados no Ensino Médio Técnico da ETEC, em razão de ser uma instituição pública que concorre com as melhores escolas particulares em todo Estado, fato perceptível com o ingresso de alunos oriundos do ensino fundamental privado no Ensino Médio da ETEC. Esse movimento se dá, em grande parte, pela posição da ETEC em *rankings* de aprovação em vestibulares e pelas propostas pedagógicas que abrem caminho tanto para a profissionalização quanto para o vestibular. Pode-se dizer que os alunos ingressantes advindos de escolas particulares, sob orientação de suas famílias, buscam qualidade similar ou

⁶ A Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT) A FAT atua como uma fundação de apoio ao CPS, colaborando em gestão de projetos, captação de recursos, Vestibulinho, Vestibulares, execução de programas educacionais, administração de estágios e oferta de cursos de formação continuada.

superiores àquelas oferecidas, sem o peso das mensalidades e com metodologias voltadas ao sucesso nos exames e no mercado de trabalho (Fundação FAT, 2020).

Questões sobre a gestão escolar, democratização das relações e formação continuada dos docentes necessariamente foram alvos de estudos nesta pesquisa. No texto "Cotidiano escolar e atuação do gestor", Falsarella (2018) explora o modo como os gestores escolares lidam com os desafios do dia a dia na escola.

A participação dos atores escolares pode se dar de diferentes formas, em função das demandas de uma sociedade que se transforma. Entretanto, para que a democratização seja concretizada nas escolas, para que ultrapasse a referência abstrata ao ideal democrático, é preciso que ela não se limite às posturas e práticas do gestor, mas se incorpore às ações de todos sujeitos da comunidade escolar, se espraie por todos os setores da escola e chegue à relação dos professores com seus alunos nas salas de aula (Falsarella, 2018, p.17).

Ao incluir questões como gerenciamento de recursos, interação com alunos, professores, pais e comunidade, resolução de conflitos e criação de um ambiente propício à aprendizagem, nota-se que as mudanças que o NEM e os Itinerários impõem às escolas demandam dos gestores escolares: atualização, novos conhecimentos, habilidades de liderança, compreensão das políticas educacionais e estratégias de gestão para lidar com os desafios dentro da própria escola.

Libâneo (2004) destaca a necessidade de um percurso de formação contínua, onde gestores adquirem conhecimentos teóricos e práticos relevantes para uma gestão eficaz e centrada no aluno, características posteriormente apontadas pelos itinerários formativos no desenvolvimento de competência e habilidades específicas à formação profissional. Segundo o autor:

Muitos dirigentes escolares foram alvos de críticas por práticas excessivamente burocráticas, conservadoras, autoritárias, centralizadoras. Embora aqui e ali continuem existindo profissionais com esse perfil, hoje estão disseminadas práticas de gestão participativa, liderança participativa, atitudes flexíveis e compromisso com as necessárias mudanças na educação. (Libâneo, 2004, p.217).

Nota-se proposições positivas para as práticas de gestão escolar, nas quais se priorizam valores como colaboração, participação, flexibilidade e responsabilidade social. Uma nova perspectiva de gestão alinhada a uma visão de escola como um espaço democrático e inclusivo, onde o desenvolvimento integral dos estudantes seja o objetivo principal, e onde gestores atuem como líderes em um projeto de melhoria e transformação escolar.

3.3 Práticas do gestor na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

As práticas e ações gestoras estudadas neste item não ficaram restritas à ETEC pesquisada; procurou-se dar ênfase ao exercício gestor dos diretores de ETEC e suas praxes. Dados e inferências de campos administrativos e pedagógicos foram analisados com o objetivo de ampliar a compreensão geral sobre as ações gestoras e a realidade escolar na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Foram destacados, em concomitância às práticas e exercícios, os campos da Ética, dos Direitos Humanos, da Responsabilidade Social, das Políticas Educacionais e da própria Cidadania, além de considerações sobre a autonomia relativa dos gestores em suas decisões individuais e na condução de decisões coletivas.

De acordo com o Portal do MEC (<http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept#>, acesso em 04/03/2024), a EPT e sua legislação não são recentes no Brasil. A EPT teve seu início histórico no período do Império (1822 a 1889) com destaque para a instalação das Casas de Educandos Artífices em dez províncias entre 1840 e 1865. Em 1909, já na República, são criadas dezenove “*Escolas de Aprendizizes Artífices*”. Destinadas ao ensino *profissional, primário e gratuito*, estabelecem-se como marco do início da Educação Profissional e Tecnológica como política pública no Brasil. Em 1937, o ensino profissional é tratado na Constituição Federal enfatizando-o como dever do Estado e definindo que as indústrias e os sindicatos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade. Dentre os desdobramentos, cita-se aqui a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Em 1943 é instituída a Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto nº 6.141, de 28 de dezembro) e em 1946 a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº 9.613/de 20 de agosto), ano em que foi criado o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), pelo Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro. Em 1959 foram instituídas as escolas técnicas federais como autarquias a partir das escolas industriais e técnicas mantidas pelo Governo Federal, as quais hoje compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), passou a permitir que os concluintes de cursos de educação profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, pudessem continuar estudos no ensino superior. Desde então a EPT vem sendo fundamentada pela LDB e novas redações por leis adjacentes, conforme apresentado no Apêndice 2.

A legislação para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) passou por transformações significativas com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Em São Paulo, especialmente, a criação das Escolas Técnicas trouxe novas demandas

e exigências às práticas gestoras. De acordo com Cunha (2012), essas políticas, por vezes, criam tensões entre os princípios pedagógicos e a necessidade de atender às diretrizes governamentais, o que exige uma capacidade de adaptação e visão estratégica por parte dos gestores.

A gestão de pessoas no ambiente escolar foi analisada sob aspectos distintos da gestão empresarial. Levou-se em consideração valores absolutos típicos da Educação, como identidade escolar e os processos de aprendizagem que tornam cada escola, única, em sua constituição em desempenhar um papel específico no desenvolvimento integral dos alunos. Nesta análise, verificou-se a necessidade de a gestão escolar estar atenta ao desenvolvimento humano e à construção de um ambiente colaborativo.

Algumas considerações sobre situações-problema foram apontadas com a finalidade de fortalecer as discussões em torno das questões que limitam a atuação do gestor em suas práticas e exercícios: ausência de políticas de valorização dos profissionais, sobrecarga e acúmulo de funções e falta de planos de formação continuada para gestores entre outros.

3.3.1 Autonomia relativa do gestor escolar

A autonomia da gestão escolar encontra-se no contexto das políticas públicas educacionais e suas influências nas demandas institucionais, que se mostram centralizadas. As limitações em assuntos corriqueiros podem interferir na capacidade de tomada de decisão e gerenciamento. Embora o gestor tenha, em documentos oficiais, liberdade para, democraticamente, definir estratégias pedagógicas, administrativas e organizacionais, essa autonomia está condicionada a regulamentos, políticas educacionais, diretrizes e normas; autonomia também influenciada pelas demandas da comunidade escolar (professores, pais, alunos) e recursos disponíveis.

Lück (2009) argumenta que a autonomia deve ser vista como uma condição para o desenvolvimento de uma gestão escolar democrática e eficaz, uma vez que permite que o gestor adapte as normas ao contexto da escola e da comunidade escolar. Assim, a autonomia se configura em um exercício de tomada de decisão que leva em conta a responsabilidade e o alinhamento às normas, diferente da compreensão de liberdade, que pode ser percebida como um poder de ação mais amplo.

Na esfera pedagógica, o diretor tem a responsabilidade de implantar e gerenciar os novos currículos de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas diretrizes legais e institucionais. A margem para adaptações de conteúdo com interação entre os professores na organização de atividades complementares é bem pequena.

No que se refere à autonomia administrativa, o diretor é o responsável pela gestão dos recursos humanos e financeiros da unidade, também em conformidade com as diretrizes estabelecidas. As limitações frente às normas rígidas de prestação de contas e controle de materiais dificultam a eficácia ao atendimento e implementação de novas propostas de melhoria. A centralização dos recursos pode gerar um descompasso entre as questões imediatas da escola e a capacidade do diretor de agir rapidamente.

No que tange ao Centro Paula Souza, outro aspecto da autonomia compreendida como relativa no exercício da gestão, descrita no Regimento Comum das ETECs, está na atuação de firmar parcerias com a comunidade local, entidades e empresas da região. O Regimento Comum das ETECs no capítulo II dos Princípios e Finalidades estabelece:

Artigo 8º - A instalação de cursos, programas e atividades previstas nos artigos 5º, 6º e 7º está sujeita à aprovação prévia do CEETEPS e dos órgãos competentes do sistema de ensino. Parágrafo único - As Unidades ETEC poderão oferecer cursos e programas em regime de: I - intercomplementaridade com outras instituições de ensino; II - parceria com empresas, entidades públicas ou privadas e empreendimentos familiares.

Artigo 9º - Para a consecução de suas finalidades, as Unidades ETEC poderão estabelecer parcerias com empresas e instituições de ensino ou de pesquisa, públicas ou privadas, sujeitas à aprovação prévia da Superintendência do CEETEPS e dos órgãos competentes do sistema de ensino (D.O.E.; Poder Executivo I, São Paulo, 132 (148) – 41, sábado, 23 de julho de 2022).

O diretor de ETEC, dada as exigências de ingresso ao cargo e as necessidades de funcionamento das escolas, deve possuir habilidades mobilizadoras na articulação de parcerias com objetivos de oferecer oportunidades de estágio, cursos complementares e até financiamento para projetos específicos. Contudo, esta possibilidade de articulação esbarra nas restrições burocráticas impostas pela própria instituição, como se observa nos artigos 8º e 9º do Regimento as sutis expressões *“sujeita à aprovação prévia do CEETEPS e dos órgãos competentes do sistema de ensino”*

A autonomia do diretor seria, portanto, marcada por uma submissão entre a liberdade de atuação e o controle externo, criando-se desafios práticos e instabilidades, especialmente quando se espera que o diretor seja inovador e capaz de responder rapidamente às dificuldades das demandas, ao mesmo tempo em que há uma limitação estrutural e hierárquica rígida. O resultado seria uma autonomia muito relativa, que se traduz em margens de manobra muito restritas ao que é estabelecido pela instância superior.

Falsarella (2014) destaca a importância da autonomia na gestão escolar, a partir das práticas e decisões baseadas nas peculiaridades da comunidade escolar: “a autonomia do gestor escolar está diretamente ligada à sua capacidade de tomar decisões pedagógicas e

administrativas que reflitam as necessidades de sua comunidade escolar, promovendo um ambiente mais dinâmico e adequado ao contexto educacional” (Falsarella, 2014, p. 78), o que nem sempre é possível nas escolas sob jurisdição do CPS.

O Regimento Comum das ETECs orienta as regras de funcionamento, responsabilidades, direitos e deveres do diretor em relação às questões pedagógicas, normas de convivência, avaliação de desempenho dos alunos e regulamentação de procedimentos administrativos, somadas às diretrizes para a formação crítica, autônoma e cidadã. A retomada das atividades presenciais após a pandemia de Covid (2019-2023) alterou a rotina dos gestores em seus ambientes escolares. Houve mudanças comportamentais e sociais que impactaram diretamente a cultura da escola, consequentemente as tomadas de decisão dos diretores. No CPS houve a publicação do novo Regimento das ETECs (São Paulo, CPS, 2022), justificado pelas mudanças ocorridas na sociedade e nas escolas.

3.3.2 Gestão na EPT e mercado de trabalho

A educação com base mercadológica tem sido bastante criticada por enfatizar o ensino de habilidades práticas e padronizadas, geralmente aplicáveis em um contexto industrial, empresarial ou corporativo. Essas abordagens tendem a valorizar conhecimentos mensuráveis e quantificáveis, diretamente ligados a tarefas específicas e à produtividade. Deste modo, a formação do aluno fica centrada em procedimentos técnicos, definidos, com pouca margem ao desenvolvimento crítico, criativo e ético.

A EPT aborda em seus currículos propostas pedagógicas direcionadas ao mercado com o intuito de oferecer experiências práticas de aprendizagens aos alunos, junto às áreas ou eixos de conhecimento desenvolvidos nos cursos. As vivências em diferentes contextos organizacionais podem expandir a visão do aluno, permitindo a compreensão de complexidades da profissão escolhida e seus impactos sociais. Fazer parte do mercado de trabalho seria um dos objetivos dos alunos em formação, em sentido amplo, eles se certificariam da própria escolha correta pelo curso e vivenciariam o sonho de alcançar um emprego (exercício profissional).

Não se pode condenar a EPT, a mera educação tecnicista ou instrumental, pelo fato de atender as demandas do mercado de trabalho. No entanto, essa abordagem tecnicista tende a enxergar o sistema educacional como um meio para capacitar os alunos para atuar apenas em atividades produtivas, desconsiderando que a educação deve ir além no sentido de formar seres humanos.

Na ETEC pesquisada, existe um banco de currículos on-line que as empresas, universidades e instituições parceiras ou interessadas acessam em busca de alunos cuja

formação técnica seja compatível às expectativas e exigências. O aluno, logo após sua matrícula, é orientado a preencher o formulário de interesse e as autorizações de acesso e, em seguida, passa a armazenar seus dados entre outras atividades pedagógicas de interesse. O sucesso deste projeto, depende prioritariamente da gestão, na definição de estratégias e escolha de coordenadores, professores e funcionários, cujo perfil, vá além da sala de aula e da própria escola na articulação de ações interdisciplinares integradas.

Libâneo (2012) chama a atenção para os modelos de educação que se prendem a uma formação meramente técnica ou mercadológica: “a escola deve, acima de tudo, formar cidadãos que sejam capazes de interpretar e transformar o mundo ao seu redor, não apenas técnicos voltados para o mercado de trabalho” (Libâneo, 2012, p. 34).

Cardozo (2010) aponta que a educação tecnológica no Brasil tem como desafios atender as demandas do mercado de trabalho, como também as práticas relacionadas ao exercício da cidadania. Conforme o autor:

Nesse contexto, vários questionamentos são feitos sobre o melhor caminho a ser utilizado no trabalho pedagógico e na construção dos conhecimentos necessários para uma vida digna no mundo globalizado e tecnológico, na qual a educação e o trabalho devem figurar com condições de autonomia e libertação do homem e não como instrumentos de subjugação aos ditames do grande capital. (Cardozo, 2010, p.31).

Segundo Cardozo (2010), apesar da EPT ter o tema trabalho como princípio educativo, fundamentando seu ensino para a formação de profissionais qualificados ao mercado de trabalho, não significa dizer que estes profissionais sairão sem a formação crítica e reflexiva. Pelo contrário, a educação profissional tem o desafio de formar sujeitos participativos os quais terão acesso aos mais diversos conhecimentos tecnológicos, científicos, filosóficos, históricos etc., como forma de promoção de um indivíduo apto para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania.

Em outro ponto de vista, no que compete à ação gestora em relação às práticas educativas com foco no mercado, Freire (1996) faz referência a uma ação reflexiva que leva à transformação, e quando aplicada à gestão educacional, demanda um equilíbrio entre as demandas práticas do dia a dia e uma reflexão contínua sobre os objetivos maiores da educação. Não se pode perder de vista o compromisso da escola para com o aluno, a família e a sociedade.

3.3.3 A Gestão escolar e papel do diretor

Libâneo e Freitas (2018) enfatizam que o funcionamento da escola e, sobretudo, a qualidade da aprendizagem dos alunos, dependem de boa direção e de formas democráticas e eficazes de gestão do trabalho escolar. Dessa forma, os autores explicitam que:

Uma escola bem organizada e bem gerida é aquela que cria e assegura condições pedagógico-didáticas, organizacionais e operacionais que propiciam o bom desempenho dos professores em sala de aula, de modo que todos os seus alunos sejam bem-sucedidos na aprendizagem escolar. (Libâneo; Freitas, 2018, p. 22).

A qualidade da gestão escolar não está condicionada apenas à figura do diretor, mas também ao desempenho dos professores e ao sucesso dos alunos. O gestor competente é aquele que apoia e valoriza o trabalho docente, reconhecendo os professores como protagonistas na aprendizagem e na criação de ambientes favoráveis ao ensino.

Libâneo e Freitas (2018), sobre o contexto do gestor de escola, afirmam que:

O gestor escolar tem de se conscientizar de que ele, sozinho, não pode administrar todos os problemas da escola. O caminho é a descentralização, isto é, o compartilhamento de responsabilidades com alunos, pais, professores e funcionários. O que se chama de gestão democrática onde todos os atores envolvidos no processo participam das decisões. Uma vez tomadas, trata-se as decisões coletivamente, participativamente, é preciso pô-las em práticas. Para isso, a escola deve estar bem coordenada e administrada. Não queremos dizer com isso que o sucesso da escola reside unicamente na pessoa do gestor ou em uma estrutura administrativa autocrática na qual ele centraliza todas as decisões. Ao contrário, trata-se de entender o papel do gestor como líder cooperativo, o de alguém que consegue aglutinar as aspirações, os desejos, as expectativas da comunidade escolar e articular a adesão e a participação de todos os segmentos da escola na gestão em um projeto comum. “O diretor não pode ater-se apenas às questões administrativas. Como dirigente, cabe-lhe ter uma visão de conjunto e uma atuação que apreenda a escola em seus aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e culturais” (p.332).

Cabe lembrar que, quando se fala em administrador escolar, é quase unânime a preferência pela expressão “diretor escolar”. Etimologicamente a expressão “direção” possui correspondência com “administração”, mas na prática, ninguém vai à escola à procura de um administrador, mas sim, do diretor de escola. Para melhor compreensão, há uma clara diferença entre direção e administração:

[...] assim, por exemplo, considere-se que uma coisa é ser diretor, outra é ser administrador. Direção é função do mais alto nível que, como própria denominação indica, envolve linha superior e geral de conduta, inclusiva a capacidade de liderança para escolha de filosofia e política de ação. Administração é instrumento que o diretor pode utilizar pessoalmente ou encarregar alguém de fazê-lo sob sua responsabilidade. Por outras palavras: direção é um todo superior e mais amplo do qual a administração é parte, aliás, relativamente modesta (Ribeiro, 1952, p. 39).

Na EPT é comum a escola pública ser comparada à empresa, como se sujeitasse às regras da iniciativa privada. Esse tipo de discurso ocorre quando a escola não atende com eficácia às expectativas da comunidade escolar e da sociedade. A falta de professores, a demora na contratação, a precariedade das instalações e a falta de investimentos em equipamentos foram alguns dos problemas que reforçaram o discurso de que a escola pública deveria ser tratada e administrada como uma empresa.

No contexto da formação integral não cabe comparar a escola a uma empresa; a EPT, assim como em outras modalidades de ensino, requer dos gestores dinamismo em relação às mudanças, principalmente suas competências pedagógica e humanista ao enfrentamento das demandas da escola. O regimento comum das ETECS em seu art. 20, indica habilidades e competências esperadas do diretor do CPS:

O Diretor de Unidade ETEC, sem prejuízo de outras constantes em documento próprio do CEETEPS e da legislação, terá as seguintes atribuições: I - garantir as condições para o desenvolvimento da gestão democrática do ensino, na forma prevista pela legislação e neste Regimento; II - promover a elaboração do projeto político-pedagógico da escola; III - coordenar a elaboração, o acompanhamento, a avaliação e o controle da execução do Plano Plurianual de Gestão; IV - gerenciar os recursos físicos, materiais, humanos e financeiros para atender às necessidades da escola a curto, médio e longo prazos; V- coordenar o planejamento, execução, controle e avaliação das atividades da escola com o objetivo de garantir a melhoria dos processos; VI - garantir: a) o cumprimento dos conteúdos curriculares, das cargas horárias e dos dias letivos previstos na legislação vigente; b) os meios para a recuperação de alunos de menor rendimento e em progressão parcial, seja ela na forma presencial ou virtual. VII - assegurar o cumprimento da legislação, bem como dos regulamentos, diretrizes e normas emanadas da administração superior e da Administração VIII - expedir diplomas, certificados e outros documentos escolares, responsabilizando-se por sua autenticidade e exatidão; IX- promover estudos fundamentados por indicadores institucionais e gerenciar ações visando à oferta de cursos e seu contínuo aprimoramento, assim como de programas, dos recursos físicos, materiais e humanos que compõem a escola; X- administrar e responsabilizar-se pelo patrimônio do CEETEPS, observadas as normas e diretrizes legais e infralegais aplicáveis, fomentando estratégias para controle, manutenção, preservação e desfazimento dos bens inservíveis; XI - promover ações para a integração escola-família e comunidade-empresa, apoiado em indicadores de fontes reconhecidas; XII - coordenar a elaboração de projetos, submetendo-os à aprovação dos órgãos competentes, acompanhar seu desenvolvimento e avaliar seus resultados; XIII - criar condições e estimular experiências inovadoras para o aprimoramento do processo educacional; XIV - integrar as ações dos serviços prestados pela escola; XV- criar procedimentos que favoreçam a comunicação e o fluxo de informações junto à Comunidade Escolar; XVI - convocar para as reuniões ordinárias e extraordinárias, de forma presencial ou virtual, os representantes dos órgãos colegiados discentes, docentes, servidores e membros dos demais segmentos da comunidade escolar; XVII - desempenhar outras atividades correlatas e afins. (D.O.E.; Poder Executivo I, São Paulo, 132 (148) – 41, sábado, 23 de julho de 2022).

Considerando o que diz a legislação aqui indicada, pode-se afirmar que são atribuições demais para o profissional que tem uma autonomia muito limitada.

3.3.4 Educação em Direitos Humanos (EDH) e gestão democrática

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um referencial para praticamente todas as constituições de países democráticos em todo mundo, suas diretrizes embasadas na trajetória histórica do homem por meio de conflitos e guerras, disciplina a humanidade a conviver pacificamente, com civilidade, dignidade e respeito, por meio de valores revestidos de cláusulas pétreas de direitos e garantias individuais e coletivos.

Embasada em referências valiosas, a Educação em Direitos Humanos (EDH) possibilita uma ampla dimensão para diretrizes e políticas públicas à Educação, de maneira geral com potencial transformador. Para isso, a EDH, necessita fazer parte da Escola, ser contextualizada de acordo com a realidade sociocultural de cada comunidade, e não ser tratada à distância, apenas de modo teórico, sem levar em conta as particularidades locais e os desafios específicos que cada aluno enfrenta.

Em 2003 foi instituído o *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos* (PNEDH) (Brasil, 2003), que consolidou a EDH como parte integrante das políticas públicas de educação, além de definir a EDH como um direito fundamental e um meio para o fortalecimento da democracia, da justiça social e da paz. Libâneo (2001) defende que a EDH é mais eficaz quando reconhece a complexidade da sociedade e trabalha para integrar as diferentes perspectivas e identidades.

O incentivo à EDH nas escolas técnicas, por meio de projetos, propostas curriculares e ações de todas as equipes, principalmente a gestora, seria um avanço frente aos desafios das novas tecnologias e redes de informações e seus imediatismos. O conhecimento em EDH resultaria em ações de aspecto moral e ético entre todos os membros da comunidade escolar (com foco no aluno) com mais frequência.

Por outro lado, a EDH enfrenta vários desafios, entre os quais, destacam-se as resistências por parte da comunidade escolar em desenvolver temas considerados "polêmicos", como a igualdade de gênero, a diversidade étnico-racial, os direitos das minorias, entre outros. Além disso, muitos profissionais não conhecem e nunca tiveram uma formação pautada na EDH e, por isso, apresentam dificuldades em compreender as correspondências deste ramo da educação para a própria área de formação. Por exemplo, professores formados em ciências exatas como engenheiros, matemáticos e profissionais de áreas industriais e tecnologias destinarem parte de seus planos de aulas e/ou propostas pedagógicas em torno da transversalidade da EDH. Para a situação destacada, caberia ao gestor escolar, planejar, fomentar, incentivar, organizar ações e formação continuada, buscar parcerias e tornar a EDH uma educação permanente na escola.

Gadotti (2000) enfatiza que a EDH requer uma prática pedagógica corajosa e engajada, capaz de enfrentar preconceitos e de estimular o pensamento crítico entre os alunos. A resistência cultural, política e ideológica à EDH representa um obstáculo significativo, mas que, segundo Benevides (2018), pode ser superado por meio de um comprometimento coletivo da comunidade escolar e da sociedade em geral.

Sobre formação autônoma e humana, Falsarella (2019) destaca:

Na busca por uma educação mais inclusiva e significativa, práticas pedagógicas que promovem a autonomia e a humanidade dos sujeitos têm se mostrado fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes. Essas práticas visam a construção de uma escola onde o diálogo, a cooperação e o respeito mútuo são os pilares das relações entre alunos, professores e gestores. A escola, neste sentido, deve ser um espaço de acolhimento, onde a diversidade é reconhecida como um valor, e cada indivíduo tem a oportunidade de exercer sua autonomia de forma consciente e crítica. Dessa maneira, práticas humanitárias no ambiente escolar não apenas fortalecem o vínculo entre os diferentes atores da comunidade escolar, mas também preparam os estudantes para serem cidadãos ativos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e democrática (p. 55).

A autora, em sentido amplo, conduz a discussão para o campo dos Direitos Humanos ao indicar o papel dos atores da comunidade escolar na construção de uma sociedade mais justa.

No que tange aos preceitos de justiça social, o tema “Trabalho” dentro da escola é um dos principais instrumentos condutores de conhecimento sobre o papel do homem em sociedade. Desta perspectiva, surgiu o tema “Profissão” que é o desdobramento das habilidades e competências técnicas e científicas adquiridas em um percurso de aprendizagem. Diante das relações práticas e teóricas dos temas “Trabalho” e “Profissão”, surgiram os conhecimentos norteadores ou matrizes curriculares, cujos valores integraram princípios de conduta ética e moral. Por isso a EPT mantém vínculo e integra a Educação em Direitos Humanos (EDH) por meio de referenciais pedagógicos de aprendizagens, conhecimentos técnicos, culturais e contexto social. Sobre o assunto, Aguirre (1986) se perguntava:

[...] é realista tentar educar para os direitos humanos? Têm-se ensaiado diversas respostas sobre esse tipo de questão na busca do aperfeiçoamento do ser humano e das sociedades. [...] Permanência e ruptura, ordem e mudança criativa serão sempre dimensões dialéticas dos genuínos processos educativos em direitos humanos. [...] A educação em direitos humanos tem que ser aprendida como um processo rico e complexo, que garanta e respeite essa dialética que implicará sempre a conciliação necessária entre liberdade e tolerância, entre ordem e criatividade (p.30).

Nessa concepção, em defesa de correntes mais amplas, Silva (2010) destaca a EDH:

A educação em direitos humanos não se limita à contextualização e à explicação das variáveis sociais, econômicas, políticas e culturais que interferem e orientam os processos educativos. Ela vai além da contextualização, embora esta seja imprescindível para a compreensão da sua construção. Faz parte dessa educação apreender os conteúdos que dão corpo a essa área, ou seja: a história, os processos de evolução das conquistas e das violações dos direitos, as legislações, pactos e acordos que dão sustentabilidade e garantia aos direitos são conteúdo a serem trabalhados no currículo básico. [...] os conteúdos devem ser associados ao desenvolvimento de valores, comportamentos éticos na perspectiva de que o ser humano é sempre incompleto em termos da sua formação. Por ter essa incompletude enquanto ser social, datado, localizado, o ser humano tem necessidade permanentemente de conhecer, construir e reconstruir regras de convivência em sociedade (p. 49).

A concepção de educação em direitos humanos apresentada traz subsídios essenciais para a gestão escolar por definir a orientação político-pedagógica dos Planos Escolares. Segundo Silva (2010):

[...] essa temática é polissêmica uma vez que permite várias concepções e intencionalidades, e por essa razão nos remete à necessidade de assumirmos a definição da educação que tem a perspectiva da defesa intransigente dos direitos humanos para todos (p. 47).

Pode-se dizer que a parte teórica que fundamenta a EPT direciona as escolas para a promoção de políticas participativas e democráticas. Seria um contrassenso qualquer outra forma de gestão que não considerasse os princípios democráticos, seria uma arbitrariedade e um o desrespeito à ordem legal.

Conforme Paro (2003), a gestão democrática é um princípio que legitima a escola como espaço de construção coletiva, onde as decisões não são monopolizadas por uma elite administrativa, mas construídas com a contribuição de todos.

A questão é não só discutir se a gestor escolar tem perfil democrático e cumpre com os princípios de Direitos Humanos, mas se ele seria capaz de integrar a sua equipe com eficácia, frente a velocidade das mudanças, necessidades individuais e coletivas e pressões dos sistemas. As mudanças sociais que atingem diretamente a organização escolar, exige do gestor, ações rápidas a fim de se reduzir os impactos administrativos e pedagógicos. No que tange às ações democráticas na escola, Fontana (2011) aponta um maior direcionamento das escolas em adotarem a gestão escolar democrática por entenderem que as ações em conjunto, com tomadas de decisões realizadas com a participação de todos, têm maior força e possibilidade de serem efetivadas:

[...] a gestão democrática deve estar fundamentada na construção de um espaço público, promovendo condições de igualdade, que propicie um ambiente de trabalho coletivo superando o individualismo e a educação excludente, possibilitando a interrelação do todo e, que a produção do conhecimento auxilie para preparar os sujeitos para a vida [...] (Fontana, 2011, p.4).

Desse modo, entende-se neste trabalho a gestão escolar democrática preocupada com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A escola como espaço de formação não apenas intelectual, mas também social e política, onde os indivíduos aprendem a conviver, a dialogar e respeitar os direitos e garantias individuais e coletivos. "O caminho para a verdadeira democracia na gestão escolar passa pela mudança de mentalidade de todos os envolvidos, o que requer um trabalho contínuo de formação e conscientização" (Paro, 2012, p. 84).

3.3.5 Gestão e EPT: formação profissional ou acadêmica?

O gestor na EPT não convive apenas com problemas internos, também enfrenta uma antiga e mal resolvida dicotomia: formação profissional *versus* preparação acadêmica para acesso à universidade.

Diante desta dualidade Krawczyk (2014) afirma:

A falta de consenso em torno da dualidade na identidade do ensino médio (formação geral e/ou profissional); os movimentos constantes de reforma na sua estrutura, ao longo do século XX, passando de uma organização única a uma organização com orientações e vice-versa; e as demandas constantes para inclusão e/ou exclusão de novos conteúdos no currículo são exemplos das tensões em torno desse nível de ensino nos diferentes países. (p. 17).

A dualidade levantada pela autora (formação geral *versus* profissional) mexe em um campo sensível da escola: a falta de integração entre os professores do núcleo comum e áreas técnicas da parte diversificada da BNCC.

Ações ou discursos em defesa da separação curricular sob a alegação de formação em progressão ao ensino superior foram constantes, sendo assim, os discursos que pregavam o rompimento ganharam força com frequência. Por mais complexas que fossem as relações práticas e teóricas do processo de formação, evoluir em busca da integração, indicava ser o caminho mais seguro na obtenção de resultados dentro e fora da escola.

Paulo Freire (1987) não descarta a importância dos atos de se ensinar através de técnicas, mas enfatiza os valores da educação emancipatória na formação de sujeitos críticos, capazes de compreender a realidade em que vivem e de agir para transformá-la. Em sua obra "Pedagogia do Oprimido", argumenta que "a educação não pode ser neutra", pois ou serve para domesticar ou para libertar os indivíduos. Para Freire, a verdadeira educação deveria promover a conscientização dos estudantes sobre as condições sociais, políticas e econômicas que os cercam, encorajando-os a agir criticamente sobre essa realidade, e não apenas reagindo a estímulos mercadológicos. Ele reforça que "ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão" (Freire, 1987), princípio que até hoje reflete a ideia de participação coletiva e de amplo diálogo com todas as áreas e setores em prol da educação.

Ainda que o “mercado” fosse um indicador de caminhos ao aluno, não significaria que ele devesse considerar apenas os modelos instituídos pelo trabalho, pois o conjunto de competências de formação não se restringe exclusivamente à profissionalização.

Paro (2003), argumenta que a gestão escolar deve ser uma atividade mediadora, que facilite a realização dos objetivos educacionais em diálogo com os diferentes segmentos da

comunidade escolar. Freire (1996), por sua vez, enfatiza a necessidade de uma educação problematizadora, que fomente a autonomia dos sujeitos. Em termos teóricos, ambos oferecem contribuições significativas ao entendimento da gestão educacional, elevam as ações dos gestores escolares ao patamar de atitudes sociais que superam o pensamento burocrático, administrativo e estabelecem relações éticas, políticas e pedagógicas.

Vazquez (1977), faz referência ao profissional, em suas ações práticas e teóricas, enquanto sujeito de construção da história de seu tempo:

Hoje, mais do que nunca, os homens precisam esclarecer teoricamente sua prática social, e regular conscientemente suas ações como sujeitos da história. E para que essas ações se revistam de um caráter criador, é necessário, também hoje mais do que nunca, uma elevada consciência das possibilidades objetivas e subjetivas do homem como ser prático, ou seja, uma autêntica consciência da práxis (p.47).

3.3.6. Gestão, infraestrutura e recursos materiais

As Tecnologias da Informação e Comunicação promoveram a aceleração do tempo de resposta para as ações escolares; pais, alunos e comunidade necessitam de prontidão e eficácia dos gestores no tocante à informação. Redes sociais, grupos de WhatsApp, Facebook, Instagram entre outras plataformas já fazem parte do contexto informativo, comunicacional das escolas, por vezes com o status de comunicação institucional. Porém, as tecnologias não dizem respeito apenas à comunicação entre os membros da comunidade escolar. Associadas às mudanças no mundo do trabalho, elas afetam a infraestrutura e o provimento de recursos materiais da escola.

A infraestrutura e os recursos materiais são pontos importantes para a organização escolar. Problemas de manutenção predial, escassez de recursos e equipamentos quebrados fazem parte dos desafios de gestão. Lück (2009) ressalta que a gestão eficaz de recursos materiais e humanos é uma das competências mais importantes do gestor escolar: “a capacidade de gerir bem os recursos disponíveis, tanto humanos quanto materiais, é uma competência essencial para o sucesso da gestão escolar, pois ela impacta diretamente a qualidade do ensino oferecido” (Lück, 2009, p. 56).

Os recursos destinados às escolas são considerados insuficientes para a compra e manutenção de equipamentos, em especial na ETEC pesquisada. Assentada em um prédio centenário com problemas estruturais, em permanente estado de degradação, praticamente todas as solicitações de verba acima do valor mensal destinado dependem de processos licitatórios com autorização e acompanhamentos de engenheiros do CPS.

Além disso, a gestão escolar de uma escola técnica, engloba a gestão de salas descentralizadas em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, somadas às obrigações

cotidianas do diretor da unidade sede. As salas descentralizadas fazem parte do Programa de Expansão II:

O Programa de Expansão II entre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) e o Centro Paula Souza (CPS) foi uma iniciativa voltada para ampliar a oferta de cursos técnicos e de ensino profissionalizante nas escolas estaduais paulistas. Este programa, criado para atender à demanda por formação profissional, visava a implementação de novos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, possibilitando aos alunos saírem do ensino regular com uma qualificação técnica (Portal CPS).

A gestão destas turmas descentralizadas não ficou restrita a documentos e atos de formalização entre as instituições. Na prática, exigiu de ambos os diretores (da Etec e da Escola Estadual) envolvimento, empatia, disposição para o trabalho-extra, compreensão e alinhamento de todas as práticas pedagógica e administrativas. E no que se referia à parte acadêmica, exigiu o alinhamento dos calendários, das mudanças curriculares e suas implicações, de turmas e cursos, horários de entrada e saída de professores e alunos, controle de frequência e ausências, expedição de documentos e diplomas, aquisição e uso de equipamentos, merenda e segurança entre outros.

Com os processos de expansão das ETECs, nova política de contratação de pessoal foi implantada: a terceirização. No discurso, ela foi implantada com o propósito de viabilizar às escolas técnicas, a redução de custos e melhoria dos serviços especializados; nesta transição, antigos funcionários de funções administrativas contratados em caráter permanente foram sendo substituídos por colaboradores dos serviços terceirizados. A ETEC pesquisada possui três setores terceirizados: faxina, merenda e vigilância, que são estratégicos e essenciais à manutenção dos ambientes e ao convívio de alunos, professores e funcionários no ambiente escolar.

A terceirização na escola abrangeu aspectos relevantes ao exercício gestor; a qualidade dos serviços prestados é um deles e pode impactar diretamente no andamento pedagógico e administrativo da escola. A atenção do gestor se inicia logo na contratação com o cumprimento de todos os requisitos legais. Segundo Almeida (2019), contribui para o alinhamento entre a empresa terceirizada e os objetivos da escola, promovendo o desenvolvimento de uma cultura de qualidade e excelência, o que é bastante discutível face aos problemas que a terceirização causa às escolas, ao desvincular o funcionário e desviar o gestor de suas atribuições.

A contratação, seleção e treinamento do pessoal terceirizado, bem como a responsabilidade pelos pagamentos e pela permanência do colaborador na unidade é de responsabilidade da empresa contratada. No entanto, cabe ao diretor de escola a [fiscalização da](#) execução dos serviços e o gerenciamento diário das ações dos colaboradores. Sem a supervisão

do diretor de escola na ação destes colaboradores no ambiente escolar, as consequências podem ser imediatas, gerando a insatisfação de alunos e funcionários em relação a problemas pelo não atendimento dos serviços essenciais. A rotatividade de pessoal e a falta de vínculo dos terceirizados com a escola são fatores críticos.

O desenvolvimento desta seção propôs reflexões sobre as práticas e o exercício do gestor escolar diante das mudanças curriculares da EPT e um olhar mais atento sobre as ações do diretor de ETEC em suas funções de praxe e a necessidade de uma direção participativa e democrática preocupada com as transformações políticas educacionais, exigências mercadológicas e tecnológicas e mudanças nas estratégias de gestão da própria comunidade escolar.

A autonomia do gestor foi compreendida como relativa em um contexto de atuação na Unidade Escolar, com possibilidade de alcançar algum grau de flexibilidade em situações corriqueiras; as ações práticas do diretor foram compreendidas como indutoras ao cumprimento das regulamentações e normas da institucionais, no que resultaria em uma gestão “acrobática”, em constante equilíbrio entre a inovação e o conformismo.

As ações gestoras cotidianas, nem sempre abarcadas pelas atribuições estabelecidas pelo novo Regimento Comum das ETECs, geraram alto grau de tensão em relação às tomadas de decisão. O diretor convive por um logo tempo com os reflexos de suas atitudes e responsabilidades, situações-problema pontuais requerem cautela e conhecimento normativo. O diretor de escola não se limita a ser um aplicador de leis, um “um juiz escolar” sujeito ao positivismo das leis. O gestor, diante da realidade escolar, necessita de atitudes dinâmicas, desprendidas de formalismos, práticas autônomas e humanitárias indispensáveis ao ambiente escolar.

Outra importante contribuição desta análise, versou sobre a intersecção entre EPT e a EDH e seus princípios. Pela análise, percebeu-se uma lacuna na parte pedagógica das escolas sobre ações em EDH, como se esta prática de ensino só existisse no campo teórico. Diante desta realidade, verifica-se a necessidade de contextualização das propostas pedagógicas sobre a EDH a realidades local, respeitando-se as particularidades culturais, sociais e políticas dos alunos.

A Educação em Direitos Humanos não pode ser imposta de forma autoritária, mas deveria ser construída a partir do diálogo e da participação ativa da comunidade escolar. A EDH deve ser mais significativa e relevante para os alunos, contribuindo para a internalização dos valores de direitos humanos e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural. Na

prática, seria necessário incluir a EDH nos processos formação continuada, projetos e plano escolar.

Foi possível notar também a ausência de um Planos de formação continuada de gestores, outro aspecto crucial observado nesta análise. Inclui-se aqui orientações sobre como conduzir a formação dos professores face às mudanças curriculares trazidas pela BNCC. A gestão, muitas vezes, conta com profissionais que acumulam funções administrativas e pedagógicas, não tendo tempo e oportunidade de aprimoramento ao conhecimento de novas práticas. A capacitação contínua seria essencial ao enfrentamento diário dos desafios e nas tomadas de decisão, informadas e contextualizadas. Observou-se que nem sempre existem políticas de garantia para a formação continuada.

Falsarella (2014) enfatiza, ao discutir o papel de gestor, a necessidade de uma formação constante e adaptada à realidade escolar: “o gestor escolar necessita de uma formação continuada que o habilite a enfrentar os desafios da educação contemporânea, garantindo uma gestão eficiente e democrática” (Falsarella, 2014, p. 95). Esse foi um ponto sensível e realista, em que a formação de gestores tende a ser mais voltada para o aspecto técnico-administrativo do que para o saber pedagógico.

A gestão escolar tem um papel estratégico na condução das mudanças curriculares, deve promover a participação dos professores no processo de implementação e mudanças das práticas pedagógicas, considerando recursos e infraestrutura disponíveis à implementação das mudanças. A formação dos professores relaciona-se, assim, diretamente ao processo de alteração das matrizes curriculares na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), pois, são eles os agentes responsáveis pela interpretação e implementação destas mudanças. Se uma política curricular pretende se efetivar, deve começar pelo envolvimento dos docentes. Sem compreender o “espírito” de uma nova matriz, os professores não se sentem corresponsáveis por sua implementação.

Entende-se que uma matriz curricular bem estruturada considera a qualificação e o desenvolvimento contínuo dos professores de modo que as modificações atendam às necessidades dos alunos com base na realidade escolar. Nóvoa (1992) destaca que a formação docente deve ser um processo contínuo e colaborativo, pois “ninguém se forma sozinho” (Nóvoa, 1992, p. 25). Sendo assim, a gestão escolar necessita de espaços de formação e diálogo para que os professores discutam, critiquem, compreendam e se apropriem das mudanças curriculares, adaptando-as ao contexto e aos objetivos educacionais de cada escola em particular.

Marcelo García (1999), por sua vez, destaca que “a formação dos professores deve estar centrada na construção de conhecimentos a partir da prática” (Marcelo Garcia, 1999, p. 53). Isso reforça a necessidade de uma gestão escolar que promova a formação continuada e incentive a reflexão sobre a prática pedagógica, especialmente diante de alterações curriculares que exijam adaptação. Na EPT, considera-se que a atualização das matrizes curriculares se relaciona a critérios do setor produtivo e das demandas sociais. A gestão escolar atua como mediadora entre políticas educacionais, necessidades do mercado de trabalho e formação dos professores, mas não pode negligenciar o aspecto de formação humana dos alunos.

Os programas de capacitação, debates e participação ativa dos professores são fundamentais na construção e revisão das matrizes e deveriam ser compreendidos como iniciativas formais e contínuas nas escolas, para atualizar os conhecimentos e habilidades dos professores, de forma a prepará-los para lidar com as mudanças propostas em novas matrizes.

3.4 Os Temas Transversais na Educação Profissional e Tecnológica

A relevância em se discutir os temas transversais na educação profissional e tecnológica, em especial nos cursos da ETEC pesquisada, ocorreu após análises de matrizes curriculares de cursos de ensino médio/técnico e estes apresentarem em seus componentes da parte diversificada, uma quantidade expressiva de temáticas de competências transversais em suas propostas.

Os temas transversais no ensino médio e técnico também integram o conceito de cidadania como os direitos e deveres exercidos pelo sujeito para uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, aspectos instituídos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1996 (PCNs). Os temas transversais consideravam seis temas socialmente constituídos como princípios norteadores da aprendizagem crítica e social: trabalho e consumo; saúde; ética; orientação sexual; pluralidade cultural e meio ambiente. (Brasil, 1996)

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2013 modificaram a denominação dos temas transversais para Temas Contemporâneos Transversais com a ampliação dos temas, ordenando-os em áreas temáticas, sendo: Meio Ambiente que engloba educação ambiental e educação para o consumo; Economia – trabalho, educação financeira e educação fiscal; Saúde – saúde e educação alimentar e nutricional; Cidadania e Civismo – vida familiar e social, educação para o trânsito, educação em direitos humanos, direitos da criança e do adolescente, processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; Multiculturalismo – diversidade cultural, educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras; e Ciência e Tecnologia – ciência e tecnologia (Brasil, 2013).

Vários autores tratam das competências e dos temas transversais, destacando sua importância, porém, as críticas à sua aplicabilidade na escola também se fizeram presentes.

Teoricamente, um tema transversal possibilita a conexão entre diferentes áreas do conhecimento, torna a educação mais expressiva para os desafios da contemporaneidade e prepara o aluno para pesquisar e atuar socialmente. O papel do professor é essencial, ele ensina e orienta; sem dúvida o sucesso depende do compromisso coletivo dos professores e da gestão escolar em organizar e planejar com as equipes ações e projetos interdisciplinares relevantes. A mudança dos temas transversais para temas contemporâneos transversais, levou à atualização de assuntos presentes de maneira ativa na escola.

Na BNCC (Brasil, 2017) são destacadas as diretrizes obrigatórias ao ensino e o incentivo ao desenvolvimento das competências socioemocionais, sendo que as contribuições das Ciências e suas Tecnologias marcam presença no cotidiano. A complementação do termo “contemporâneos” faz ressignificar a transversalidade de temas no processo educativo e “[...] evidencia o caráter de atualidade desses temas [...], por meio de uma abordagem que integra e agrega permanecendo na condição de não serem exclusivos de uma área do conhecimento, mas de serem abordados por todas elas de forma integrada e complementar.” (Brasil, 2017, p. 12).

A Educação Baseada em Competências (EBC), também conhecida por *Competency-Based Education* (Curry; Docherty, 2017), correlaciona as competências da educação profissional e tecnológica (EPT) desenvolvidas a partir de propostas pedagógicas transversais, cujas estruturas, práticas pedagógicas e objetivos educacionais são direcionados ao desenvolvimento de competências de exigência não somente ao mercado de trabalho, mas também outras competências ao longo da formação: cognitivas, técnicas e científicas, socioemocionais e éticas, digitais e empreendedoras. De acordo com esses autores, a atualização dos temas transversais, deveria acompanhar de modo mais eficaz, as mudanças nos processos pedagógicos e assim viabilizar propostas para novas competências a partir de reanálise de tendências e interesses de alunos e professores.

Le Boterf (1994) destaca que a competência, por ser multidimensional, se encontra num território multidisciplinar e que sua expressão no mundo é sinalizada pela capacidade que um sujeito tem de adaptação a um contexto singular, envolvido por pressões sociais, relações trabalhistas, diferenças culturais e institucionais. De tal modo que não é apenas o acúmulo de informação teórica que resulta numa competência, mas a articulação de vários recursos e propostas simultaneamente compreendidas na prática.

Zabala e Arnau (2010, p.39) destacam um conceito de competência contemporânea apropriado às transformações e flexibilidades curriculares da EPT.

[...] a competência, no âmbito da educação escolar, identificará o que qualquer pessoa necessita para responder aos problemas que enfrentará ao longo de sua vida. Sendo assim, a competência consistirá na intervenção eficaz nos diferentes âmbitos da vida, mediante ações nas quais são mobilizados, ao mesmo tempo e de maneira inter-relacionada, componentes atitudinais, procedimentais e conceituais.

Na Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 do Ministério da Educação, que trata de definir as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, área do ensino médio de interesse dessa pesquisa, em seu § 4º do Art. 13, orienta as “formas para a organização curricular”, posto que “A transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas e eixos temáticos são integrados às disciplinas e às áreas ditas convencionais, de forma a estarem presentes em todas elas.” (Brasil, 2010a, p. 4).

A transversalidade entre componentes curriculares previstos nas Matrizes do CPS, ocorreu pelas relações entre os cursos e os eixos tecnológicos correspondentes, pela intersecção de informações tecnológicas, ideias correspondes ao princípio da integração e dinamismo entre currículos.

A BNCC e os temas contemporâneos transversais foram estruturados para serem incorporados em diferentes modalidades de ensino aos currículos das escolas, objeto das competências transversais, como temas que “afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora.”. Em referência ao regramento, ainda que a proposta temática não faça parte diretamente de um eixo tecnológico, os temas de áreas de conhecimento distintos, podem ser trabalhados de forma que possam transitar e integrar relações com outras matérias, “[...] cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada” (Brasil, 2018, p. 20), a partir das possibilidades abertas pelo referencial teórico.

De maneira contextualizada os assuntos relacionados ao dia a dia da escola podem ser incorporados aos temas transversais previamente estabelecidos, enriquecendo o quesito de aprendizagem do ensino médio e técnico.

A ETEC como instituição de ensino médio e técnico, incorpora os temas transversais em suas Matrizes Curriculares da EPT. O assunto ou o tema Trabalho e a sua omnilateralidade é visto de modo a transformar a natureza social e os meios de produção às necessidades do homem, sua subsistência e identidade social.

A EPT, como apresentam Silva e Rocha (2020, p. 101), tem a função social de fundamentar “[...] um processo educativo formador de sujeitos críticos e reflexivos, preparados para o exercício do trabalho, com consciência dos conceitos científicos abrangentes, e com reflexão crítica para a vida social e para os sentidos do trabalho [...]” (Silva; Rocha, 2020, p.

101). Assim, os temas contemporâneos transversais, quando trazidos de fato às práticas formativas da ETEC, ampliam o processo de aprendizagem e a interdisciplinaridade que podem melhorar o convívio nas esferas sociais e produtivas, aceitos como elementos de ação transformadora.

Do ponto de vista do Ministério da Educação (Brasil, 2010b), explicitado no "Plano Nacional do Ensino Médio" (PNEM), é preciso “reduzir a distância entre as atividades escolares e as práticas sociais”, e o ensino médio “deve ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas”. Assim, sob a perspectiva oficial, o ensino médio tem a reponsabilidade de produzir inúmeros efeitos sentidos antes, durante e depois, na sua totalidade, atender as múltiplas dimensões do ser em formação com ênfase “no trabalho, na ciência e na tecnologia e nas artes e na cultura, tendo o trabalho como princípio educativo” (p. 35).

Há relevância em discutir temas transversais no contexto da EPT de maneira crítica, ampla e contextualizada, que do ponto de vista legal, chega a ser uma condição *sine qua non* ao propiciar o “desenvolvimento do educando como pessoa humana”, com “autonomia intelectual” e de “pensamento crítico”, como preveem os princípios e finalidades do ensino médio.

Para Polmear et al. (2018) a formação dos profissionais da atualidade requer o desenvolvimento de posicionamentos éticos de maneira a prepará-los a lidar com as diferentes circunstâncias, contextos, populações e situações do mercado de trabalho. Assim, a transversalidade e a produção de currículos na EPT obedecem a uma série de princípios e percursos históricos que remetem à necessidade de aproximação da lógica dos discursos normativos com a lógica social.

Miguel G. Arroyo (1999), em seu artigo “Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores”, explica que “as diretrizes para a educação nacional, quando normatizadas, não chegam ao cerne do problema, porque não levam em conta a lógica social”. (p.57). Com base no entendimento do autor, as diretrizes curriculares não preveem a preparação antecipada daqueles que deverão implantá-las e implementá-las. Arroyo (1999) ilustra essa compreensão ao afirmar:

(...) não se implantarão propostas inovadoras listando o que teremos de inovar, listando as competências que os educadores devem aprender e montando cursos de treinamento para formá-los. É (...) *no campo da formação de profissionais de Educação Básica onde mais abundam as leis e os pareceres dos conselhos, os palpites fáceis de cada novo governante, das equipes técnicas, e até das agências de financiamento, nacionais e internacionais* (Arroyo, 1999, p. 151).

Uma das críticas mais comuns em relação aos currículos na EPT é a sua fragmentação. Ainda que incluam temas relevantes, podem desviar o foco dos componentes curriculares tradicionais. Saviani (1999) e Libâneo (2002) argumentam que a inserção dos temas transversais pode sobrecarregar o currículo e dispersar a atenção dos alunos de conteúdos que formam a base do conhecimento acadêmico formal. Segundo eles, há um risco de as temáticas serem tratadas de maneira superficial, acessória, sem a devida profundidade.

A formação dos professores, assim como a construção da autonomia profissional em face do saber, eleva a condição do professor em desenvolver os temas transversais em seus planos docentes. Professores necessitam de uma formação interdisciplinar e habilidades pedagógicas para lidar com questões complexas, muitas vezes controversas, como a orientação sexual e a diversidade cultural. No entanto, muitos docentes não receberam a formação adequada para tratar desses temas em sala de aula. Segundo Freire (1996), a falta de preparo pode levar a uma abordagem equivocada ou superficial, comprometendo a eficácia da proposta.

No que se refere às ideologias presentes nos temas e propostas transversais, podemos nos apoiar em Orlandi (1999) quando trata de ideologia. Ela esclarece que a ideologia opera no discurso de maneira velada, constituindo-se como um conjunto de crenças, valores e representações que organizam a visão de mundo dos sujeitos. A linguagem, nesse sentido, não é neutra, pois carrega consigo os traços dessas formações ideológicas que moldam o sujeito e sua forma de interpretar a realidade. A autora afirma que “a ideologia não aparece explicitamente no discurso, mas determina as condições em que o sujeito se posiciona” (p.37). Isso quer dizer que, mesmo quando o sujeito pensa estar expressando suas ideias de maneira autônoma, ele está, na verdade, repetindo padrões e estruturas pré-determinadas por sua inserção em determinada formação discursiva.

Na escola ocorre a todo momento a inserção de propostas transversais de desenvolvimento temáticos. Não se pode ignorar a carga ideológica presente em alguns temas, principalmente em áreas sensíveis como pluralidade cultural e orientação sexual. Orlandi (1999) em sua obra "Discurso e Leitura" explora como os sentidos são sempre historicamente situados e construídos. “O discurso não é uma representação direta do real, mas sim, o resultado de processos de produção de significados que envolvem sujeitos e instituições” (p.38). Dessa forma, a autora aponta para o caráter não fixo e instável dos sentidos e das cargas ideológicas, naturalmente presentes nos temas, uma vez que todo discurso está sujeito à influência de muitos outros discursos, típicos de formação ideológica e por diferentes formações discursivas, que por sua vez são ligadas a posições estrategicamente disputadas. Um exemplo desta reflexão é quando grupos conservadores argumentam que os temas transversais podem introduzir

perspectivas que conflitam com valores familiares ou religiosos, levantando debates sobre o papel da escola na formação ética e moral dos estudantes.

Na EPT de nível médio é comum os professores possuírem experiência prática em suas áreas técnicas, mas não formação específica em metodologias de pesquisa ou no desenvolvimento de projetos de competências transversais. Segundo Anderson (2009), a ausência de uma formação adequada dos docentes em práticas de pesquisa científica e a resistência a metodologias inovadoras fazem com que a prática pedagógica ainda seja dominada por modelos tradicionais. As lacunas na formação aliadas à falta de experiência cooperam para uma cultura de reprodução de conhecimentos e a execução de tarefas padronizadas, em detrimento do desenvolvimento criativo e investigativo.

Finalizando este item, destaca-se que a cultura da pesquisa na EPT de nível médio ainda é secundária em relação a obrigatoriedade de ações escolares junto à comunidade e parcerias com empresas e instituições. É necessário estimular o desenvolvimento de projetos interdisciplinares com o acompanhamento de professores qualificados e com experiência em várias áreas do conhecimento, mas ainda são poucas as propostas pedagógicas que alcançam a dimensão científica na escola. Observa-se que tanto no planejamento escolar como no plano de trabalho docente não é dada ênfase aos trabalhos de natureza científica, o que ocorre é uma espécie de produção técnica com finalidade disciplinar sem nenhuma ação transversal e restrito ao tempo e os recursos. Anderson (2010, p.54) reforça que “as instituições educacionais, em especial na educação profissional, tendem a focar no ensino de habilidades práticas de curto prazo, negligenciando o desenvolvimento de uma cultura científica e investigativa entre os alunos”.

Para que ocorra a ampliação dos espaços de preparação para a pesquisa e o desenvolvimento de projetos científicos, necessário se faz superar obstáculos de limitações curriculares, falta de recursos e formação inadequada de professores. A escola autônoma com currículo flexível auxiliaria na promoção de metodologia voltadas a inovação e pesquisa. Para isso, é essencial valorizar o desenvolvimento de competências transversais investigativas que não só estabeleçam vínculos com o mercado, mas que façam parte das vivências dos alunos em uma formação além da técnica, incentivando a criatividade e o desenvolvimento de soluções inovadoras para os problemas contemporâneos.

Na próxima seção são apresentados os dados sobre as matrizes curriculares do curso médio integrado ao técnico na área de informática da Etec.

4 APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Matrizes Curriculares do Ensino Médio da ETEC

Foram analisadas nesta etapa da pesquisa 47 matrizes curriculares do Ensino Médio e Técnico em Informática entre os anos de 1998 e 2024; nesse período, houve 17 alterações de acordo com os processos de homologação dos documentos.

As matrizes analisadas constam do Plano Escolar da ETEC, foram utilizadas como subsídio à elaboração do Plano Plurianual de Gestão da Unidade (PPG), do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e do Plano de Trabalho Docente (PTD) e são formadoras de critérios ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, avaliação, metodologias e competências profissionais na Escola.

O percurso de análise documental das matrizes faz uma intersecção entre as ações escolares e as mudanças provocadas pelas Leis no contexto pedagógico e político do Ensino Médio e Técnico de Informática no período de 1998 a 2024 na ETEC pesquisada; este percurso, compreende os efeitos da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996; da implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) em 2000; da Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs), da Resolução n. 2, de 30 de janeiro de 2012, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, e do Novo Ensino Médio (NEM) através da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, estabelecendo novas diretrizes e bases para o ensino médio no país.

As matrizes curriculares do CPS são elaboradas a nível central do sistema pelo Grupo de Formulação e Análises Curriculares (GFAC), departamento que exerce a função de “Laboratório de Currículos” da instituição e delibera sobre critérios teóricos ao direcionamento, sistematização e desenvolvimento de componentes curriculares, além de atuar em propostas metodológicas, como: atribuições, atividades, competências, habilidades, bases tecnológicas, valores e conhecimentos organizados por eixo tecnológico ou área de conhecimento, a fim de atender aos objetivos da Formação Profissional de Nível Médio.

A necessidade de atualização curricular na Educação Profissional Técnica tem sido justificada pela instituição devido à velocidade das mudanças sofridas nos eixos tecnológicos do ensino profissional técnico de nível médio. Nesse sentido é que o GFAC elabora e atualiza os Planos de Cursos das Habilitações Profissionais oferecidas pelo CPS, bem como cursos de

Qualificação Profissional e de Especialização Profissional Técnica de Nível Médio conforme as mudanças que ocorrem no mercado de trabalho.

A elaboração de currículos é um processo importante e de significação para a EPT por definir estratégias e metodologias que visam guiar professores e alunos ao desenvolvimento de competências e habilidades durante a vida escolar, bem como demarcar a trajetória histórica da ETEC frente às políticas públicas e legislações vigentes. Sendo que o CPS possui um departamento de elaboração e gerenciamento para todos os currículos de formação profissional em nível médio e técnico (currículos institucionalizados), as equipes gestoras das Etecs não possuem autonomia para alteração ou adequação das matrizes ao Plano Escolar. Diretores e coordenadores apenas recebem as deliberações de mudanças curriculares e as implementam em suas Unidades, sem a possibilidade de análise ou inferência sobre as alterações.

A formulação de currículos sem consulta à escola tende a acarretar problemas na organização da instituição no que tange ao distanciamento das informações e a mudanças ocorridas antes do término do ciclo curricular anterior; na maioria das vezes, chegam de modo intempestivo aos gestores produzindo efeitos negativos não apenas pedagógicos, mas também pessoais, podendo afetar a estabilidade e a permanência do professor na disciplina ou na própria Unidade Escolar. O currículo, quando é imposto, gera um clima de insegurança entre os membros da equipe escolar e a falta de conhecimento sobre os motivos das mudanças diminui gradativamente a confiabilidade no trabalho do gestor e da própria instituição.

As mudanças curriculares quando não discutidas na escola, sobrecarregam as ações dos gestores e professores na condução do planejamento semestral ou anual, com base nos processos de atribuição de aulas aos docentes; quando ocorrem mudanças não esperadas, o professor responsável pelo componente não tem tempo hábil para planejar suas aulas. Esse imperativo em relação aos currículos “engessados” até pode ser compreendido pelas equipes de elaboração como um modelo direcionado, uma espécie de facilitador, mas por outro lado, para as equipes escolares provocam instabilidades em sua implantação.

Na gestão, uma das primeiras preocupações com as alterações curriculares é saber se a carga horária, ou seja, o número de aulas do componente curricular, foi mantido ou se sofreu modificação ou até mesmo a extinção; desta informação, determina-se o número de professores que ministrarão as aulas (respeitando-se a classificação docente e as regras para a atribuição aos docentes indeterminados e determinados) do quadro de aulas disponíveis e é feita uma verificação da necessidade ou não de contratação de mais professores para os componentes curriculares, algo que na maioria das vezes, foge ao controle do gestor de cada escola. Por não existir a figura do professor substituto ou eventual no CPS, o único recurso disponível ao gestor

é proceder à abertura de processos seletivos sujeitos ao tempo e aos regramentos conforme publicações do Diário Oficial.

As alterações curriculares impõem aos professores mudanças relacionadas ao planejamento e ao desenvolvimento das aulas, tendo em vista o aumento ou a diminuição da carga horária, alterações nos conteúdos, substituição ou inclusão de componentes curriculares e podem gerar alterações drásticas na situação funcional dos professores, de redução a extinção do componente curricular, tudo em decorrência da mudança do currículo para aquele momento, uma “força maior” que diminui o número de aulas disponíveis. O gestor diante desta situação é obrigado a proceder com a demissão sem a justa causa do professor acarretando prejuízos à imagem e cultura organizacional da Etec. A alta rotatividade de professores inviabiliza a continuidade de projetos que necessitam da permanência docente para serem desenvolvidos. No campo pessoal, as demissões, rescisões contratuais, geram baixa adesão e baixa autoestima e no campo trabalhista, geram descrédito no sistema de contratação do CPS.

A participação ativa de professores e alunos na elaboração dos currículos traria a confiabilidade necessária ao gerenciamento de novas propostas com potencial de atenuar os impactos das mudanças em um novo ciclo de planejamento escolar, tornando-o mais autônomo para que as equipes escolares inseridas no processo ampliassem os espaços de aprendizagem e assim promovessem a aproximação da escola aos demais setores produtivos locais, o que resultaria em múltiplas ações educativas dentro e fora da escola, valorizando de modo significativos toda forma de engajamento escolar.

A seguir é feita a análise e as inferências possíveis sobre as mudanças de Matrizes Curriculares do Ensino Médio da ETEC pesquisada, mudanças de componentes curriculares da parte diversificada e do Núcleo Comum, carga horária, atos legais, nomenclatura de curso, aspectos sociais e políticos. Foram organizadas em quadros, os quais compõem o Apêndice 3.

Seguem análises e inferências referentes às Matrizes Curriculares pesquisadas conforme indicação dos quadros.

Na matriz representada pelo **Quadro A1 - Ensino Médio – Vigência:** de 1998 a 2000 -Área de Informática – Apêndice 03, destacam-se as divisões dos componentes curriculares da Base Comum Nacional, carga horária global de 2100 horas e área de conhecimento. Nove disciplinas que orientam e estabelecem um conjunto de diretrizes comuns, de modo a garantir com que todos os alunos, tenham acesso aos mesmos conteúdos e habilidades no período.

Verifica-se com a disposição dos componentes da parte diversificada, com carga horária global de 900 horas, a abordagem de vários eixos tecnológicos (indústria, gestão, saúde,

comunicação e meio ambiente) indicando intensa transversalidade da proposta curricular no curso Ensino Médio com habilitação técnica em Informática.

Em 1998, com a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ocorreram mudanças significativas no processo de verificação e avaliação da qualidade do ensino no Brasil, com políticas públicas preocupadas em avaliar o contexto pedagógico do ensino médio e seus desdobramentos. A ETEC pesquisada, cuja essência pedagógica era o desenvolvimento de competências técnicas, passa a ter um novo olhar em suas propostas com o retorno do ensino tradicional, propedêutico, modelos mais próximos às exigências do ENEM.

A partir daí, cria-se na escola uma corrida em busca de adequação aos padrões de exigência dos conteúdos, metodologias e disciplinas ao atendimento do ENEM; a sistemática impactou diretamente os Planos de Trabalho Docente (PTD) e o Projeto Político-Pedagógico (PPP), principalmente aqueles direcionados à Base Comum Curricular em detrimento da parte diversificada. A nova política de aferição da qualidade do ensino pelo ENEM modificou significativamente as ações pedagógicas na Escola.

Os professores, após os primeiros contatos com a sistematização das avaliações, perceberam que a política de avaliação do ENEM estava centrada nos resultados, benefícios e prejuízos que a divulgação de *rankings* individuais e *rankings* de escolas traziam; assim passaram a privilegiar os conteúdos institucionais em detrimento do ensino diversificado ou educação técnica. Com o tempo foram estabelecidas metas de melhoria da qualidade do ensino pautadas na classificação do ENEM. As escolas de modo geral eram vistas como boas ou ruins de acordo com a média e/ou a posição obtida no ano anterior à aferição. Tendo em vista a ampliação das desigualdades sociais, progressiva com o passar dos anos de avaliações institucionais em praticamente em todas as regiões do país, Silva (2015) aduz:

Certamente está no horizonte que a Base Nacional Comum Curricular se instituirá como estratégia de controle também por meio das avaliações e, uma vez mais, não apenas reiterará as desigualdades como também poderá reforçá-las. Os exames atualmente incidem diretamente sobre as escolhas em termos de currículo. Agora, a Base Nacional Comum Curricular passaria a determinar os conteúdos dos exames. Esta é uma das justificativas para sua existência: garantir maior fidedignidade às avaliações. (SILVA, 2015, p. 375).

Em referência ao pensamento de Silva (2015) com a inserção dos conteúdos do ENEM à BNCC, o grau de importância do exame aumentou significativamente em relação aos currículos escolares. Planos de trabalhos docentes com metodologias distantes aos modelos do ENEM, quando confrontados, perdiam espaços de interesse junto aos alunos. Os currículos quando reproduziam propostas e particularidades do ENEM aumentavam o seu status institucional, contrapondo-se às necessidades escolares com conteúdo fruto da construção do

pensamento gerado por um sistema que não compreendia as necessidades da formação técnica dos estudantes. A discussão sobre cultura e identidade escolar, parte do pressuposto que independentemente da articulação com o contexto macro do sistema, a escola produz uma cultura interna, expressa pelas expectativas, valores e crenças de seus membros (Nóvoa, 1999).

Freitas (2012), citando Jones & Hargrove (2003), indica que as avaliações externas podem gerar contradições, alterando o trabalho dos professores, administradores e estudantes. “A escola naturalmente sofre influência de poderes sociopolíticos, sendo as avaliações instrumentos de controle e de ordenamento social, estando a escola sujeita a interferências pedagógicas e no planejamento escolar.” (Freitas, 2012. p. 389). A centralização das avaliações externas e a busca dos alunos por resultados obtidos por modelos de controle social, leva o professor a acreditar que ao cumprir as metas sociais estabelecidas, garantirá as boas práticas ao sucesso do aluno. Não longe disso, “... há a esperança de que a avaliação demonstre a qualidade do trabalho desenvolvido pelo professor, livrando-o da vergonha e redimindo-o da culpa...” (Freita, 2012.p.389) histórica pelos maus resultados dos estudantes nesse tipo de teste.

Na matriz representada pelo **Quadro A2 - Ensino Médio – Vigência:** de 1999 a 2001 – Apêndice 03, mantém-se a carga horária global de 2100 horas dos componentes curriculares da Base Comum Nacional. Os componentes curriculares da parte diversificada sofreram pequenas alterações, principalmente os componentes específicos do eixo de informática com a introdução do Módulo de Preparação Básico para o Trabalho com a carga horária global de 300 horas.

O componente "Módulo de Preparação Básico para o Trabalho" com carga horária de 300 horas surge como proposta prática, antagônica aos métodos de ensino tradicionais, pouco interativos e centrados em aulas expositivas e avaliações teóricas. O componente trazia como proposta, fornecer aos alunos conhecimentos e habilidades práticas necessárias à transição do ambiente escolar para o profissional. O "Módulo de Preparação Básico para o Trabalho" foi introduzido no currículo do ensino médio e técnico como uma estratégia na preparação de alunos às necessidades técnicas do mercado de trabalho.

As dificuldades de implantação ocorreram pela ausência de um projeto interdisciplinar que promovesse a integração dos conteúdos de ações práticas e teóricas de exigência curricular. Chama a atenção nas matrizes A1 e A2 a quantidade de componentes curriculares da parte diversificada em uma turma de Ensino Médio regular submetida a propostas pedagógicas tradicionais e planos de ensino teóricos. Mesmo assim, houve a implantação de componentes de competências transversais para a educação técnica em busca de uma proposta integrada de ensino.

Na matriz representada pelo **Quadro A3 - Ensino Médio – Vigência:** de 2000 a 2002 – Apêndice 03, a carga horária global tem aumento de 2100 horas para 2400 horas nos componentes curriculares da Base Comum Nacional. Já os componentes curriculares da parte diversificada, têm redução da carga horária em 300 horas totais, mantendo a diversificação dos eixos tecnológicos (indústria, gestão, saúde, comunicação e meio ambientes).

Em 2001, as ETECs estavam em processo de atualização de seus currículos para acompanhar as demandas do mercado de trabalho, que começavam a exigir profissionais com habilidades em tecnologias emergentes. Havia também, um movimento crescente para integrar a educação técnica com o ensino superior, assim surgiram as Fatecs oferecendo cursos de nível médio e superior de tecnologia, o que proporcionava aos alunos uma continuidade em sua formação.

Um dos grandes desafios enfrentados neste período, e que ainda se mantém, é a questão da democratização do acesso à educação técnica. As ETECs, por selecionarem seus alunos através do Vestibulinho, não atendem a crescente demanda de alunos vindos das escolas estaduais e particulares, assim, o ensino técnico é visto por muitos como elitizado, acessível principalmente aos estudantes com melhores condições socioeconômicas.

A inserção dos componentes curriculares (Ética e Cidadania, Direito e Legislação e Gestão e Qualidade) entraram como um contraponto à formação exclusivamente técnica. Nesses componentes, pretendia-se a formação de valores e princípios à atuação do profissional. O conhecimento ético, legal e de gestão de pessoas, no contexto da formação técnica, auxilia na tomada de decisões que envolvem questões morais, de relacionamento com clientes e na responsabilidade social corporativa e direitos trabalhistas presentes nas habilidades e competências da formação técnica.

Na matriz representada pelo **Quadro A4 - Ensino Médio – Vigência:** de 2001 a 2003 – Apêndice 03, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro A5 - Ensino Médio – Vigência:** de 2002 a 2004 – Apêndice 03, manteve-se a carga horária global de 2400 horas nos componentes curriculares da Base Comum Nacional. Entretanto observa-se grandes mudanças nos componentes da parte diversificada, reduzindo a diversidade dos eixos tecnológicos, com carga horária total de 600 horas.

Em 2002, houve a reestruturação do Centro Paula Souza com a ampliação da oferta de cursos técnicos e tecnológicos, adaptando-os às novas demandas do mercado; nesse contexto, houve um aumento significativo do número de vagas e na diversificação de cursos oferecidos.

As ETECs passaram a oferecer cursos técnicos em diversas áreas: comunicação, gestão, indústria e saúde. Nesse cenário, a modernização das metodologias de ensino e a formação continuada foram aspectos positivos desse processo, contudo, a desigualdade no acesso, a necessidade de atualização constante dos currículos e as diferenças de investimento e infraestrutura entre escolas foram fatores limitantes à democratização do ensino profissional técnico.

Na matriz representada pelo **Quadro A6 - Ensino Médio – Vigência:** de 2003 a 2005 – Apêndice 03, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro A7 - Ensino Médio – Vigência:** de 2004 a 2006 – Apêndice 03, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro A8 - Ensino Médio – Vigência:** de 2005 a 2007 – Apêndice 03, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro A9 - Ensino Médio – Vigência:** de 2006 a 2008 – Apêndice 03, verificou-se que o componente curricular antes chamado de Educação Artística agora é chamado de Arte. A carga horária global de 2400 horas nos componentes curriculares da Base Comum Nacional continua como na última matriz. Com a mesma carga horária total de 600 horas, os componentes da parte diversificada perdem todos os componentes ligados aos eixos tecnológicos, extinguindo a intensa transversalidade da proposta curricular no curso de Informática, focando apenas no desenvolvimento curricular do Ensino Básico.

Com a sistematização da publicação dos resultados do ENEM, através da divulgação das notas individuais e coletivas, instaurou-se um ambiente de competição e de exploração midiática em relação à imagem dos alunos e das escolas, classificando-as em melhores e piores instituições públicas e privadas do país, a mídia impulsionava o *marketing* e a competição entre as instituições. As ETECs, de modo geral, tiveram destaque nesta sistematização de resultados, graças aos processos de seleção e ingresso dos alunos, o Vestibulinho e ênfase no planejamento das disciplinas da BNC em detrimento da parte técnica. As publicações de resultados individuais e *rankings* criaram uma pressão interna sobre alunos, professores e a própria gestão escolar, o excesso de abordagens teóricas como foco exclusivo na preparação para o exame, aumentou o estresse acadêmico, consequentemente afetou as metodologias de avaliação. (Jornal Cidade de Rio Claro, 03/2010).

Com a trajetória de divulgação dos resultados do ENEM, a cada ciclo, ficava mais evidente as desigualdades entre o ensino público e o privado, consequentemente ao acesso às vagas nas Universidades públicas. Escolas mal avaliadas no ENEM, de certo modo, sofriam deterioração de sua imagem pública, afetando sua captação de alunos e recursos financeiros, as

escolas localizadas em áreas mais ricas obtinham os melhores resultados, enquanto escolas em áreas desfavorecidas enfrentavam maiores desafios e baixo desempenho. (Jornal Cidade de Rio Claro, 03/2010)

Para Franco e Menezes Filho (2012), esses *rankings* refletiam principalmente o status socioeconômico dos alunos das escolas, fator que prejudica a informação sobre a real qualidade das instituições de ensino.

Quando um instituto governamental publica seus resultados através de *rankings*, a comunidade escolar perde o interesse em aprofundar questões pedagógicas e administrativas relevantes sobre a identidade escolar e os processos de formação com base na realidade regional da escola, voltando-se aos interesses apenas do mercado; as comparações dos resultados escolares são vistos como índices qualitativos, perde-se de vista o princípio do aluno protagonista e em seu lugar, eleva-se o nome da instituição e a infraestrutura como os referências de sucesso para a educação. A escola entra num sistema competitivo tendo como “fim” os resultados externos em detrimento do conjunto de ações produtivas escolares. (Jornal Cidade, 03/2010)

Na matriz representada pelo **Quadro A10 - Ensino Médio – Vigência:** de 2007 a 2009 – Apêndice 03, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro A11 - Ensino Médio – Vigência:** de 2008 a 2010 – Apêndice 03, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro A12 - Ensino Médio – Vigência:** de 2009 a 2011 – Apêndice 03, a carga horária global continuou sendo de 2400 horas nos componentes curriculares da Base Comum Nacional. Nos componentes curriculares da parte diversificada, com carga horária global de 600 horas, observa-se a inserção do componente curricular de Espanhol e nas disciplinas de Produções Artísticas e Projetos Técnico-Científicos, os conteúdos e habilidades propostos para Filosofia e Sociologia começam a ganhar espaço.

Em 2009 houve a continuidade do processo de expansão das ETECs, em grande parte, pelas políticas públicas voltadas ao aumento da oferta de vagas. Destaca-se nesse período, a adesão do CPS ao Programa Vence⁷ (Vocacional Escola Técnica) da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEDUC) como proposta de ampliação ao acesso à educação técnica e

⁷ O objetivo do programa Vence é articular o Ensino Médio regular da rede estadual à educação profissional técnica. Podem concorrer às vagas alunos da 2ª e 3ª ano do Ensino Médio ou Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os cursos possuem duração de 18 a 24 meses. (<https://www.educacao.sp.gov.br/prazo-de-matriculas-em-cursos-tecnicos-do-vence-e-prorrogado-ate-dia-17/>. Acesso em 19 nov.2024)

profissional para estudantes do ensino médio da rede pública estadual. O Vence procurava integrar o ensino médio regular à formação técnica tendo como objetivo, qualificar o aluno a ingressar de forma mais rápida no mercado de trabalho. A parceria entre o CPS e a SEDUC possibilitou o acesso dos alunos à ETEC sem o crivo do Vestibulinho, uma oportunidade de cursar simultaneamente na Escola Estadual e na ETEC, as bases teóricas do ensino médio regular (BNCC) de responsabilidade da escola estadual com os professores da Rede e a parte técnica ou diversificada destinada aos professores da ETEC, sendo todas as aulas ministradas na Escola Estadual.

Uma crítica ao Programa Vence foi a dificuldade de integração entre as escolas participantes, ETECs e EEs. Ambas necessitavam de planejamento comum, algo que não ocorria por serem instituições de natureza distintas, dadas suas diferenças políticas e pedagógicas. Outro ponto conflitante foi a atribuição de competências e responsabilidades administrativas em relação a infraestrutura das EEs, uso de equipamentos, expedição de documentos, serviços, manutenção e adequação dos espaços. Essa parte foi motivo de fortes críticas entre os gestores das ETECs e EEs por terem em suas Unidades o aumento da capacidade de atendimento e conseqüentemente a elevação do consumo de produtos e serviços sem os repasses desejados para a sustentação das parcerias, uma espécie de “jogo de empurra” a quem competia promover ou executar as ações. Os cursos oferecidos em parceria com a SEDUC na ETECs pesquisada foram: informática e administração.

O Programa Vence teve a sua sustentação legal embasada na LDB (Lei nº 9.394/1996), que previa a articulação entre o ensino médio e o ensino técnico, pelo Decreto nº 5.154/2004, que regulava a forma de integração, a oferta simultânea de educação geral e profissional e o Decreto Estadual nº 57.128/2011 que organizou o funcionamento do programa em São Paulo.

Na matriz representada pelo **Quadro A13 - Ensino Médio – Vigência:** de 2010 a 2012 – Apêndice 03. Os componentes de Filosofia e Sociologia agora são inseridos na Base Comum Nacional e ela se mantém com carga horária global de 2400 horas. Os componentes curriculares da parte diversificada, mantêm-se com carga horária global de 600 horas. A Resolução CNE/CEB nº 4/2010 definiu as orientações gerais para a organização e funcionamento do ensino médio no Brasil, destacando a necessidade de uma formação integral e a preparação para o exercício da cidadania e a inserção no mercado de trabalho.

A Resolução 4/2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovada pela Câmara de Educação Básica (CEB), contribui para o fortalecimento dos conceitos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. No Centro Paula Souza houve uma espécie de modernização da estrutura da educação profissional, com mais garantias às unidades e

proximidade do mercado de trabalho através de parcerias com outras instituições, principalmente nos campos de estágio com vistas à educação integral.

Um dos principais pontos trazidos pela Resolução foi a flexibilização curricular viabilizando a ampliação da oferta de cursos técnicos de nível médio. A integração do ensino médio e técnico ampliou o conceito de itinerários formativos e de competências voltadas ao trabalho de modo mais contínuo. A resolução proporcionou uma base normativa para consolidar o CPS e sua atuação como uma das maiores redes de ensino técnico do país (Portal CPS, 04/03/2014).

A flexibilização na EPT se apresenta como um caminho à garantia de uma formação mais inclusiva, dinâmica e conectada às necessidades contemporâneas, ela se adapta às múltiplas formas de aprendizagem estabelecendo articulação entre a educação e mundo do trabalho. Outro aspecto importante da flexibilização é o reconhecimento de saberes, através de instrumentos como a certificação de competências adquiridas fora da escola, a adoção de tecnologias educacionais, a educação a distância (EAD) e o ensino híbrido.

As adequações da Lei e a flexibilização da organização curricular na EPT não trouxeram somente benefícios, mas também problemas de adequação dos cursos à estrutura exigida, houve uma rápida reconfiguração das práticas pedagógicas e curriculares, com isso receio em relação ao papel do professor quanto a sua autonomia no desenvolvimento de projetos independentes. A falta de recursos adequados, infraestrutura, equipamentos e a necessidade de formação continuada chamou a atenção de gestores e professores para esse problema.

Na matriz representada pelo **Quadro A14 - Ensino Médio – Vigência:** de 2011 a 2012 – Apêndice 03, a Base Comum Nacional não sofreu nenhuma alteração curricular. Nos componentes da parte diversificada temos alteração na carga horária de Espanhol que sofre aumento e no componente de Serviços de Informação/Comunicação em diferentes mídias e códigos de linguagem ocorre uma redução de 40 horas. No período de transição da matriz curricular, a Resolução CNE/CEB nº 6/2012 (Brasil, 2012) entrou estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Esta resolução definiu as orientações para a organização e o funcionamento dos cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes ao ensino médio.

A Resolução 6/2012 deu ênfase ao caráter formativo da educação profissional técnica, enquanto a Resolução 4/2010 buscou aproximar o ensino técnico das necessidades do mercado de trabalho. A nova diretriz destacou a necessidade de garantir aos alunos não apenas qualificação para o trabalho imediato, mas também uma visão crítica e reflexiva sobre seu papel na sociedade e no mundo do trabalho, avanço importante para o propósito de equilibrar a

formação profissional à construção de uma cidadania vista como plena, a chamada de *educação mais ampla e humanizada*.

De certo modo, o Centro Paula Souza, com sua estrutura e experiência obtida, conseguiu adaptar-se às novas exigências e, em muitos casos, expandir a oferta de cursos técnicos.

Na matriz representada pelo **Quadro A15 - Ensino Médio – Vigência:** de 2012 a 2014 – Apêndice 03, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro A16 - Ensino Médio – Vigência:** de 2013 a 2015 – Apêndice 03, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro A17 - Ensino Médio – Vigência:** de 2014 a 2016 – Apêndice 03, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro A18 - Ensino Médio – Vigência:** de 2015 a 2017 – Apêndice 03, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro A19 - Ensino Médio – Vigência:** de 2016 a 2018 – Apêndice 03, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro A20 - Ensino Médio – Vigência:** de 2017 a 2019 – Apêndice 03, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior, mas cabe destacar nesta vigência a implementação da Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017) que alterou a LDB e introduziu a reforma do ensino médio e implementou o conceito de itinerários formativos, permitindo com que os alunos escolhessem as áreas de conhecimento para os seus estudos, também promoveu a ampliação da carga horária mínima. A lei reestruturou o ensino médio com diferentes itinerários formativos, incluindo sobretudo educação profissional e tecnológica.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) está amparada pela Resolução CNE/CP nº 2/2017 (Brasil, 2017) que complementou as diretrizes curriculares nacionais ao definir os conteúdos essenciais a todos os alunos, servindo como base para a elaboração dos currículos do ensino médio. Tendo em vista a Etec pesquisada, observa-se que não houve adesão imediata das novas propostas curriculares pelo fato de o currículo do CPS contemplar desde 2011 uma proposta semelhante e adequada ao novo regramento para o NEM.

As diretrizes curriculares para o ensino médio e técnico com base no discurso oficial trazem como princípio a formação integral abrangendo conhecimentos, competências e habilidades para a cidadania, o mundo do trabalho e a continuidade dos estudos; a flexibilidade curricular adaptável às necessidades e interesses dos alunos; a integração entre Ensino Médio e Técnico promovendo itinerários formativos que possibilitem a articulação; o desenvolvimento de competências além de conhecimentos teóricos, preparando o aluno para os desafios do mercado de trabalho e para a sociedade contemporânea. Apesar do discurso envolvente há muita

resistência em relação à implementação das diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio e técnico, pois ainda se enfrentam pontos de instabilidade e diversos desafios para a adequação dos currículos das escolas às novas diretrizes, tais como formação e capacitação de professores, infraestrutura adequada e o engajamento dos alunos.

A reforma do ensino médio é alvo de críticas até hoje, gerando muitas discussões sobre a sua eficácia ou não. As divergências de opiniões, encontram-se polarizadas entre aqueles que acreditam nos benefícios de uma carga horária mais elevada aos itinerários com enfoque à BNCC (itinerários predominantemente propedêuticos) e o itinerário profissional tecnológico no atendimento às demandas de uma formação integral. Críticos argumentam que o foco na formação técnica e no desenvolvimento de habilidades e competências profissionais levaria à subordinação da educação às necessidades imediatas. Por outro lado, há críticas de que esta flexibilização curricular poderia trazer mais benefícios em áreas como ciências humanas e artes em detrimento dos itinerários de exatas.

Na matriz representada pelo **Quadro A21 - Ensino Médio – Vigência:** de 2018 a 2020 – Apêndice 03, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro A22 - Ensino Médio – Vigência:** de 2019 a 2021 – Apêndice 03, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro A14 - Ensino Médio – Vigência:** de 2011 a 2012 – Apêndice 03. A Base Nacional Comum Curricular ganha aumento de carga horária global de 2400 horas para 2640 horas porque agora os componentes de Filosofia e Sociologia passaram a ter carga horária própria. Apenas as línguas estrangeiras se mantiveram na parte diversificada reduzindo a carga horária global de 600 horas para 360 horas totais. Em 2020 a implementação do Novo Ensino Médio foi afetada pela pandemia da COVID-19, fato que alterou significativamente não só os cursos da educação profissional e tecnológica, mas todo o sistema educacional.

Uma das principais mudanças em consequência da pandemia foi a flexibilização curricular, com as escolas fechadas e a necessidade de migrar rapidamente para o ensino remoto. O CPS, como outras instituições educacionais, teve que se adaptar à infraestrutura tecnológica disponível. O CPS utilizou a Plataforma Teams da Microsoft e seus recursos digitais se mostraram adequados às demandas da Etec naquele período, mesmo assim, algumas questões sobre a sua eficácia foram levantadas, principalmente as relativas ao acesso dos alunos e à frequência; para solucionar esta questão, logo houve a aquisição de chips em parceria com a empresa Vivo destinados aos estudantes declaradamente carentes que não conseguiam acessar as aulas por falta de internet; assim houve uma opção para a continuidade da formação dos

alunos, especialmente na educação profissional, que dependia de atividades práticas e presenciais.

O ensino técnico no formato remoto em cursos como mecânica, eletrônica e enfermagem, que exigiam aulas práticas em laboratórios e oficinas, infelizmente foram paralisados, impactando na qualidade da formação dos alunos no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades práticas de média ou alta complexidade.

Não se pode negar que a pandemia trouxe benefícios na aceleração da modernização digital do ensino médio e profissional e, sem dúvida, em muitas outras áreas da educação. O CPS precisou adequar suas metodologias e materiais didáticos, incorporando as novas tecnologias do ensino a distância (EaD). A adaptação de professores e alunos diante do cenário antagônico à educação tradicional obrigou-os a buscarem recursos de formações emergenciais através de ferramentas digitais para o enfrentar as barreiras impostas pela pandemia e a utilizar as tecnologias no engajamento e inovações do ensino. No entanto, a carga horária exigida pelo Novo Ensino Médio, combinada com as dificuldades de adaptação ao ensino remoto, sobrecarregou professores e alunos, criando um ambiente de estresse e desgaste emocional.

4.2 Matrizes Curriculares do Eixo de Comunicação: Médio/Técnico em Informática

Na ETEC pesquisada o curso de Informática foi escolhido por desenvolver as habilidades técnicas e criativas dos alunos em relação às demandas contemporâneas do mercado e ao mesmo tempo formação de nível médio. O eixo de Comunicação parte dos itinerários formativos da educação profissional e tecnológica e abrange os cursos de formação profissional nas áreas de tecnologia e informação. A análise curricular do eixo considera não só as mudanças de domínio técnico, mas também sobre a consciência crítica do papel da comunicação diante da abordagem de temas como ética, cidadania e responsabilidade social.

Das análises surgiram questionamentos sobre a adequação dos currículos, o equilíbrio entre técnica e inventividade e o impacto da formação técnica em um contexto de rápidas transformações tecnológicas.

Segundo Gonçalves (2021), os cursos do eixo de Comunicação proporcionam aos estudantes uma formação técnica alinhada às novas tecnologias da informação e comunicação, promovendo a empregabilidade em setores em constante crescimento. Trata-se de um ponto de destaque sobre a natureza prática do eixo de Comunicação devido ao uso de ferramentas tecnológicas e metodologias ativas que aproximam o aluno da realidade do mercado. Essa

proximidade é vista pela EPT como um resultado prático que beneficia a escola e as empresas deste eixo produtivo.

A educação técnica de nível médio busca atender a formação geral, crítica e a humanística embora as competências técnicas sejam exigidas majoritariamente pelo mercado. Freire (2020) aponta que uma formação em comunicação que privilegia exclusivamente a dimensão técnica corre o risco de formar profissionais habilidosos, mas desprovidos de uma visão crítica sobre o impacto social de suas práticas. De acordo o autor há um risco em relação ao modelo de formação que privilegia apenas a técnica em detrimento da compreensão mais ampla dos efeitos sociais da comunicação, como a disseminação de desinformação e a manipulação em redes sociais.

De acordo com Lima (2022), as rápidas mudanças tecnológicas no setor da comunicação impõem um desafio significativo para as instituições de ensino, que muitas vezes não conseguem acompanhar o ritmo de atualização necessário para formar profissionais plenamente capacitados para as exigências contemporâneas. Ao contrário, o CPS não tem dificuldade em atualizar seus currículos de acordo com as alterações de matrizes curriculares previstas nesta análise.

No entanto, observa-se que o curso de Informática demanda investimentos em infraestrutura tecnológica, softwares, laboratórios de informática, o que nem sempre está disponível em todas as instituições de ensino. Santos (2019) aponta que a precariedade de infraestrutura em muitas escolas públicas impede que estudantes de baixa renda tenham acesso a uma formação de qualidade no eixo de Comunicação, criando uma barreira de entrada para esses profissionais no mercado. As desigualdades ficam evidentes entre escolas e instituições que oferecem cursos de formação técnica em Informática quando são analisadas as condições dos equipamentos e infraestruturas das Unidades de Ensino.

Seguem análises e inferências referentes às Matrizes Curriculares pesquisadas conforme indicação dos quadros no Apêndice 4.

Na matriz representada pelo **Quadro B1 – Médio/Técnico em Informática – Vigência: de 1998 a 2000 – Apêndice 04.** Nesta matriz, destacaram-se as divisões dos componentes curriculares da Base Comum Nacional, carga horária global de 2100 horas e área de conhecimento. Nove (9) disciplinas orientavam e estabeleciam um conjunto de diretrizes comuns, de modo a garantir com que todos os alunos tivessem acesso aos mesmos conteúdos e habilidades essenciais no período.

Verificou-se com a disposição dos componentes curriculares da parte diversificada, com carga horária global de 900 horas, a abordagem de vários eixos tecnológicos (indústria, gestão, saúde, comunicação e meio ambientes) indicando intensa transversalidade da proposta curricular no curso de Informática.

Na matriz representada pelo **Quadro B2 – Médio/Técnico em Informática – Vigência:** de 2015 a 2017 – Apêndice 04. Observa-se que no período de 2000 a 2015 a parte técnica do eixo de comunicação foi ofertada de maneira complementar a carga horária do Ensino Médio. Destaca-se desta Matriz a implantação do curso de Ensino Técnico Integrado ao Médio (ETIM) em Informática na Escola Técnica pesquisada. Representa uma inovação do ponto de vista pedagógico para a educação profissional e técnica; pode-se dizer que é das primeiras versões da educação em tempo integral do CPS. Modalidade educacional implantada em 2015 com carga horária global de 3040 horas, buscou alinhar as necessidades do mercado de trabalho ao desenvolvimento humano e social. Trata-se de mais uma experiência de mudança curricular e tentativa de integrar disciplinas do ensino médio com a formação técnica profissionalizante.

O ETIM teve como proposta, proporcionar uma formação mais ampla e diversificada e nesse sentido, Costa (2020, p. 30) diz, "o modelo integrado permite ao jovem conciliar a formação acadêmica e profissional, oferecendo-lhe maior autonomia e oportunidades de inserção profissional precoce". Desde a sua implantação, o curso ocasionou grande demanda pelo formato integral, a transversalidade e a flexibilização da proposta curricular nos eixos facilitavam o acesso aos conteúdos com equilíbrio entre a base comum e a parte diversificada.

Houve críticas em relação à carga horária e a quantidade de componentes curriculares, no total eram 28 disciplinas no período de 3 anos, em média 18 matérias por ano, de certo modo uma evidência da sobrecarga de conteúdo de acordo com a quantidade de habilidades exigidas no ensino médio regular e no técnico. Toda carga horária mais extensa exige planejamento dos gestores e competência pedagógica diferenciada dos professores; o não alinhamento entre as mudanças curriculares e a proposta escolar inviabilizaria o processo de integração entre as áreas e os cursos. Nesse sentido, Carvalho (2021, p.63) aponta que "a estrutura do ETIM, embora rica em conteúdo, muitas vezes não considera o ritmo de aprendizado dos alunos, que podem acabar se sentindo pressionados a assimilar informações em uma velocidade que não corresponde às suas capacidades individuais".

O curso de Informática no formato de ETIM trouxe grande visibilidade para a ETEC pesquisada (Jornal Cidade de Rio Claro, 2017, p.5). Durante sua vigência ofertava apenas 40 vagas por ano, gerando uma concorrência de seis candidatos por vaga (Vestibulinho, 2017); o acesso era limitado pelos Vestibulinhos concorridos. Isso significava que nem todos os alunos

tenham a oportunidade de usufruir do programa. Como observa Souza (2019), "a meritocracia que fundamenta a seleção para as ETECs pode acabar excluindo estudantes que, por questões socioeconômicas, não tiveram a mesma preparação que seus pares mais privilegiados" (p.30). Deste modo, o ETIM poderia contribuir ainda mais para o agravamento do ciclo de exclusão dos menos favorecidos.

Outro aspecto crítico foi o foco excessivo na formação para o mercado de trabalho, em detrimento a uma educação mais ampla e humanística. O desenvolvimento de habilidades técnicas é fundamental para a formação integral, pois aspectos culturais, sociais e políticos são essenciais. Nessa linha, Freitas (2022, p.64) argumenta que "a ênfase na formação técnica pode relegar a segundo plano a formação cidadã e crítica, essencial para que os jovens compreendam seu papel na sociedade e participem ativamente da vida democrática", um conflito ideológico constante entre os profissionais da EPT.

A implantação do ETIM nas ETECs enfrentou desafios estruturais como falta de laboratórios adequados, materiais de ensino atualizados e formação contínua para os professores, os quais foram obstáculos que comprometeram a qualidade do ensino oferecido. Lima (2020) enfatiza "a excelência do ETIM depende não apenas da proposta pedagógica, mas também de investimentos contínuos em infraestrutura e capacitação docente, aspectos frequentemente negligenciados pela gestão pública". (p.53) Por estas razões houve uma mudança curricular e legal que praticamente alterou o formato do programa ETIM na EPT.

Silva (2018, p. 2) expõe que o discurso utilizado para a reformulação do Ensino Médio nada mais é do que a retomada das políticas educacionais da década de 1990 e das "... normativas curriculares daquele período", ou seja, privilegia as características dos velhos discursos e propósitos formativos. Uma prova disso está na própria BNCC, terceira versão aprovada em 2018, na qual "... encontramos o vocabulário relacionado às competências completamente assumido. São definidas dez competências globais (...) a partir das quais são elaboradas as competências específicas de cada área" (Bittencourt, 2018, p. 565).

Na matriz representada pelo **Quadro B3 – Médio/Técnico em Informática (ETIM) – Vigência:** de 2016 a 2018 – Apêndice 04 não houve alteração curricular em relação à matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro B4 – Médio/Técnico em Informática (ETIM) – Vigência:** de 2017 a 2019 – Apêndice 04 não houve alteração curricular em relação à matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro B5 – Médio/Técnico em Informática (ETIM) – Vigência:** de 2018 a 2020 – Apêndice 04 não houve alteração curricular em relação à matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro B6 – Médio/Técnico em Desenvolvimento de Sistemas – Vigência:** de 2019 a 2021 – Apêndice 04. Houve neste ano (2019), uma grande mudança curricular e do curso com a alteração da nomenclatura ETIM de informática para Desenvolvimento de Sistemas integrado ao ensino médio. Curso que trouxe em sua parte diversificada a área de programação, software e tecnologia da informação, voltados à formação de profissionais para atuar em desenvolvimento de sistemas e soluções tecnológicas. A carga horária global dos componentes curriculares da Base Comum Nacional tem o aumento de 3040 horas para 3080 horas. E os componentes da parte diversificada têm sua carga horária total reduzida de 1520 horas para 1440 horas.

Na matriz representada pelo **Quadro B7 – Médio/Técnico em Desenvolvimento de Sistemas – Vigência:** de 2020 a 2022 – Apêndice 04, não houve alteração curricular em relação à matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro B8 – Médio/Técnico em Desenvolvimento de Sistemas – Vigência:** de 2021 a 2023 – Apêndice 04, não houve alteração curricular em relação à matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro B9 – Médio/Técnico em Desenvolvimento de Sistemas – Vigência:** de 2022 a 2024 – Apêndice 04. A carga horária global dos componentes curriculares da Base Comum Nacional sofreu redução de 3080 horas para 2160 horas. E os componentes da parte diversificada recebem considerável destaque ao ter sua carga horária total aumentada de 1440 horas para 2160 horas e receber uma grande atualização no conteúdo profissionalizante.

Na matriz representada pelo **Quadro B10 – Médio/Técnico em Desenvolvimento de Sistemas – Vigência:** de 2023 a 2025 – Apêndice 04, não houve alteração curricular em relação à matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro B11 – Médio/Técnico em Desenvolvimento de Sistemas – Vigência:** de 2024 a 2026 – Apêndice 04. Os componentes curriculares da Base Comum Nacional mantiveram sua carga horária total de 2160 horas, sofrendo apenas alterações pontuais entre a carga horária de uma ou outra matéria. Os componentes da parte diversificada não sofrem alteração alguma.

Em síntese, o eixo tecnológico de Comunicação tem o mérito de formar profissionais para um mercado dinâmico e em constante expansão, mas enfrenta desafios significativos

relacionados à atualização curricular, ao desenvolvimento de competências críticas e criativas, e à superação das desigualdades de infraestrutura. Para que essa formação seja mais completa e inclusiva seria necessário um equilíbrio entre as exigências técnicas e a promoção de uma visão crítica sobre o papel social da comunicação, além de investimentos em tecnologia para todas as instituições de ensino que oferecem esses cursos.

A EPT, devido ao choque de competência entre o ensino médio e técnico, foi considerada entre os profissionais de Etec como modalidade "gangorra" em termos de prioridade e integração, diante das oscilações das diferentes modalidades de ensino. A metáfora "gangorra" reflete as tensões entre duas abordagens educacionais que, em vez de se complementarem, competem entre si por espaço, recursos e atenção.

4.3 Matrizes Curriculares do Novo Ensino Médio e Itinerário Formativo

Considera-se a partir destas matrizes curriculares do ensino médio com habilitação profissional a adequação da ETEC pesquisada ao Novo Ensino Médio. O que chama a atenção é que a proposta curricular de adequação às exigências da Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017) foi uma matriz curricular do ano de 2011, ou seja, seis anos antes da criação do NEM. A flexibilização do currículo, permite aos alunos escolherem entre os itinerários formativos com base em suas áreas de interesse, como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissional. Nesse sentido, houve a ampliação da carga horária mínima de 800 para 1.000 horas anuais; também houve uma reestruturação proposta pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) com foco nos eixos de competências e habilidades essenciais para os alunos, algo que já vinha sendo discutido nos currículos do CPS há 20 anos. Essas informações dão a parecer que o CPS, como instituição, adiantou-se à criação do NEM.

Pereira (2015) aponta que a formação docente não acompanhou as demandas da reforma, uma vez que muitos professores não foram capacitados para trabalhar com as novas diretrizes da BNCC ou com as especificidades dos itinerários formativos. A análise dos processos seletivos revelou alguns desafios que a rotatividade de professores vem impactando no processo de adaptação dos professores ao currículo.

Seguem análises e inferências referentes às Matrizes Curriculares pesquisadas conforme indicação dos quadros no Apêndice 5.

Na matriz representada pelo **Quadro C1 – Novo Ensino Médio e a Parte diversificada – Vigência:** de 2017 a 2019 – Apêndice 05. No período de 2011 a 2017 não houve alteração

curricular em relação às matrizes anteriores. É importante destacar que nesta matriz não foram feitas alterações com base na proposta do NEM, ainda permanecendo a parte diversificada do ensino técnico.

Na matriz representada pelo **Quadro C2 – Novo Ensino Médio e a Parte diversificada – Vigência:** de 2018 a 2020 – Apêndice 05, não houve alteração curricular em relação à matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro C3 – Novo Ensino Médio e a Parte diversificada – Vigência:** de 2019 a 2021 – Apêndice 05, não houve alteração curricular em relação à matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro C4 – Novo Ensino Médio e a Parte diversificada – Vigência:** de 2020 a 2022 – Apêndice 05. A Base Comum Nacional ganhou aumento de carga horária global de 2400 horas para 2640 horas, porque os componentes de Filosofia e Sociologia passaram a ter carga horária própria. Apenas, Línguas estrangeiras se mantêm na parte diversificada reduzindo a carga horária global de 600 horas para 360 horas totais.

Na matriz representada pelo **Quadro C5 - Novo Ensino Médio e Itinerário Formativo** com Itinerário Formativo de Linguagens, Ciências Humanas e Sociais – **Vigência:** de 2021 a 2023 – Apêndice 05. Adequação ao NEM, destacam-se as divisões dos componentes curriculares da Base Comum Nacional, carga horária global de 2160 horas e área de conhecimento. Treze disciplinas que orientam e estabelecem um conjunto de diretrizes comuns, de modo a garantir que todos os alunos tenham acesso aos mesmos conteúdos e habilidades essenciais no período. Entretanto, verifica-se com a disposição dos componentes curriculares da parte diversificada, com carga horária global de 1440 horas, a definição do trajeto a ser percorrido pelo aluno com abordagem específica na proposta curricular do Ensino Médio com Itinerário Formativo de Linguagens, Ciências Humanas e Sociais.

Na matriz representada pelo **Quadro C6 - Novo Ensino Médio e Itinerário Formativo** de Linguagens, Ciências Humanas e Sociais – **Vigência:** de 2022 a 2024 – Apêndice 05. Adequação ao NEM, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro C7 - Novo Ensino Médio e Itinerário Formativo** de Ciências da Natureza e suas Tecnologias – **Vigência:** de 2023 a 2024 – Apêndice 05. Adequação ao NEM. Nesta matriz, manteve-se os componentes curriculares da Base Comum Nacional, com carga horária global de 2160 horas. Mesma carga horária global de 1440 horas dos componentes curriculares da parte diversificada, com alteração do trajeto a ser percorrido pelo aluno, agora com abordagem específica na proposta curricular do Ensino Médio com Itinerário Formativo de Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

Na matriz representada pelo **Quadro C8 - Novo Ensino Médio e Itinerário Formativo** de Ciências da Natureza e suas Tecnologias – **Vigência:** de 2024 a 2026– Apêndice 05, Adequação ao NEM, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Na matriz representada pelo **Quadro C9 - Novo Ensino Médio e Itinerário Formativo** de Ciências Humanas e Sociais Aplicada – **Vigência:** de 2023 a 2025 – Apêndice 05, Adequação ao NEM, a Base Comum Nacional Curricular, com carga horária global de 2160 horas continuou inalterada. Carga horária global de 1440 horas nos componentes curriculares da parte diversificada e com alteração novamente do itinerário formativo, dessa vez a proposta curricular aplicada foi a do Ensino Médio com Itinerário Formativo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Na matriz representada pelo **Quadro C10 - Novo Ensino Médio e Itinerário Formativo** de Ciências Humanas e Sociais Aplicada – **Vigência:** de 2023 a 2025 – Apêndice 05, não houve alteração curricular em relação à matriz anterior.

4.4 Síntese dos Quadros Comparativos das Matrizes Curriculares

No Quadro 2 é apresentada uma síntese, com observações, dos quadros referentes às matrizes curriculares e que compõem os Apêndices de 1 a 5.

Quadro 2. Síntese dos quadros comparativos das Matrizes Curriculares

Quadro/ Ano	Curso	Ato legal	Vigência	Observações
A1/1998	Ensino Médio – Área de Informática	Parecer CEE 105/98	1998-2000	Intensa transversalidade da proposta curricular devido a variação de componentes curriculares e seus eixos tecnológicos e criação do ENEM.
A2/1999	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	1999-2001	O nome do curso é modificado, exclusão da expressão “Área de Informática”. E a matriz diversificada sofre alterações substituindo os componentes específicos do eixo de comunicação pelo "Módulo de Preparação Básico para o trabalho".
A3/2001	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2000 a 2002	Aumento da carga horária dos componentes curriculares da BNC e redução da carga da parte diversificada, mantendo ainda a diversificação dos eixos tecnológicos. Processo de atualização das ETECS.
A4/2001	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2001 a 2003	NESSE ANO, NÃO HOUE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
A5/2001	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2002 a 2004	Componentes curriculares da BNC se mantiveram sem alteração, entretanto há redução da diversidade de eixos tecnológicos nos componentes da parte diversificada. Reestruturação do CPS.
A6/2001	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2003-2005	NESSE ANO, NÃO HOUE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.

A7/2001	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2004-2006	NESSE ANO, NÃO HOUE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
A8/2001	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2005-2007	NESSE ANO, NÃO HOUE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
A9/2006	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2006-2008	Alteração na nomenclatura do componente curricular de "Educação Artística", agora chamado de "Arte". Extingue-se a intensa transversalidade dos eixos tecnológicos presentes na parte diversificada, focando agora no desenvolvimento curricular da BNC
A10/2006	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2007-2009	NESSE ANO, NÃO HOUE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
A11/2006	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2008-2010	NESSE ANO, NÃO HOUE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
A12/2009	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2009-2011	Inserção do componente curricular "Espanhol" e os conteúdos e habilidades propostas para "Filosofia" e "Sociologia" ganham espaço dentro dos componentes de "Produções Artísticas" e "Projetos Técnico-Científicos". Programa VENCE: parceria CPS e SEDUC.
A13/2010	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2010-2012	Os componentes de "Filosofia" e "Sociologia", agora, são inseridos na BNC. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 -visão de formação integral.
A14/2011	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2011-2013	Nesse ano houve alteração apenas nas cargas horárias dos componentes curriculares da parte diversificada. A Resolução 6/2012 deu ênfase ao caráter formativo da educação profissional técnica.
A15/2011	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2012-2014	NESSE ANO, NÃO HOUE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
A16/2011	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2013-2015	NESSE ANO, NÃO HOUE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
A17/2011	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2014-2016	NESSE ANO, NÃO HOUE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
A18/2011	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2015-2017	NESSE ANO, NÃO HOUE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
A19/2011	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2016-2018	NESSE ANO, NÃO HOUE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
A20/2011	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2017-2019	NESSE ANO, NÃO HOUE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR. Lei nº 13.415/2017 IMPLANTAÇÃO DA BNCC.
A21/2011	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2018-2020	NESSE ANO, NÃO HOUE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
A22/2011	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2019-2021	NESSE ANO, NÃO HOUE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
A23/2020	Ensino Médio	Parecer CEE 105/98	2020-2022	Aumento de carga horária na BNC porque os componentes de "Filosofia" e "Sociologia" passam a ter carga horária própria. Na parte diversificada mantêm-se apenas as "Línguas Estrangeiras". Consequência da pandemia e a flexibilização curricular.
B1/1998	Ensino Médio – Área de Informática	Parecer CEE 105/98	1998-2000	Intensa transversalidade da proposta curricular devido a variação de componentes curriculares e seus eixos tecnológicos.
B2/2015	Habilitação Profissional de Técnico em Informática	Portaria CETEC 182/13	2015-2017	Inserção das "Línguas Estrangeiras Modernas" na BNC. Mesmo com menos eixos tecnológicos que as matrizes profissionalizantes anteriores, a proposta curricular ainda necessita de uma visão

	Integrado ao Ensino Médio			transversal. Implantação do (ETIM) em Informática na ETEC.
B3/2015	Habilitação Profissional de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	Portaria CETEC 182/13	2016-2018	NESSE ANO, NÃO HOUVE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
B4/2015	Habilitação Profissional de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	Portaria CETEC 182/13	2017-2019	NESSE ANO, NÃO HOUVE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
B5/2015	Habilitação Profissional de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	Portaria CETEC 182/13	2018-2020	NESSE ANO, NÃO HOUVE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
B6/2019	Habilitação Profissional de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio	Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico 1648/19	2019-2021	Aumento na carga horária global da BNC e diminuição na da parte diversificada. Alteração na nomenclatura de "Técnico em Informática" para "Desenvolvimento de Sistemas". Mudança de ETIM de informática para Desenvolvimento de Sistemas integrado ao ensino médio.
B7/2019	Habilitação Profissional de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio	Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico 1648/19	2020-2022	NESSE ANO, NÃO HOUVE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
B8/2021	Habilitação Profissional de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio	Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico 1648/19	2021-2023	NESSE ANO, NÃO HOUVE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
B9/2022	Ensino Médio com Habilitação Profissional Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico 2159/21	2022-2024	A carga horária global da BNCC sofre redução e os componentes da parte diversificada recebem considerável aumento de carga horária, além da grande atualização no conteúdo profissionalizante.
B10/2022	Ensino Médio com Habilitação Profissional Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico 2159/21	2023-2025	NESSE ANO, NÃO HOUVE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
B11/2024	Ensino Médio com Habilitação Profissional Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico 2450/22	2024-2026	Carga horária global da BNCC se mantém, entretanto, alguns componentes curriculares sofrem alterações pontuais em suas cargas horárias.

C1/2011	Ensino Médio e o NEM	Parecer CEE 105/98	2017-2019	NESSE ANO, NÃO HOUVE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR. Vigência do NEM, mas sem adequação da escola aos itinerários formativos.
C2/2011	Ensino Médio e o NEM	Parecer CEE 105/98	2018-2020	NESSE ANO, NÃO HOUVE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR. Vigência do NEM, mas sem adequação da escola aos itinerários formativos.
C3/2011	Ensino Médio e o NEM	Parecer CEE 105/98	2019-2021	NESSE ANO, NÃO HOUVE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR. Vigência do NEM, mas sem adequação da escola aos itinerários formativos.
C4/2020	Ensino Médio e o NEM	Parecer CEE 105/98	2020-2022	Aumento de carga horária na BNCC porque os componentes de "Filosofia" e "Sociologia" passam a ter carga horária própria. Na parte diversificada manteve-se apenas as "Línguas Estrangeiras". Vigência do NEM.
C5/2021	Ensino Médio com Itinerário Formativo de Linguagens, Ciências Humanas e Sociais Implantação do NEM na Etec	Portaria CETEC 1583/19	2021-2023	Destacam-se as divisões dos componentes curriculares da BNCC conforme a área de conhecimento. Na parte diversificada, a definição do trajeto a ser percorrido pelo aluno com abordagem específica ao "Itinerário Formativo de Linguagens, Ciências Humanas e Sociais". Itinerários formativos com base em suas áreas de interesse.
C6/2022	Ensino Médio com Itinerário Formativo de Linguagens, Ciências Humanas e Sociais	Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico 2161/21	2022-2024	NESSE ANO, NÃO HOUVE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
C7/2023	Ensino Médio com Itinerário Formativo de Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico 2452/23	2023-2025	A parte diversificada na definição do trajeto a ser percorrido pelo aluno com abordagem específica ao "Itinerário Formativo de Ciências da Natureza e suas Tecnologias".
C8/2023	Ensino Médio com Itinerário Formativo de Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico 2452/23	2024-2026	NESSE ANO, NÃO HOUVE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.
C9/2023	Ensino Médio com Itinerário Formativo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico 2452/22	2023-2025	Alteração novamente do Itinerário Formativo, agora, de "Ciências Humanas e Sociais Aplicadas".
C10/2023	Ensino Médio com Itinerário Formativo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico 2452/22	2024-2026	NESSE ANO, NÃO HOUVE ALTERAÇÃO NA MATRIZ CURRICULAR.

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No discurso apresentado pela BNCC as matrizes curriculares tentaram integrar os conteúdos teóricos e práticos, a fim de proporcionar uma formação alinhada às necessidades do

mercado; para isso, a contextualização dos conteúdos, a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de competências fizeram parte da política de integração do Ensino Médio e Técnico. Ao considerar as necessidades do mercado, as mudanças requeriam novas propostas pedagógicas integradas, mas sem a flexibilidade é difícil, para não dizer impossível, alinhar as propostas da BNCC e da parte diversificada do ensino profissional diante da quantidade de temas e assuntos dos eixos tecnológicos a serem desenvolvidos, variações de cargas horárias e alterações disciplinares

Nota-se que a flexibilidade curricular percorreu todo o processo ensino-aprendizagem da ETEC, como um instrumento que auxilia na adequação dos componentes curriculares de acordo com as características regionais e as demandas específicas de cada setor produtivo. A adoção de um currículo integrado e flexível seria essencial ao planejamento escolar.

Diante das dificuldades apontadas, há uma tendência de os professores trabalharem isoladamente, preocupados em concluir os seus conteúdos e compensar lacunas no ensino; a complexidade em se estabelecer um trabalho integrado, pode acabar prejudicando a qualidade da aprendizagem. Trabalhar vários eixos tecnológicos e vários temas transversais ao mesmo tempo pode causar sobrecarga e sobreposição de conteúdos. Ao integrar múltiplos eixos, a sobrecarga dificulta o planejamento e a integração entre professores de áreas distintas na elaboração e execução de projetos interdisciplinares. O excesso de conteúdo, reduz a eficácia do aprendizado, impondo condições de tempo em relação aos ciclos bimestrais e trimestrais previstos no Planejamento Escolar.

A avaliação em vários eixos e temas transversais simultaneamente é mais um complicador, pois depende de integração organizada para não se tornar menos precisa, dificultando a mediação e o progresso dos alunos. Implementar proposta pedagógica abrangente requer recursos significativos de infraestrutura apropriada, materiais didáticos e tecnológicos e docentes habilitados, itens de que a Etec não dispõe.

A participação direta dos alunos e professores na elaboração dos currículos escolares garantiria a relevância necessária às particularidades da ETEC em seus eixos de atuação. As diferenças regionais entre as ETECs deveriam ser consideradas, visto que cada ETEC tem proposta pedagógica de acordo com as potencialidades locais demarcadas pelo tipo de demanda do(s) setor(es) produtivo(s) de cada região (indústria, comércio, serviços, agricultura, comunicações); assim se houvesse democratização e participação da comunidade na elaboração dos currículos haveria maior proximidade com a realidade escolar, evitando-se resistências e falta de engajamento.

Outro ponto a ser destacado nesta análise é a ausência de metodologias ativas de ensino nos componentes curriculares da parte diversificada, vistas como inovadoras na educação por acompanharem os avanços das tecnologias da comunicação e informação, não foram desenvolvidas formalmente em nenhuma das matrizes estudadas. Assim como as metodologias ativas, a inclusão social foi outro tema que não fez parte do conjunto formal de componentes da parte diversificada em relação aos processos de elaboração curriculares para um senso de pertencimento e responsabilidade pelo próprio aprendizado, o que poderia contribuir em habilidades importantes como pensamento crítico, tomada de decisão e colaboração. Outro ponto de análise crítica sobre as matrizes foi que, apesar da inclusão social constar de maneira subsidiária na proposta curricular dos cursos técnico, não se propõe a tornar o aluno um “agente de inclusão” permanente. A etapa prática de estímulo às experiências no processo formativo, não promove a adaptação de metodologias diversificadas a novas formas de aprendizagem e à promoção da equidade de gênero e raça.

Segundo Frigotto (2016), a verdade que está sendo escondida diante das mudanças curriculares tem relação com os problemas que a escola pública vem enfrentando ao longo dos anos: o sucateamento das escolas e o desmonte do funcionalismo público. Situação perceptível na ETEC pesquisada pela falta de investimentos nas áreas da indústria e comunicação, pelo alto custo dos equipamentos e sobre o desmonte do funcionalismo público é notória a rotatividade de professores em todas as áreas, o que dificulta a efetivação de trabalhos pedagógicos básicos para a formação de identidade do profissional.

A falta de professores e investimentos inviabiliza a formação técnica industrial e causa prejuízo ao ingresso e à permanência dos alunos. O aumento da evasão pode estar relacionado com a quantidade de equipamentos sucateados. A falta de investimento em tecnologia voltadas às novas aprendizagens, distancia o aluno das aspirações técnicas, enquanto os currículos maquiagem a realidade escolar sob a crença do formalismo com mudanças constantes nas práticas pedagógicas. Infelizmente, a realidade escolar da EPT revela não só a falta de equipamentos e professores, mas também a precariedade dos materiais, a degradação dos espaços escolares, a falta de valorização do trabalho das equipes gestoras, a alta rotatividade de professores temporários e a terceirização dos serviços.

Nos últimos anos, a flexibilização dos direitos trabalhistas e a ampliação das terceirizações dos setores da escola têm gerado impactos à educação profissional, sendo as políticas muitas vezes justificadas como sendo necessárias à modernização das relações de trabalho e à promoção da eficiência do ensino, e quando compreendidos no contexto da escola,

esses novos contratos de trabalho de professores temporários revelam alta rotatividade e consequentemente problemas administrativos e pedagógicos para a escola.

A gestão escolar enfrenta dificuldades com as terceirizações; diretores e coordenadores perdem gradativamente a autonomia sobre a organização dos trabalhos dos funcionários e serviços essenciais, a necessidade de lidar com empresas externas resulta em burocracias e na demora em questões que afetam o dia a dia da escola, prejudicando o funcionamento regular e a qualidade do ambiente escolar.

Para Krawczyk (2014), o Ensino Médio é atualmente marcado por choques entre democracia e capitalismo e possui ao mesmo tempo dinâmicas de inclusão, como também expressa retrocessos em novas formas de exclusão. Krawczyk aponta a apropriação de conhecimentos socialmente construídos, o espaço no mercado de trabalho e a participação no ensino superior como algumas das discussões que fazem com que o Ensino Médio se apresente como o ciclo mais fértil de discussões sobre as controvérsias do sistema educacional.

A própria argumentação contida no Guia de Implementação do Ensino Médio diz que a juventude precisa ser dona do seu futuro e de suas escolhas, ofertando oportunidade de optar pela sua formação, observando sua área de interesse, resultando, assim, no seu “... desenvolvimento integral, por meio do incentivo ao protagonismo, à autonomia e à responsabilidade do estudante por suas escolhas no futuro”. (Brasil, 2018, p. 6).

Ao atentar às entrelinhas do “novo” Ensino Médio e da BNCC, constata-se ser frágil e contraditória a afirmação de protagonismo ou escolha de estudantes por dois motivos. O primeiro é que está disposto em lei que os itinerários serão escolhidos conforme disponibilidade pelos sistemas estaduais de ensino e, portanto, não há garantia de opções, sendo que “... em nenhum momento a obrigatoriedade de existência de mais de uma possibilidade nas escolas é estabelecida pela Lei” (ANDES, 2017, p. 19). O segundo é a aprovação, em 2016, da Emenda Constitucional PEC 241 (Brasil, 2016a), conhecida como a Proposta de Emenda à Constituição do Teto de Gastos, que foi apresentada em 2016 no Brasil e, após aprovação, tornou-se a Emenda Constitucional 95/2016 (Brasil, 2016b). Seu objetivo principal foi estabelecer um teto de despesas públicas para os três poderes da União (Executivo, Legislativo e Judiciário), limitando o crescimento dos gastos públicos à inflação do ano anterior por um período de 20 anos, sendo a educação e saúde as áreas mais afetadas.

O que se quer enfatizar é que um currículo que, em última instância é direcionado por avaliações externas, não apresenta condições mínimas para que haja a apropriação necessária ao entendimento da realidade histórica dos alunos e da escola, devido à precarização dos conteúdos e avaliações. Esse esvaziamento de conteúdos atende especificamente à demanda do

sistema produtivo, que não entende como necessidade a formação para compreensão da sociedade em sua totalidade, considerando a disposição de trabalho polivalente e a necessidade de profissionais adaptáveis a uma organização econômica completamente instável. Daí o foco no cotidiano, na experiência e, claro, nos resultados rápidos, conforme expectativa das avaliações em larga escala.

A reforma do ensino médio parece contrária aos interesses da maioria dos alunos; mesmo na ETEC questiona-se a redução na carga horária de componentes importantes da BNCC como matemática, língua portuguesa, filosofia e sociologia, conhecimentos científicos e de desenvolvimento da capacidade crítica, configurando-se como um modo de limitar o direito de pensar e organizar os pensamentos individuais e coletivos em favor do capital. Desse modo, tanto o currículo proposto pela BNCC quanto a nova organização do Ensino Médio se apresentam como maneira de desconstruir a luta por uma sociedade mais justa e é por isso que necessário se faz manter-se em constante defesa da escola pública, legitimando sua função, como alertam Fonte e Loureiro (2011, p.80) “a escola pública, especialmente no Brasil, cumpre um papel central de inclusão social, sendo muitas vezes o único espaço de acesso à educação para as camadas mais vulneráveis da sociedade” e, assim, não priorizar a lógica do mercado em detrimento das necessidades formativas dos alunos.

4.5 Análises dos Processos Seletivos Simplificados (PSS) da ETEC

A pesquisa documental realizada nesta seção consistiu em analisar os Processos Seletivos Simplificado (PSS) para ingresso de professores contratados em caráter temporário na escola pesquisada, a fim de se compreender os impactos que a rotatividade dos docentes da parte diversificada e do núcleo comum provocaram na organização Escolar.

Foram analisados no período entre 2019 a 2024 (cinco anos), (120 Processos Seletivos para ingresso temporário de professores em componentes curriculares do Ensino Médio e Técnico, nos eixos de gestão, comunicação e na BNCC de acordo com a homologação dos processos.

A Direção da ETEC em tela foi a responsável pelas solicitações de abertura de PSS na Unidade, além de fazer o gerenciamento de entrada e saída dos professores temporários conforme a necessidade e disponibilidade em componentes curriculares específicos, uma previsão para que os componentes curriculares que não possuíam professores efetivos não ficassem desguarnecidos. Desistências ou pedidos de demissão também incidiam em solicitação de abertura de PSS. Cabe enfatizar que os Processos Seletivos não são prerrogativas apenas do

CPS, a Constituição Federal, no art. 37, IX, estabelece que as contratações por tempo determinado deverão atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público.

A contratação temporária ocorria quando existiam cargos vagos que precisavam ser urgentemente preenchidos. Os professores advindos dos PSS eram contratados por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com a Constituição Federal. O regime imposto aos professores é o contratual, sem vínculo com cargo ou emprego público.

Ao mesmo tempo em que os Processos Seletivos tinham o potencial de recompor as vagas de professores de forma ágil, também podiam gerar instabilidades pedagógicas e administrativas repercutindo na qualidade do ensino. A contratação rápida e emergencial flexibiliza o acesso de professores despreparados para o ensino médio/técnico, principalmente quanto à aplicação de metodologias e desenvolvimento de projetos e práticas em equipamentos.

Nesta pesquisa foram contemplados PSS do núcleo comum e da parte diversificada, para as vagas nos cursos técnicos. Foram escolhidos dois eixos tecnológicos, Comunicação e Gestão, categorias amplas que organizam os cursos técnicos em Informática e Administração, áreas de conhecimento em função de características comuns ao desenvolvimento curricular na ETEC.

Os eixos tecnológicos de Comunicação e Gestão, abrangem áreas que tratam de processos comunicacionais e de gestão organizacional de ampla rotatividade de professores na ETEC pesquisada. O eixo de Comunicação envolveu o estudo, a prática e as estratégias relacionadas às tecnologias da comunicação e informação e suas disciplinas com foco na programação, aplicativos e redes de computadores, conteúdo com diversos formatos e plataformas. Já a Gestão contemplava o planejamento, organização e controle produtivo, com o objetivo de alcançar metas e melhoraria da qualidade de vida em áreas de: administração, recursos humanos, logística, contabilidade e gestão de projetos.

Os eixos pesquisados são interdisciplinares e visam a integração das habilidades de comunicação e gestão para atuar em diversos setores econômicos.

Os processos seletivos são organizados por eixos e de certo modo buscaram identificar os candidatos com múltiplas competências e com aptidões voltadas às metodologias ativas, mas a realidade nem sempre permitia a contratação de docentes qualificados e com as competências técnicas desejadas.

Os PSS, devido ao caráter de urgência em relação ao baixo número de inscritos e pouca oferta de professores, deixou a ETEC numa situação desfavorável em relação a selecionar os mais bem preparados, docentes com a capacidade em integrar as tecnologias do ensino técnico às pesquisas críticas do ensino médio em sala de aula.

A formação inicial do candidato na área pleiteada era a única exigência para a inscrição em um PSS, por vezes defasada e, desta condição, faltava ao candidato a compreensão das habilidades e competências para a EPT, no que poderia resultar em contratação de professores que, embora tecnicamente fossem competentes, mas despreparados para atender às demandas da educação integrada. O despreparo de professores resultaria em práticas superficiais diante da velocidade das mudanças curriculares.

Os PSS são compreendidos pelo CPS como um meio menos burocrático em relação aos concursos públicos, embora apresentem complexidades que vão do enquadramento aos requisitos previstos em Diário Oficial (DOE-SP) à organização e efetivação das bancas. Problemas que podem ser detectados no ato da inscrição, quando o candidato, ao acessar o site oficial, encontra inúmeras exigências contidas no manual de inscrição, o que seria o primeiro obstáculo, a exigência de leitura atenta das etapas de inscrição. Em seguida, a inserção dos documentos se torna outro desafio; nesta etapa, muitos candidatos são eliminados por não atentarem ao tipo de arquivo exigido, ou simplesmente por não inserirem cópias frente e verso digitalizadas de documentos obrigatórios.

Após o cumprimento da etapa inscrição, os candidatos são submetidos a avaliação dos documentos postados através de um memorial circunstanciado, emitido pela comissão do PSS, a fim de se verificar requisitos de experiência e habilitação dos candidatos mediante a formação apresentada ao componente curricular pretendido, podendo ser desclassificado antes mesmo de ser avaliado pela banca de especialistas, última etapa do processo de avaliação.

A burocracia é um fator de inibição à agilidade da proposta do PSS, um contrassenso à finalidade de desburocratização das necessidades educacionais urgentes; em média, uma contratação de professor por PS chega a 90 dias, problema sério em áreas onde há uma escassez de professores.

Os PSS também são realizados para a formação de cadastro reserva de professores na ETEC, por não existir professor substituto ou reserva no CPS, todos devem fazer parte do quadro de docentes da Unidade e para isso, são submetidos aos processos classificatórios de bancas, entendidos como instrumentos eficazes de verificação das habilidades e competências à ministração de aulas.

Todo a organização desse processo fica a cargo do diretor da escola, mais um encargo dentre tantos outros que lhe cabe.

Seguem análises e inferências referentes aos Processos Seletivos Simplificados pesquisados conforme indicação dos quadros no Apêndice 6.

No PSS representado pelo **Quadro D1 - ano 2019 –Eixo de Comunicação** – Apêndice 06, observou-se que no ano de 2019 foram abertos quatro Processos Seletivos para o Ensino Médio e Técnico em Informática, o primeiro deles foi encerrado porque não houve candidato aprovado no exame memorial circunstanciado (relatório circunstanciado que se apresenta à comissão local responsável pelo processo seletivo, o qual inclui a descrição das atividades profissionais e, em particular, das atividades docentes que possam contribuir para o julgamento global para a inscrição do candidato), e nos outros três houve a anulação dos processos por não ser mais objeto de substituição, o que ocorre quando o professor titular do componente é obrigado a deixar função de coordenador para retornar às aulas.

A saída do coordenador do curso para retornar à sala de aula ocorre quando há um acúmulo de aulas não dadas nas turmas e o prejuízo pedagógico ser maior que a permanência do coordenador na gestão. Toda vez que há um risco ou iminência do não cumprimento das aulas dadas previstas em calendário escolar é necessário um plano emergencial de reposição de aulas, oferecido ao professor titular do componente. Mesmo que o processo seletivo esteja aberto o professor/coordenador retorna à sala de aula até a chegada de um novo professor, nesse período, o curso fica sem a retaguarda organizacional e pedagógica exercida pelo coordenador do curso.

No PSS representado pelo **Quadro D2 - ano 2020 –Eixo de Comunicação** – Apêndice 06, não houve a abertura de Processos Seletivos.

No PSS representado pelo **Quadro D3 - ano 2021 –Eixo de Comunicação** – Apêndice 06, foram oito Processos Seletivos no ano de 2021, todos tiveram inscritos, entretanto foram encerrados porque nenhum candidato compareceu à banca. Observa-se neste cenário que houve a manifestação dos candidatos às vagas, mas o fato de nenhum candidato ter comparecido na avaliação final, pressupõe problemas com o dia e o horário marcado para as bancas ou perda de interesse. Os candidatos da área técnica geralmente são profissionais liberais ou contratados em empresas particulares, podendo ter restrições de horário. O regulamento dos PSS segue normas rígidas publicadas em Diário Oficial, o que inviabiliza ajustes ou mudanças no calendário e na regulamentação do processo.

Após o resultado do memorial circunstanciado, os candidatos tomam ciência dos temas para a banca, número de aulas e o valor da hora/aula. O não comparecimento dos candidatos, pode estar atrelado ao número reduzido de horas aulas em cada componente ofertado, geralmente composto por 2 horas/aula, o que em termos salariais e enquadramento às demais obrigações de horário do candidato, acaba não compensando e fazer com que o professor tenha que comparecer vários dias da semana para ministrar aulas em um único componente.

No PSS representado pelo **Quadro D4 - ano 2022 –Eixo de Comunicação** – Apêndice 06. No ano de 2022 foram realizados nove Processos Seletivos, em quatro deles houve candidatos classificados, em três não houve candidatos aprovados no exame do memorial circunstanciado e em dois processos nenhum candidato compareceu à banca.

No PSS representado pelo **Quadro D5 - ano 2023 –Eixo de Comunicação** – Apêndice 06, foram onze Processos Seletivos em 2023, seis deles foram homologados porque houve candidatos classificados, em quatro nenhum candidato compareceu à banca e em um não houve candidatos aprovados no exame do memorial circunstanciado.

No PSS representado pelo **Quadro D6 - ano 2024 –Eixo de Comunicação** – Apêndice 06. Em 2024 foram sete Processos Seletivos, quatro homologados com candidatos classificados e três foram encerrados, dois sem candidatos aprovados no exame do memorial circunstanciado e um sem candidato classificado.

Seguem análises e inferências referentes aos Processos Seletivos Simplificados pesquisados conforme indicação dos quadros no Apêndice 7.

No PSS representado pelo **Quadro E1 - ano 2019 –Eixo de Gestão** – Apêndice 05. No Eixo de Gestão, em 2019, um Processo Seletivo foi aberto, em todos os Componentes Curriculares houve inscritos e classificados, apenas em um componente não houve classificado.

No PSS representado pelo **Quadro E2 - ano 2020 –Eixo de Gestão** – Apêndice 07, não houve a abertura de Processos Seletivos.

No PSS representado pelo **Quadro E3 - ano 2021 –Eixo de Gestão** – Apêndice 07. Em 2021, três Processos Seletivos ocorreram, todos tiveram inscritos, entretanto todos foram encerrados porque nenhum candidato compareceu à banca.

No PSS representado pelo **Quadro E4 - ano 2022 –Eixo de Gestão** – Apêndice 07. No ano de 2022 foram realizados cinco Processos Seletivos, em quatro deles houve candidatos classificados e em um o candidato não foi aprovado na banca.

No PSS representado pelo **Quadro E5 - ano 2023 –Eixo de Gestão** – Apêndice 07. Seis Processos Seletivos aconteceram em 2023, todos homologados porque houve candidatos classificados.

No PSS representado pelo **Quadro E6 - ano 2024 –Eixo de Gestão** – Apêndice 07. Em 2024, quatro Processos Seletivos aconteceram, todos homologados com candidato classificado.

Seguem análises e inferências referentes aos Processos Seletivos Simplificados pesquisados conforme indicação dos quadros no Apêndice 8.

No PSS representado pelo **Quadro F1 - ano 2019 – BNCC**– Apêndice 08. No ano de 2019, na Base Nacional Comum, foram abertos nove Processos Seletivos, para dez componentes curriculares, apenas quatro deles tiveram candidatos classificados, três não foram concluídos devido à Pandemia de COVID e dois não tiveram candidatos classificados pois nenhum se apresentou à banca.

No PSS representado pelo **Quadro F2 - ano 2020 – BNCC**– Apêndice 08, não houve a abertura de Processos Seletivos.

No PSS representado pelo **Quadro F3 - ano 2021 – BNCC**– Apêndice 08. Foram nove Processos Seletivos no ano de 2021, todos tiveram inscritos e todos tiveram classificados. Pode-se afirmar que foi um dos maiores PSS em número de inscritos.

No PSS representado pelo **Quadro F4 - ano 2022 – BNCC**– Apêndice 08. No ano de 2022 foram realizados treze Processos Seletivos, todos tiveram inscritos, em um deles nenhum candidato foi deferido nas inscrições, em cinco nenhum candidato compareceu à banca, em dois dos Processos o único candidato que compareceu à banca não foi aprovado e nos outros cinco Processos Seletivos tiveram classificados.

No PSS representado pelo **Quadro F5 - ano 2023 – BNCC**– Apêndice 08. Doze Processos Seletivos aconteceram em 2023, dois deles não tiveram nenhum candidato deferido nas inscrições, em quatro dos Processos nenhum candidato compareceu à banca e nos outros seis deles houve candidatos classificados.

No PSS representado pelo **Quadro F6 - ano 2024 – BNCC**– Apêndice 08. Em 2024, dez Processos Seletivos aconteceram, quatro estão em andamento, um não teve candidatos presentes na banca e cinco tiveram candidatos classificados.

4.6 Concursos Públicos da ETEC

A pesquisa documental realizada neste item consistiu em analisar os Concursos Públicos (CPs) para ingresso de professores contratados em caráter efetivo na escola pesquisada, a fim de se compreender os impactos que a permanência efetiva dos docentes da parte diversificada e do núcleo comum provocaram na organização Escolar.

Foram analisados no período entre 2019 a 2024 sete Concursos Públicos (CPs) para ingresso efetivo de professores em componentes curriculares do Ensino Médio e Técnico, nos eixos de gestão, comunicação e na BNCC de acordo com a homologação dos processos.

Um dos assuntos mais discutidos entre professores e gestores na ETEC são os porquês da não abertura de vagas para docentes por meio de concursos públicos. Existem muitas

explicações, mas a predominante é o distanciamento das políticas públicas do Estado em relação ao aumento do quadro de docentes indeterminados no CPS.

Entende-se por concursos públicos os processos de seleção realizados por entidades governamentais para contratar servidores públicos efetivos, processo formal que depende: de legalidade, eficiência, igualdade de oportunidades e o impacto no desenvolvimento das carreiras e da instituição.

O concurso é regido pelo princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, conforme previsto no art. 37 da Constituição Federal do Brasil. A Lei nº 8.112/90 (Brasil, 1990) estabelece as diretrizes para a contratação no serviço público, garantindo a isonomia e permitindo que todos tenham igualdade de condições de concorrer às vagas disponíveis. As autarquias estaduais como o CPS seguem os mesmos princípios, embora adotem o regime jurídico para a contratação de docentes, a CLT (Consolidação da Leis do Trabalho) (Brasil, 1943).

Di Pietro (2021) observa que o concurso público visa a selecionar os melhores candidatos com base no mérito, assegurando que as vagas sejam preenchidas por aqueles mais capacitados e que possam oferecer o melhor desempenho à administração pública. Garantia de direitos e deveres, igualdade de oportunidades compõem bases democráticas e o ideal de justiça social.

Tanto para a escola como aos professores a principal vantagem dos concursos públicos é a garantia de estabilidade e a impessoalidade. O professor aprovado, goza de maior segurança e permanência na escola, o que possibilita a construção de uma carreira de longo prazo. Os concursos dependem de autorização estatal e após esta autorização direcionando o número de vagas para a Unidade é que a Direção Escolar inicia o processo através de informações, editais públicos e normas claras.

Seguem análises e inferências referentes aos Concursos Públicos pesquisados conforme indicação dos quadros no Apêndice 9.

No CP representado pelo **Quadro G1 - ano 2022 –BNCC – Apêndice 09**. Apenas dois Concursos Públicos foram abertos no ano de 2022, nos dois Componentes Curriculares houve inscritos e classificados.

No CP representado pelo **Quadro G2 - ano 2023 –BNCC – Apêndice 09**. No ano de 2023 houve apenas um Concurso Público de um único Componente Curricular, houve inscritos e classificados.

Seguem análises e inferências referentes aos Concursos Públicos pesquisados conforme indicação dos quadros no Apêndice 10.

No CP representado pelo **Quadro H1 - ano 2022 – Eixo de Gestão – Apêndice 10**. Apenas dois Concursos Públicos foram abertos entre os anos de 2019 e 2024 e ocorreram em 2022, nos dois Componentes Curriculares houve inscritos e classificados. No ano de 2023 houve apenas um Concurso Público de um único Componente Curricular, houve inscritos e classificados.

No CP representado pelo **Quadro H2 - ano 2022 – Eixo de Gestão – Apêndice 10**. Apenas dois Concursos Públicos foram abertos entre os anos de 2019 e 2024 e ocorreram em 2022, nos dois Componentes Curriculares houve inscritos e classificados.

4.7 Síntese dos Quadros de Processos Seletivos e Concursos Públicos

A síntese dos processos seletivos e dos concursos públicos é apresentada no Quadro 3.

Quadro 3. Síntese dos quadros de processos seletivos e concursos públicos

Quadro/ Ano	Eixos Tecnológicos / BNCC	Tipo	Quantidade de PSS/CP abertos	Nº de Inscritos	Nº de Classificados
D1/2019	Informação e Comunicação	Processos Seletivos	10	126	7
D2/2020	Informação e Comunicação	Processos Seletivos	NÃO HOUVE ABERTURA DE PROCESSOS SELETIVOS DEVIDO A PANDEMIA		
D3/2021	Informação e Comunicação	Processos Seletivos	9	96	20
D4/2022	Informação e Comunicação	Processos Seletivos	13	57	7
D5/2023	Informação e Comunicação	Processos Seletivos	12	83	15
D6/2024	Informação e Comunicação	Processos Seletivos	10	46	9
E1/2022	Gestão e Negócios	Processos Seletivos	2	42	7
E2/2023	Gestão e Negócios	Processos Seletivos	1	16	5
E3/2019	Gestão e Negócios	Processos Seletivos	5	34	0
E4/2020	Gestão e Negócios	Processos Seletivos	NÃO HOUVE ABERTURA DE PROCESSOS SELETIVOS DEVIDO A PANDEMIA		
E5/2021	Gestão e Negócios	Processos Seletivos	8	28	0
E6/2022	Gestão e Negócios	Processos Seletivos	9	25	6
F1/2023	BNCC	Processos Seletivos	11	33	7
F2/2024	BNCC	Processos Seletivos	7	24	10

F3/2019	BNCC	Processos Seletivos	8	35	14
F4/2020	BNCC	Processos Seletivos	NÃO HOUVE ABERTURA DE PROCESSOS SELETIVOS DEVIDO A PANDEMIA		
F5/2021	BNCC	Processos Seletivos	3	17	0
F6/2022	BNCC	Processos Seletivos	5	33	6
G1/2023	BNCC	Concursos Públicos	6	46	10
G2/2024	BNCC	Concursos Públicos	4	40	4
H1/2022	Gestão e Negócios	Concursos Públicos	2	27	6

Fonte: elaborado pelo pesquisador

É possível estabelecer relações entre os processos seletivos e os concursos de professores do ensino médio e técnico e a implantação do NEM na escola. Apesar das boas intenções e da flexibilização do ingresso de professores na ETEC, os PSS revelaram problemas em relação à alternância e substituições de professores em um curto espaço de tempo, considerando a permanência máxima de dois anos do docente, enquanto o processo de formação dos alunos no Ensino Médio/Técnico ser de três anos, revelaram lacunas que impactaram no planejamento organizacional e na identidade escolar, prejudicando ainda mais a compreensão de professores e alunos sobre a implantação do NEM na escola.

A falta de uma política de formação contínua eficaz para os professores selecionados em PSS comprometeu a sustentação das melhorias pretendidas pelo Novo Ensino Médio. Verificou-se um contrassenso quando professores temporários sequer tiveram tempo e condições de concluir seus trabalhos, distantes dos ideais de integração, identidade e efetividade profissional. Embora os processos seletivos tenham identificado profissionais promissores, a ausência de um suporte contínuo e de oportunidades de desenvolvimento profissional dificultou a adaptação dos professores às novas demandas. Isso não só prejudica a qualidade do ensino, mas também desmotiva os professores, resultando em uma alta rotatividade e, conseqüentemente, baixa qualidade e instabilidade no corpo docente. A Unidade Escolar, de certo modo fica taxada de ineficaz entre os professores/candidatos em razão da alta rotatividade em um curto espaço de tempo e ao não aproveitamento das potencialidades dos novos professores.

Diante das relações que naturalmente se estabelecem diante das diferenças de resultados, entre os PSSs e CPs, a gestão tem no primeiro, uma estratégia para suprir demandas imediatas, mas que compromete a uniformidade escolar e a qualidade do ensino. A contratação temporária pode prejudicar o planejamento da ETEC, uma vez que os profissionais não

possuem garantia de permanência, o que afeta tanto a qualidade do trabalho quanto o engajamento.

Já os CPs cumpririam um papel social mais significativo e abrangente que seria a estabilidade proporcionada pelo concurso público, favorecendo o ambiente em que o profissional poderia investir em sua formação continuada, mas são nítidas as intenções das políticas neoliberais governamentais em submeter os professores a categorias contratuais eventuais, atreladas ao discurso de um Estado Menor economicamente ao cumprimento de metas de redução de custos e de pessoal.

4.8 Formações Pedagógicas dos Docentes Indeterminados e Determinados

A pesquisa documental realizada nesta seção consistiu em analisar a formação pedagógica dos professores contratados em caráter temporário (determinados) e professores efetivos (indeterminados) na ETEC pesquisada, para a obtenção de dados e informações mais coesas sobre a quantidade de professores qualificados pedagogicamente, pressuposto à formação continuada entre os professores da BNCC e dos demais Eixos Tecnológicos (parte técnica). Esta seção analisou a formação dos professores no período de 2019 a 2024 (cinco anos).

A formação pedagógica é fundamental para a atuação dos professores em todas as esferas, da Educação Básica ao Ensino Superior; ela potencializa o processo de ensino e aprendizagem e implementa as metodologias em sala de aula. A formação continuada permite aos professores melhorar no desenvolvimento de habilidades como pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação e colaboração, elementos fundamentais para a formação integral.

No contexto da educação profissional e tecnológica, os professores que ministram disciplinas nas áreas técnicas normalmente não possuem formação pedagógica, apenas a específica em suas áreas de atuação. A ausência de conhecimento pedagógico pode dificultar o processo de ensino, uma vez que a parte diversificada, técnica, exige não só domínio do conteúdo, mas também a capacidade de atuação com diferentes perfis de alunos e contextos de aprendizagem. A formação pedagógica adequada capacita esses docentes a utilizar metodologias de ensino mais interativas, práticas e contextualizadas, favorecendo o aprendizado.

Seguem análises e inferências referentes a Formação Pedagógica (FP) pesquisadas conforme indicação dos quadros em apêndice 11.

A FP representada pelo **Quadro I1 - ano 2019 – Professores Indeterminados** – Apêndice 11. Observou que: cinco professores indeterminados possuíam a formação pedagógica, todos pertencente à BNCC. Apresentaram Licenciatura Plena, 37 professores: oito do Eixo Ambiente e Saúde, 26 professores da BNCC e três do Eixo Informação e Comunicação.

A FP representada pelo **Quadro I2 - ano 2019 – Professores Determinados** – Apêndice 11. Observou que: entre os professores determinados, no ano de 2019, nenhum apresentou Formação Pedagógica. Licenciatura Plena: quatro professores da BNCC apresentaram a titulação.

A FP representada pelo **Quadro I3 - ano 2020 – Professores Indeterminados** – Apêndice 11. Observou que: oito professores indeterminados possuíam a formação pedagógica, todos pertencentes à BNCC. Apresentaram Licenciatura Plena 33 professores: quatro do Eixo Ambiente e Saúde, 28 professores da BNCC e um do Eixo Informação e Comunicação. Apresentaram Licenciatura em mais de um eixo, três professores: um no eixo de Gestão e Negócios e dois no eixo de Informação e Comunicação.

A FP representada pelo **Quadro I4 - ano 2020 – Professores Determinados** – Apêndice 11. Observou que: entre os professores determinados, no ano de 2020, 01 apresentou formação pedagógica no eixo de Gestão e Negócio. Licenciatura Plena: 06 professores da BNCC apresentaram a titulação.

A FP representada pelo **Quadro I5 - ano 2021 – Professores Indeterminados** – Apêndice 11. Observou que: 8 professores indeterminados possuíam a formação pedagógica, todos pertencentes à BNCC. Apresentaram Licenciatura Plena, 37 professores: cinco do Eixo Ambiente e Saúde, 31 professores da BNCC e um do Eixo Informação e Comunicação. Apresentaram Licenciatura Plena em mais de um eixo, dois professores: um no eixo de Gestão e Negócios e um no eixo de Informação e Comunicação.

A FP representada pelo **Quadro I6 - ano 2021 – Professores Determinados** – Apêndice 11. Observou que: entre os professores determinados, no ano de 2021, três apresentaram a formação pedagógica na BNCC, nenhum dos demais eixos. Apresentaram Licenciatura Plena, os nove professores da BNCC.

A FP representada pelo **Quadro I7 - ano 2022 – Professores Indeterminados** – Apêndice 05. Observou que: 6 professores indeterminados possuíam a formação pedagógica, todos pertencentes à BNCC. Apresentaram Licenciatura Plena, 33 professores: sete do Eixo

Ambiente e Saúde, 25 professores da BNCC e um do Eixo Informação e Comunicação. Apresentou Licenciatura em mais de um eixo, um professor: um no eixo de Gestão e Negócios.

A FP representada pelo **Quadro I8 - ano 2022 – Professores Determinados** – Apêndice 11. Observou que: entre os professores determinados, no ano de 2022, três apresentaram a formação pedagógica na BNCC, nenhum dos demais eixos. Apresentaram Licenciatura Plena, os 11 professores da BNCC.

A FP representada pelo **Quadro I9 - ano 2023 – Professores Indeterminados** – Apêndice 11. Observou que: sete professores indeterminados possuíam a formação pedagógica, todos pertencentes à BNCC. Apresentaram Licenciatura Plena, 34 professores: quatro do Eixo Ambiente e Saúde, 29 professores da BNCC e um do Eixo Informação e Comunicação. Apresentaram Licenciatura em mais de um eixo, dois professores: um no eixo de Gestão e Negócios e um no eixo de Informação e Comunicação.

A FP representada pelo **Quadro I10 - ano 2023 – Professores Determinados** – Apêndice 11. Observou que: entre os professores determinados, no ano de 2023, um apresentou a formação pedagógica na BNCC, nenhum dos demais eixos. Apresentaram Licenciatura Plena, os 12 professores da BNCC.

A FP representada pelo **Quadro I11 - ano 2024 – Professores Indeterminados** – Apêndice 11. Observou que: em 2022, observam-se que: nove professores indeterminados possuíam a formação pedagógica, todos pertencentes à BNCC. Apresentaram Licenciatura Plena, 40 professores: quatro do Eixo Ambiente e Saúde, 35 professores da BNCC e um do Eixo Informação e Comunicação. Apresentou Licenciatura em mais de um eixo, um professor no eixo de Gestão e Negócios.

A FP representada pelo **Quadro I12 - ano 2024 – Professores Determinados** – Apêndice 11. Observou que: entre os professores determinados, no ano de 2024, nenhum apresentou a formação pedagógica na BNCC, nenhum dos demais eixos. Apresentaram Licenciatura Plena os 15 professores da BNCC.

4.9 Síntese dos Quadros de Formações Pedagógicas dos Docentes Indeterminados e Determinados

Na sequência é apresentada a síntese da formação pedagógica dos docentes da Etec investigada.

Quadro 4. Síntese formações pedagógicas dos docentes indeterminados e determinados

Quadro/ Ano	Docentes	Pedagogia - BNCC	Pedagogia - Eixos Tecnológicos	Licenciatura - BNCC	Licenciatura - Eixos Tecnológicos
J1/2019	Indeterminados	5	0	26	11
J2/2019	Determinados	0	0	4	0
J3/2020	Indeterminados	8	0	28	8
J4/2020	Determinados	0	1	6	0
J5/2021	Indeterminados	8	0	31	8
J6/2021	Determinados	3	0	9	0
J7/2022	Indeterminados	6	0	25	9
J8/2022	Determinados	3	0	11	0
J9/2023	Indeterminados	7	0	29	7
J10/2023	Determinados	1	0	12	0
J11/2024	Indeterminados	9	0	35	6
J12/2024	Determinados	0	0	15	0
REF. GERAL	TOTAIS: indeterminados e determinados	50	1	231	49

Fonte: elaborado pelo pesquisador

A análise dos quadros de Formação Pedagógica (FP) evidenciou uma grande variação na formação pedagógica entre os docentes da BNCC e dos Eixos Tecnológicos, uma nítida predominância dos professores formados para atuar na BNCC, especialmente no campo da Licenciatura.

Observou-se ao longo de cinco anos, um número expressivo de professores com formação em Licenciatura-BNCC, refletindo um foco no desenvolvimento das competências e habilidades gerais que a BNCC promove na educação básica. Professores indeterminados da BNCC apresentaram melhores índices de formação pedagógica e continuada.

Em contrapartida, tanto os professores indeterminados, quanto os determinados dos Eixos Tecnológicos, apresentaram um baixíssimo índice na formação pedagógica e Licenciatura. Esse cenário aponta uma lacuna na capacitação e na formação continuada dos docentes para as áreas técnicas, o que pode limitar a qualidade e o potencial do ensino técnico-profissionalizante, dificultando a adaptação dos conteúdos e metodologias.

Com apenas um profissional de Pedagogia atuando nos Eixos Tecnológicos e alguns docentes de Licenciatura, percebe-se na revisão, uma urgência quanto à ampliação dos

programas de formação continuada e a necessidade de políticas de incentivo a formação pedagógica para o ensino técnico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi analisada a reorganização curricular promovida pelo Novo Ensino Médio (NEM) (Brasil, 2017) em conjunto com a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) (Brasil, 2018), no que tange à proposta dos itinerários formativos e suas repercussões na atuação dos gestores escolares e dos professores que atuam no Curso Médio Integrado ao Técnico em Informática de uma Escola Técnica de São Paulo.

Por meio de estudo documental sobre as matrizes curriculares foram comentados os principais problemas enfrentados pela escola para a implementação das mudanças curriculares apresentadas pelo NEM e pela BNCC-EM no contexto da EPT, principalmente no que diz respeito à gestão e a participação docente neste processo.

A pesquisa apresentou uma visão longitudinal das mudanças curriculares ocorridas no curso EMTPI, no período de 1998 a 2024, cujos percursos de análise documental das matrizes fizeram uma intersecção entre as ações escolares e as mudanças provocadas por dispositivos legais no contexto pedagógico e político da escola pesquisada.

As matrizes curriculares, em relação ao que propunha a instituição CPS e os discursos formais, cumpriam a função de integrar os componentes e os conteúdos teóricos e práticos das novas propostas, mas na realidade, o que se observou, foram as dificuldades para a implementação destas propostas de integração à BNCC-EM às necessidades da formação técnica. Ao considerar os imperativos da Educação Profissional e suas tecnologias, elevou-se o nível de exigência a toda comunidade escolar, cujas propostas relacionavam a contextualização dos conteúdos, a interdisciplinaridade, a transversalidade e o desenvolvimento de competências pedagógicas integradas, mas devido ao tempo e à falta de planejamento entre as mudanças, criou-se lacunas que comprometiam a participação ativa de gestores, professores e alunos nas discussões das novas propostas.

Com o aumento da complexidade da organização curricular, os gestores passaram a enfrentar desafios cada vez maiores para garantir as condições de infraestrutura e recursos humanos para atender às mudanças formais, que foram de grande impacto na realidade das Escolas Técnicas.

Por meio das alterações curriculares, verificou-se que a demanda por atualização e formação continuada dos professores também aumentou, exigindo uma nova dinâmica para cada ciclo do trabalho escolar, o que não ocorreu na prática. Levando em consideração a formação dos professores ou a área de atuação (núcleo comum ou eixo tecnológico), em ambas era necessária a adaptação de métodos para que os conhecimentos técnicos específicos aos

novos componentes curriculares propostos pela BNCC-EM fossem minimamente satisfatórios à aprendizagem. A falta de conexão entre as propostas da formação geral e a formação técnica dificultou a organização escolar, visto que muitos professores não possuíam formação ou experiência adequada para lidar com as demandas interdisciplinares proposta pelos itinerários. Entende-se que neste aspecto, a eficácia e aplicabilidade das mudanças é relativa.

Além dos dados das análises de matrizes curriculares, foram levantados dados sobre a reorganização escolar após as mudanças curriculares promovidas pelo NEM e pela BNCC-EM, especialmente no que tange à transversalidade dos eixos tecnológicos, à relevância da EDH para a formação profissional, à participação do gestor na EPT, ao ingresso e à rotatividade de professores na ETEC por meio de PSSs e concursos públicos e por fim, dados da formação inicial e continuada de professores indeterminados e determinados na escola pesquisada.

Conclui-se que, pela transversalidade entre eixos tecnológicos e BNCC, seria possível a ampliação dos espaços de discussão e planejamento à preparação para a pesquisa e o desenvolvimento de projetos científicos, um dos pontos de eficácia e de superação das limitações curriculares, falta de recursos e formação inadequada de professores. A escola autônoma e flexível auxiliaria na promoção de metodologias voltadas à inovação e pesquisa. Neste sentido, o desenvolvimento de competências transversais não só estabelece vínculos com o mercado, mas também promovem formação integral, formando os indivíduos para atuar em diferentes contextos profissionais e sociais.

A EDH analisada nesta pesquisa, compreendida como componente da proposta curricular, auxiliaria a comunidade escolar no desenvolvimento de ações e projetos humanizados e de fomento à escola não-violenta, participativa e integradora, além do desenvolvimento de temas considerados "polêmicos", como a igualdade de gênero, a diversidade étnico-racial, os direitos das minorias, entre outros. Verificamos através da análise da formação docente da ETEC pesquisada, que muitos professores não tiveram uma formação pautada na EDH vindo a apresentar dificuldades de compreensão e correspondências da EDH em sua própria área de formação. Tal situação destacada seria atenuada por meio do estímulo dos gestores ao engajamento docente no Plano Escolar, no Projeto Político Pedagógico e Plano Plurianual de Gestão, ao fomento, incentivo e à organização de ações de formação continuada e à busca de parcerias, tornando permanente a EDH na escola.

Pelas análises e contextos da gestão na EPT, pode-se dizer que ocorre uma intrincada relação entre as demandas práticas da administração educacional e os princípios democráticos, éticos e pedagógicos. Os gestores, dada a autonomia relativa, a cada mudança necessitam enfrentar desafios de ordem institucional e local, quanto ao cumprimento de metas de

produtividade, pressão por resultados técnicos, a necessidade de inovação constante e a implementação de uma gestão democrática em um ambiente hierárquico e positivista.

Os PSSs analisados no período, apresentados como ferramentas de gestão com a finalidade de suprir as demandas imediatas de falta de professores, como estratégia única, pode comprometer a qualidade do ensino e a integração escolar. Uma vez que os professores determinados, não possuem garantia de permanência na escola e têm impossibilidade de concluir um ciclo pedagógico de três anos, isso afeta tanto o planejamento escolar quanto o engajamento docente. Observa-se neste cenário indicadores negativos à construção da identidade escolar devido a rotatividade de professores a cada dois anos.

Pode-se confirmar as duas hipóteses levantadas inicialmente. De fato, os itinerários formativos trazidos com a implantação do Novo Ensino Médio geraram, na escola pesquisada, instabilidades entre os profissionais da educação que trabalham com o M-Tec, haja vista sua formação em áreas distintas. Também, a gestão escolar tem muita dificuldade em promover a integração e a formação docente para o desenvolvimento de metodologias ativas e de práticas inovadoras conforme proposto no NEM, considerando toda a conjuntura que envolve o exercício da gestão.

Outro aspecto crítico observado após as análises dos processos de alteração curricular na escola pesquisada foi a aparente redução ou limitação de professores contratados por tempo indeterminado, perceptível pelo número de professores efetivos, comparado à quantidade de professores temporários, proporção equivalente que impacta diretamente no processo de ensino e aprendizagem. Segundo Costa e Domiciano (2020), “A restrição na contratação de professores efetivos tem sido justificada pelos governos como uma necessidade de austeridade fiscal, resultando na ampliação de vínculos temporários e terceirizados, o que compromete a estabilidade e a qualidade do ensino” (p. 58).

Por fim, considera-se que as políticas de austeridade fiscal através da Emenda Constitucional nº 95/2016 (Brasil, 2016), conhecida como Teto de Gastos, limitou o crescimento dos investimentos em áreas sociais, incluindo a educação. Essa medida pode ter impactado nos concursos públicos para docentes, diminuindo as contratações de professores efetivos em prol de contratos temporários.

Enfim, a reorganização curricular ocorrida na ETEC pesquisada gerou instabilidades na organização escolar e desafios de implementação das demandas de mudanças, flexibilização e personalização da aprendizagem principalmente no itinerário formativo de formação técnica e profissional do Ensino Médio.

Entende-se que o estudo desenvolvido nesta escola específica pode representar dilemas que se apresentam nas escolas técnicas em geral e trazer indicadores para sua compreensão. Resta saber se a transversalidade, renomeada de itinerário formativo, e se os sistemas e as escolas, com todos os problemas de reorganização e formação dos docentes, atenderão de fato aos anseios das juventudes que frequentam o ensino médio, seja ele profissionalizante ou não.

Referências

- AGUIRRE, L. P. Educar para os direitos humanos: o grande desafio contemporâneo. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/bib/aguirre.htm>. Acesso em: 15 fev. 2009.
- ALMEIDA, F. M.; SENA, L. B.; SANTOS, N.A. Gestão de riscos de contratos da terceirização no setor público: uma análise para uma instituição federal de ensino superior. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 30, n. 2, p. 143-170, maio/ago. 2019. Disponível em: Acesso em: 23/09/2023.
- AMORIM, R.; FERRI, C. Formação humana integral no ensino médio: um estudo das legislações e orientações curriculares nacionais no Brasil, Chile e Argentina. **Revista UNICAMP**, 2021, p.59
- ANDERSON, G. L. **Advocacy Leadership**: Toward a Post-Reform Agenda in Education. New York: Routledge, 2009.
- ANDERSON, G. L. Critical Educational Leadership in an Era of Accountability. **Educational Administration Quarterly**, 46(1), 2010, p. 5–30.
- ANDES. **A contrarreforma do ensino médio**: o caráter excludente, pragmático e imediatista da Lei nº 13.415/2017. Cartilha produzida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN Brasília, DF: 2017.
- ANDRADE, M.C.; MOTTA, V. Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio: uma análise à luz de categorias de Florestan Fernandes. **Revista HISTEDBR On-line**, 2020, p.85. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8655150#author-2>. Acesso em: 12/05/2024.
- ARROYO, M. G. Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores. **Educação & Sociedade**, ano 20, n. 68, p. 143-162, dezembro de 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zfs5WRfd4HQBmZdst6NyV6D/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19/03/2024.
- AZANHA, J. M. P. Uma reflexão sobre a formação do professor da escola básica. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 369-378, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27945>. Acesso em: 12/11/2023.
- BASTOS, E. N. M. **Formação Docente**: por uma atuação humanística na Educação de Jovens e Adultos. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto Federal do Paraná, Curitiba, 2020.
- BENEVIDES, M. V. M. Educação para a democracia: projetos inspiradores das escolas do parlamento. Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em <https://imagem.camara.gov.br/internet/midias/Radio/2018/06/educacaoparaademocracia.pdf>. Acesso em: 10/10/2023.

BENEVIDES, M. V.; SILVA, A.M.M. **Educação em Direitos Humanos**: Fundamentos teóricos e práticas educativas. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2007).

BITTENCOURT, J. A base nacional comum curricular: uma análise a partir do ciclo de políticas. **XIII Congresso Nacional de Educação EDUCERE**, Curitiba: 2018.

BORGES, A.P. **O Currículo do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio**: Desafios e Perspectivas. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2018. Disponível em: Catálogo das Bibliotecas da Rede Unesp. Acesso em: 04/08/2023.

BRANDSFORD J. D; DARLING-HAMMOND L.; LEPAGE P., 2019. **Preparando os professores para um mundo em Transformação**: o que devem aprender e estar aptos a fazer. Penso Editora, 2019.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112/lei8112.htm. Acesso em 12/03/2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil: seção 1, Rio de Janeiro, DF, ano 82, n. 184, p. 11937-11984, 9 ago. 1943a.

BRASIL. Decreto nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. **Lei Orgânica do Ensino Comercial**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 1943b.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Agrícola**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 ago. 1946.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. **Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 1946.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25/05/2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12/06/2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 22/09/2023.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 1997. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 12/06/2023.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio. Brasília: MEC, 1999. Disponível em [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf). Acesso em 10/06/2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocume>. Acesso em 13/07/2023

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. *Regulamenta a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação*. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/cciv>. Acesso em: 15/07/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 27 de outubro de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 29 out. 2010, Seção 1.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 21 set. 2012, Seção 1, p. 22.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 1º de julho de 2012**. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6519-rces-2-12-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20/08/2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12977-dcn-licenc. Acesso em 13/08/2023.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (2014- 2024). Brasília: MEC, INEP, 2014.

BRASIL. Medida Provisória nº 746 de 23 de setembro de 2016. Medida Provisória, Brasília, DF, setembro/2016.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. *Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emenda95/Emenda_9. Acesso em: 10/09/2023.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241, de 2016**. *Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal*. Disponível em <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas>. Acesso em: 10/09/2023.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular [BNCC]. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 07/12/2019.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=74125-bncc-ensino-medio-pd. Acesso em: 13/08/2023.

BRASIL. Guia de implementação do Novo Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Fundamentos teóricos e práticas educativas. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocume>. Acesso em 13/07/2023

CARDOZO, R.M.D. **Gestão participativa na Educação Profissional e Tecnológica** – o papel do conselho diretor – um estudo do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais Campus Salinas – MG. 2010. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CARVALHO, M. A. A sobrecarga de conteúdo nos cursos integrados: desafios e impactos no aprendizado dos estudantes. **Revista Brasileira de Educação Técnica**, 15(2), 45-58, 2021.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

COSTA, L. P. Educação técnica e a formação para o mercado de trabalho: perspectivas e desafios do ETIM nas ETECs de São Paulo. *Caderno de Educação e Tecnologia*, 12(3), 79-92, 2020.

COSTA, M.O; DOMICIANO, C. Austeridade fiscal, autoritarismo e política educacional: as mudanças legislativas na gestão democrática do sistema estadual de ensino e da escola pública de Mato Grosso. *Educar em Revista*, 36, 2020.

CUNHA, L.A. **Educação e desenvolvimento: Brasil e Japão**. São Paulo: Edit. UNESP, 2012.

CURRY, L.; DOCHERTY, M. Implementing competencybased education. **Collected Essays on Learning and Teaching**, Windsor, v. 10, p.61-74, 2017. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1147189>. Acesso em: 13 maio 2019.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

DUNNE, E.; RAWLINS, M. Bridging the gap between industry and higher education: Training academics to promote student teamwork. *Innovations in Education and Training International*, v.37, 361–371, 2000.

ESCOTT, C.M. A participação como indicador de inclusão social na educação superior. **Revista de EDUCAÇÃO do Cogeime**, v.24, n.46, p.15-27, 2015.

FALSARELLA, A. M. (2014). Formação continuada de professores e elaboração do projeto pedagógico da escola. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 9(4), 833-848.

FALSARELLA, A. M. (Org.). Educação básica e gestão da escola pública. Araraquara: Junqueira & Marin, 2018a.

FALSARELLA, A. M. A gestão escolar e o papel do gestor: das origens às concepções atuais. In:

FALSARELLA, A. M. (Org.). **Educação básica e gestão da escola pública**. Araraquara SP: Junqueira&Marin, 2018. [formato digital]. Disponível em: <http://junqueiraemarin.com.br/ebook-gratis>.

FALSARELLA, A. M. Nova gestão pública, educação e gestão escolar. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, v. 24, n. 2, p. 372-389, maio/ago. 2019.

FALSARELLA, A. M. **Cotidiano escolar e atuação do gestor**: contribuições sobre o tema. Curitiba: Appris, 2021.

FONTANA, A.R. Gestão escolar democrática: é possível? **Revista de Educação do IDEAU**, v.6, n.14, p.2-13, jul./dez. 2011.

FONTE, S.; LOUREIRO, C. **Educação pública e desigualdades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

FRANCO, A.M.P.; MENEZES FILHO, N. Uma análise de rankings de escolas brasileiras com dados do Saeb. **Revista de Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 42, n. 2, p. 263-83, abr./jun. 2012.

FREIRE, J. S. (2020). A importância da formação crítica no ensino de comunicação. **Estudos em Comunicação e Sociedade**, 14(1), 112-128.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, S. R. Formação integral e crítica no ensino técnico: reflexões sobre a educação cidadã nos currículos integrados. **Estudos Avançados em Educação**, 2012, 18(4), 101-115.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (org.). **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, G. (2016). A universidade e a formação de professores. Interagir: pensando a extensão, (3), 93. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/interagir/article/view/18675>. Acesso em: 18 fev. 2024.

GADOTTI, M. **Educação e Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez (2000).

GARCIA, N. M. D.; LIMA FILHO, D. L. Politécnica ou educação tecnológica: desafios ao Ensino Médio e à educação profissional. In: **Reunião Anual da Anped**, 27., 2004, Caxambu. Anais eletrônicos [...]. Caxambu: ANPEd, 2004. Disponível em: http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_domingos_leite.pdf. Acesso em: 19 março. 2024.

GONÇALVES, M. A. Educação tecnológica e o mercado de comunicação: desafios e oportunidades. **Revista Brasileira de Educação Técnica**, 2021, 16(2), 33-46.

JONES, G. M.; Jones, B. D.; Hargrove, T. Y. *The Unintended Consequences of High-Stakes Testing*. Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

JORNAL DIÁRIO DE RIO CLARO. História: *Solar de D. Luiza Botão*. Rio Claro, 30 jun. 2018. n.5, p.12.

KRAWCZYK, N. (2014). Ensino médio: empresários dão as cartas na escola pública. **Educação & Sociedade**, 35, 21-41, 2014.

LE BOTERF, G. *De la compétence - essai sur un attracteur étrange*. Paris: Quatrième Tirage, 1994.

LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e Pedagogos**, Para Quê? São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, J. C. Reflexões sobre a didática e os novos desafios educacionais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 52, p. 5-16, 2002.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia, Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, C. A **percepção de professores e coordenadores pedagógicos sobre a implantação curricular do Novotec integrado entre o sistema e o mundo da vida**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Engenharia, Ilha Solteira, 2021. Disponível em Catálogo das Bibliotecas da Rede Unesp. Acesso em 23/04/2023.

LIMA, R. S. Infraestrutura e capacitação docente nas ETECs: limites e possibilidades para o sucesso dos programas integrados. **Revista de Gestão Educacional**, 2020, 9(1), 30-46.

LIMA, T. R. (2022). A defasagem curricular no ensino de comunicação: um estudo sobre a adaptação às inovações tecnológicas. **Caderno de Estudos Tecnológicos**, 10(3), 87-98.

LÜCK, H. **Gestão Educacional**: uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARCELO GARCÍA, C. **Formação de Professores**: para uma mudança educativa. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MATIELLO JUNIOR, G.L. **O amanhã de quem cresce**: influências e valores presentes na constituição de projetos de vida de jovens adolescentes de um curso técnico de uma instituição estadual. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2015. Disponível em Catálogo das Bibliotecas da Rede Unesp.

NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

NÓVOA, A. Para uma análise das instituições escolares. In: NÓVOA, A. (Org.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1999, p. 13-43.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: Princípios e procedimentos. 9. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, E.P. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez e Editora da Unicamp, 1999.

PARO, V.H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. 17ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2015.

PARO, V. H. **Diretor escolar**: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.

PEREIRA, A. Formação de educadores sociais: profissionalização técnica, para quê? **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 3, n. 6, p. 81-110, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2DbComF>. Acesso em: 28 dez. 2023.

PIOLLI, E.; SALA, M. Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional. **Revista USP**, p. 69-86, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p69-86>. Acesso em 04/10/2023.

POLMEAR, M.; BIELEFELDT, A. R.; KNIGHT, D.; SWAN, C.; CANNEY, N. E. Faculty Perceptions of Challenges to Educating Engineering and Computing Students About Ethics and Societal Impacts. *In: American Society for Engineering Education / Annual Conference and Exposition*, 2018. Disponível em: <https://peer.asee.org/30510.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

RAMOS, M. **A Pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

RAMOS, M. **História e Política da Educação Profissional** – Coleção Formação Pedagógica. Curitiba: IFPR, 2014.

RIBEIRO, J. Q. **Ensaio de uma teoria de administração escolar**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

RIBEIRO, S. L. **Espaço escolar**: um elemento (in)visível no currículo. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 31, p. 103-118, Jul/Dez.2004.

SANTOS, R. L. Desigualdades no acesso ao ensino técnico: uma análise do eixo de comunicação. **Revista de Políticas Educacionais**, 7(4), 45-59, 2019.

SÃO PAULO (Estado). Deliberação CEETEPS nº 01, de 11 de janeiro de 2000. Fixa normas complementares ao processo de qualificação e eleição dos Diretores das ETECs do CEETEPS. São Paulo, 12-01-2000, Seção I, p. 20.

SÃO PAULO (Estado). Deliberação CEETEPS 003, de 18-07-2013. Aprova o Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, 123 (161) - 91, Seção I.

SÃO PAULO (Estado). Deliberação CEETEPS 18, de 16-07-2015. Dispõe sobre a atividade de Coordenador de Projetos Responsável pela Orientação e Apoio Educacional nas Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS. São Paulo, 16-07-2015, Seção I, p. 40.

SÃO PAULO (Estado). Deliberação CEETEPS 20, de 16-07-2015. Dispõe sobre a atividade de Professor Coordenador de Projetos Responsável pela Coordenação Pedagógica nas Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS. São Paulo, 18-07-2015, Seção I, p. 41.

SÃO PAULO. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Centro Paula Souza. Catálogo de requisitos de titulação para docência: informações gerais. Disponível em <http://docplayer.com.br/54579967-Catalogo-de-requisitos-de-titulacao-para-docencia.html>. Acesso em 01 Jul. 2023.

SAVIANI, D. A crítica da organização escolar e dos temas transversais. **Educação & Sociedade**, v. 20, n. 68, p. 109-129, 1999.

SENNA, S. **Educação profissional técnica integrada ao ensino médio: o princípio de flexibilidade**. Universidade Estadual Paulista (Unesp) Faculdade de Ciências, Bauru, 2018. Disponível em Catálogo das Bibliotecas da Rede Unesp. Acesso em: 02/02/2024.

SILVA, A.M.M. **Preparação, implementação e impacto do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Recife, 2011. Mimeo.

SILVA, B. A. N.; ROCHA, M. B. O trabalho como princípio educativo e o currículo integrado na educação profissional e tecnológica: uma análise teórica. In: CRUZ SOBRINHO, S.; PLÁCIDO, R. L. **Educação profissional integrada ao ensino médio**. João Pessoa: IFPB, 2020. cap. 3, p. 88-112., il. (Reflexões na educação, 8). Disponível em: <http://docplayer.com.br/54579967-Catalogo-de-requisitos-de-titulacao-para-docencia.html>. Acesso em: 25 jul. 2021.

SILVA, D. **As contribuições das propostas interdisciplinares no processo de formação discente a relação com o desempenho acadêmico no currículo integrado do ensino médio na escola técnica**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020. Disponível em: Catálogo das Bibliotecas da Rede Unesp. Acesso em: 12/03/2024

SILVA, M. R. A BNCC e o ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**. Belo Horizonte.v.34, 2018.

SILVA, M. **Políticas de educação em tempo integral no ensino médio público: análise georreferenciada do estado de São Paulo**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2020. Disponível em: Catálogo das Bibliotecas da Rede Unesp. Acesso em 01/08/2024.

SILVA, R. Saberes curriculares e práticas de formação de professores para o ensino médio: problematizações contemporâneas. **Revista USP**, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/6LYpyy3rZKM6MB5JZ7z45LF/?lang=pt>. Acesso em 05/06/2024.

SILVA, M. **Complexidade da formação de professores: saberes teóricos e saberes práticos**. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2010.

SILVA, R. R. E.; Almeida, M. L. Processos de constituição de tecnologias da informação e comunicação pela via do diálogo com gestores de educação especial. v. 04, n. 36, p. 45-65, 2015. Disponível em: Relatórios de Gestão - CPS. Acesso em 01/08/2024.

SOARES JUNIOR, N.E.; BORGES, L.F.F. As políticas curriculares da educação profissional e o trabalho docente. **Educação e Pesquisa**, 47, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/MwRJn3YgHbTbkwySLdFbBHS/?lang=pt>. Acesso em 02/02/2024.

SOUZA, M. A reformulação da rede federal de ensino profissional como estratégia geopolítica para produzir inovação tecnológica no Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Revista USP**, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/159877>.

TEIXEIRA, A. **O uso das tecnologias da informação e comunicação como facilitador no processo de aprendizagem no ensino técnico integrado ao médio**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2017. Disponível em: Catálogo das Bibliotecas da Rede Unesp. Acesso em 07/07/2024.

VAZQUEZ, A.S. **Filosofia da Práxis**, 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

VERDUM, P. **Formação continuada de professores da Educação Básica: políticas e práticas**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação Em Educação Mestrado Em Educação, Porto Alegre, 2010.

ZABALA, A.; ARNAU, L. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

APÊNDICE 1 – Roteiro para análise documental

1. Dados de identificação do documento

- Tipo de documento (texto/relatório/documento legal/projeto/publicação)
- Título:
- Data:
- Autor (es)/quem assina:
- Órgão responsável pela elaboração:
- Contexto de origem (introdução/apresentação/justificativa):
- Assunto:

2. Síntese (conteúdo e forma)

- Objetivos explicitados no documento:
- Estrutura geral do texto:
- Principais temas, ideias e orientações contidas no documento:

3. Relação com o tema da Pesquisa – referências a:

- Aprofundar o entendimento sobre a concepção de itinerários formativos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Novo Ensino Médio (NEM), com destaque para o curso de formação profissional em Administração;
- Levantar as implicações da reorganização curricular na formação docente e na atuação dos gestores da escola;
- Sistematizar e comparar entre si a formação acadêmica inicial dos professores que atuam com o itinerário formativo em Administração na instituição;
- Buscar elementos de integração entre a grade curricular do curso de Administração da ETEC, o Plano Escolar da Instituição e os Planos de Trabalho Docente (PTDs) dos professores que lecionam o itinerário formativo em administração;
- Apontar procedimentos de gestão utilizados para essa integração e as dificuldades encontradas.

APÊNDICE 2 – Legislação sobre Educação Profissional

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 1. Art. 39 da LDB: Lei nº 9.394/1996. “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008). **EDUCAÇÃO NACIONAL** 2. Art. 2º da LDB (Lei nº 9.394/1996), Artigo 205 da Constituição Federal: A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. **QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL** 3. Inciso I do §2º do Art. 39 e Art. 42 da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008; Inciso I do Art. 1º do Decreto nº 5.154/2004, na redação dada pelo Decreto nº 8.268/2014; Parágrafo Único do Art. 2º da Resolução CNE/CEB nº 06/2012. 4. Inciso I do §2º do Art. 39 e Art. 42 da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008; Inciso I do Art. 1º e § 1º do Art. 3º do Decreto nº 5.154/2004, na redação dada pelo Decreto nº 8.268/2014. 5. Inciso I do §2º do Art. 39 e Art. 42 da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008; Art. 3º do Decreto nº 5.154/2004, na redação dada pelo Decreto nº 8.268/2014 e Art. 25 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, definida com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2012. **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO** 6. Artigos 36-A, 36-B, 36-C e 36-D, bem como Inciso II do §2º do Art. 39 da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008; Art. 4º do Decreto nº 5.154/2004, na redação dada pelo Decreto nº 8.268/2014 e inciso V do Art. 36 da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 13.415/2017. 7. Parágrafo Único do Art. 36-D e § 1º do Art. 39 da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008; Inciso II do § 6º do Art. 36 da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 13.415/2017; Art. 30 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, definida com base no Parecer CNE/CEB nº 11/2012. 8. Parágrafo Único do Art. 36-A, Inciso I do Art. 36-B, Artigos 36-C e 36-D, bem como Inciso II do §2º do Art. 39 da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008; Art. 4º do Decreto nº 5.154/2004, na redação dada pelo Decreto nº 8.268/2014; Inciso V do Art. 36 da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 13.415/2017 e Art. 7º da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, e seu Parecer CNE/CEB nº 11/2012. 9. Inciso I do Art. 36-C da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008; Inciso I do § 1º do Art. 4º do Decreto nº 5.154/2004, na redação dada pelo Decreto nº 8.268/2014; Inciso V do Art. 36 e § 3º do mesmo artigo da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 13.415/2017; e alínea “a” do Inciso I do Art. 7º da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 11/2012. 10. Inciso II do Art. 36-C da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008; § 8º do Art. 36 da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 13.415/2017; Inciso II do § 1º do Art. 4º do Decreto nº 5.154/2004, na redação dada pelo Decreto nº 8.268/2014 e Art. 8º da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 11/2012. 11. Alínea “c” do Inciso II do Art. 36-C da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008; Alínea “c” do Inciso II do § 1º do Art. 4º do Decreto nº 5.154/2004, na redação dada pelo Decreto nº 8.268/2014; Art. 8º da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 11/2012 e Parecer CNE/CEB nº 12/2011. 12. Inciso II do Art. 36-B da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008; Inciso II do § 1º do Art. 4º do Decreto nº 5.154/2004, na redação dada pelo Decreto nº 8.268/2014; e Art. 9º da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, definida com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2012. 13. Art. 24 e Art. 31 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 11/2012. **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA DE GRADUAÇÃO** 14. Inciso III do § 2º do Art. 39 da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008; Inciso II do Art. 44 da Lei nº 9.394/1996; Art. 5º do Decreto nº 5.154/2004, na redação dada pelo Decreto nº 8.268/2014; e Art. 2º da Resolução CNE/CP nº 03/2002, definida com fundamento no Parecer CNE/CP nº 29/2002. 15. Inciso III do § 2º e § 1º do Art. 39 da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008; Artigos 5º e 6º do Decreto nº 5.154/2004, na redação dada pelo Decreto nº 8.268/2014; e Art. 5º e seus parágrafos da Resolução CNE/CP nº 03/2002, definida com fundamento no Parecer CNE/CP nº 29/2002. 16. Inciso III do § 2º do Art. 39 da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008; Inciso II do Art. 44 da Lei nº 9.394/1996; Artigos 5º e 7º do Decreto nº 5.154/2004, na redação dada pelo Decreto nº 8.268/2014; e Art. 4º e seus parágrafos, bem como artigos 6º a 10 da Resolução CNE/CP nº 03/2002, definida com fundamento no Parecer CNE/CP nº 29/2002. **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA DE PÓS-GRADUAÇÃO** 17. Inciso III do § 2º do Art. 39 da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008; Inciso III do Art. 44 da Lei nº 9.394/1996; Art. 5º do Decreto nº 5.154/2004, na redação dada pelo Decreto nº 8.268/2014; e inciso V do Art. 2º da Resolução CNE/CP nº 03/2002, definida com fundamento no Parecer CNE/CP nº 29/2002. 18. Inciso III do § 2º do Art. 39 da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008 Inciso III do Art. 44 da Lei nº 9.394/1996; Inciso V do Art. 2º da Resolução CNE/CP nº 03/2002, definida com fundamento no Parecer CNE/CP nº 29/2002 e Resolução CNE/CES nº 01/2007, que define normas para a pós-graduação lato sensu. 19. Inciso III do § 2º do Art. 39 da LDB: Lei nº 9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008; Inciso III do Art. 44 da Lei nº 9.394/1996; Portaria Capes nº 131, de 28/06/2002 e Resolução CNE/CES nº 01/2001, com sua redação alterada pela Resolução CNE/CES nº 24/2002. 20. Inciso III do § 2º do Art. 39 da LDB: Lei nº

9.394/1996, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008; Inciso III do Art. 44 da Lei nº 9.394/1996; Portaria Capes nº 389, de 23 de março de 2017.21. Art. 205 da Constituição Federal, bem como Art. 2º e Inciso II do Art. 35 da LDB; Lei nº 9.394/1996, e Art. 39 da mesma LDB, na redação dada pela Lei nº 11.741/2008. (<http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept#> acesso em 12/08/2024)

APÊNDICE 3 – Matrizes Curriculares EM (profissionalizantes) - quadros de A1 a A23

Quadro nº: A1

Ano: 1998

Curso: Ensino Médio – Área de Informática

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 1998 a 2000

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
A1 1998	ENSINO MÉDIO - ÁREA DE INFORMÁTICA	PARECER CEE 105/98	1998 - 2000	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	380	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	240
				EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	80	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	80
				EDUCAÇÃO FÍSICA	240	INFORMÁTICA	80
				HISTÓRIA	160	TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE	40
				GEOGRAFIA	160	ÉTICA E CIDADANIA	40
				MATEMÁTICA	360	GESTÃO E QUALIDADE	40
				FÍSICA	240	ESTATÍSTICA	80
				QUÍMICA	240	ORGANIZAÇÃO DE EMPRESAS	40
				BIOLOGIA	240	MATEMÁTICA FINANCEIRA	40
						DIREITO E LEGISLAÇÃO	40
						INTRODUÇÃO DE SISTEMAS OPERACIONAIS	40
						FUNDAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	60
						TÉCNICAS DE PROGRAMAÇÃO	80

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: A2

Ano: 1999

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 1999 a 2001

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
A2 1999	ENSINO MÉDIO	PARECER CEE 105/98	1999 - 2001	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	380	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	240
				EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	160	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	80
				EDUCAÇÃO FÍSICA	160	INFORMÁTICA	80
				HISTÓRIA	240	TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE	40
				GEOGRAFIA	240	ÉTICA E CIDADANIA	40
				MATEMÁTICA	240	GESTÃO E QUALIDADE	40
				FÍSICA	360	ESTATÍSTICA	80
				QUÍMICA	80	MÓDULO DE PREPARAÇÃO BÁSICO PARA O TRABALHO	300
				BIOLOGIA	240		

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: A3**Ano:** 2001**Curso:** Ensino Médio**Ato Legal:** Parecer CEE 105/98**Vigência:** de 2000 a 2002

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
A3 2001	ENSINO MÉDIO	PARECER CEE 105/98	2000 - 2002	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	440	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	240
				EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	80	INFORMÁTICA	80
				EDUCAÇÃO FÍSICA	240	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO	40
				HISTÓRIA	240	ESTATÍSTICA	40
				GEOGRAFIA	240	MATEMÁTICA FINANCEIRA	40
				MATEMÁTICA	400	TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE	40
				FÍSICA	240	ÉTICA E CIDADANIA	40
				QUÍMICA	240	DIREITO E LEGISLAÇÃO	40
				BIOLOGIA	280	GESTÃO E QUALIDADE	40

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: A4**Ano:** 2001**Curso:** Ensino Médio**Ato Legal:** Parecer CEE 105/98**Vigência:** de 2001 a 2003

A4 - MATRIZ 2001 - Ensino Médio - Vigência 2001 - 2003

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro A4, ano 2001, vigência 2001 a 2003, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: A5**Ano:** 2001**Curso:** Ensino Médio**Ato Legal:** Parecer CEE 105/98**Vigência:** de 2002 a 2004

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
A5 2001	ENSINO MÉDIO	PARECER CEE 105/98	2002 - 2004	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	440	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	240
				EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	120	INFORMÁTICA	80
				EDUCAÇÃO FÍSICA	240	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	80
				HISTÓRIA	240	AÇÕES DE CIDADANIA	60

				GEOGRAFIA	240	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL	60
				MATEMÁTICA	400	INTERVENÇÕES AMBIENTAIS	80
				FÍSICA	240		
				QUÍMICA	240		
				BIOLOGIA	240		

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: A6

Ano: 2001

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2003 a 2005

A6 - MATRIZ 2001 - Ensino Médio - Vigência 2003 - 2005 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DA MATRIZ)
--

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro A6, ano 2001, vigência 2001 a 2003, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior analisada.

Quadro nº: A7

Ano: 2001

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2004 a 2006

A7 - Matriz 2001 - Ensino Médio - Vigência 2004 - 2006 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DE MATRIZ)
--

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro A7, ano 2001, vigência 2004 a 2006, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: A8

Ano: 2001

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2005 a 2007

A8 - Matriz 2001 - Ensino Médio - Vigência 2005 - 2007 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DE MATRIZ)
--

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro A8, ano 2001, vigência 2005 a 2007, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: A9

Ano: 2006

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2006 a 2008

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
A9 2006	ENSINO MÉDIO	PARECER CEE 105/98	2006 - 2008	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	440	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	240
				ARTE	120	PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	200
				EDUCAÇÃO FÍSICA	240	PROJETOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS	160
				HISTÓRIA	240		
				GEOGRAFIA	240		
				MATEMÁTICA	400		
				FÍSICA	240		
				QUÍMICA	240		
				BIOLOGIA	240		

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: A10

Ano: 2006

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2007 a 2009

A10 - Matriz 2006 - Ensino Médio - Vigência 2007 - 2009 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DA MATRIZ)

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro A10, ano 2006, vigência 2007 a 2009, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: A11

Ano: 2006

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2008 a 2010

A11 - Matriz 2006 - Ensino Médio - Vigência 2008 - 2010 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DE MATRIZ)

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro A11, ano 2006, vigência 2008 a 2010, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: A12

Ano: 2009

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2009 a 2011

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
A12 2009	ENSINO MÉDIO	PARECER CEE 105/98	2009 - 2011	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	440	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	240
				ARTES	120	ESPAÑHOL	120
				EDUCAÇÃO FÍSICA	240	DISCIPLINA PROJETO (PRODUÇÕES ARTÍSTICAS / FILOSOFIA E SOCIOLOGIA)	120
				HISTÓRIA	240	DISCIPLINA PROJETO (TÉCNICO-CIENTÍFICO / FILOSOFIA E SOCIOLOGIA)	120
				GEOGRAFIA	240		
				MATEMÁTICA	400		
				FÍSICA	240		
				QUÍMICA	240		
				BIOLOGIA	240		

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: A13

Ano: 2010

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2010 a 2012

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
A13 2010	ENSINO MÉDIO	PARECER CEE 105/98	2010 - 2012	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	440	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	240
				ARTES	120	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (ESPAÑHOL)	120
				EDUCAÇÃO FÍSICA	240	PROJETOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS	80
				HISTÓRIA	240	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO / COMUNICAÇÃO EM DIFERENTES MÍDIAS E CÓDIGOS DE LINGUAGEM	160
				GEOGRAFIA	240		
				FILOSOFIA	*		
				SOCIOLOGIA	**		
				MATEMÁTICA	400		
				FÍSICA	240		
				QUÍMICA	240		
				BIOLOGIA	240		

Fonte: elaborado pelo pesquisador

* Os conhecimentos de Filosofia serão desenvolvidos na 1ª série em História e Língua Portuguesa e Literatura, na 2ª e 3ª séries serão desenvolvidos no Componente Curricular de História.

** Os conhecimentos de Sociologia serão desenvolvidos no componente curricular de Geografia, nas três séries.

Quadro nº: A14

Ano: 2011

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2011 a 2013

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
A14 2011	ENSINO MÉDIO	PARECER CEE 105/98	2011 - 2013	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	440	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	240
				ARTES	120	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (ESPANHOL)	160
				EDUCAÇÃO FÍSICA	240	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO/COMUNICAÇÃO EM DIFERENTES MÍDIAS E CÓDIGOS DE LINGUAGEM	120
				HISTÓRIA	240	PROJETOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS	80
				GEOGRAFIA	240		
				FILOSOFIA	*		
				SOCIOLOGIA	**		
				MATEMÁTICA	400		
				FÍSICA	240		
				QUÍMICA	240		
				BIOLOGIA	240		

Fonte: elaborado pelo pesquisador

* Os conhecimentos de Filosofia serão desenvolvidos na 1ª série em História e Língua Portuguesa e Literatura, na 2ª e 3ª séries serão desenvolvidos no Componente Curricular de História.

** Os conhecimentos de Sociologia serão desenvolvidos no componente curricular de Geografia, nas três séries.

Quadro nº: A15

Ano: 2011

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2012 a 2014

A15 - Matriz 2011 - Ensino Médio - Vigência 2012 - 2014 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DA MATRIZ)

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro A15, ano 2011, vigência 2012 a 2014, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: A16

Ano: 2011

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2013 a 2015

A16 - Matriz 2011 - Ensino Médio - Vigência 2013 - 2015 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DA MATRIZ)

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro A16, ano 2011, vigência 2013 a 2015, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: A17

Ano: 2011

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2014 a 2016

A17 - Matriz 2011 - Ensino Médio - Vigência 2014 - 2016 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DA MATRIZ)

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro A17, ano 2011, vigência 2014 a 20016, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: A18

Ano: 2011

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2015 a 2017

A18 - Matriz 2011 - Ensino Médio - Vigência 2015 - 2017 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DA MATRIZ)

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro A18, ano 2011, vigência 2015 a 2017, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: A19

Ano: 2011

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2016 a 2018

A19 - Matriz 2011 - Ensino Médio - Vigência 2016 - 2018 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DA MATRIZ)

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro A19, ano 2011, vigência 2016 a 2018, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: A20

Ano: 2011

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2017 a 2019

A20 - Matriz 2011 - Ensino Médio - Vigência 2017 - 2019 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DA MATRIZ)

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: A21**Ano:** 2011**Curso:** Ensino Médio**Ato Legal:** Parecer CEE 105/98**Vigência:** de 2018 a 2020

A21 - Matriz 2011 - Ensino Médio - Vigência 2018 - 2020 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DA MATRIZ)

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro A21, ano 2011, vigência 2018 a 2020, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: A22**Ano:** 2011**Curso:** Ensino Médio**Ato Legal:** Parecer CEE 105/98**Vigência:** de 2019 a 2021

A22 - Matriz 2011 - Ensino Médio - Vigência 2019 - 2021 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DA MATRIZ)

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro A22, ano 2011, vigência 2019 a 2021, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: A23**Ano:** 2020**Curso:** Ensino Médio**Ato Legal:** Parecer CEE 105/98**Vigência:** de 2020 a 2022

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
A23 2020	ENSINO MÉDIO	PARECER CEE 105/98	2020 - 2022	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	440	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	240
				ARTE	120	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (ESPANHOL)	120
				EDUCAÇÃO FÍSICA	240		
				HISTÓRIA	240		
				GEOGRAFIA	240		
				FILOSOFIA	120		
				SOCIOLOGIA	120		
				MATEMÁTICA	400		
				FÍSICA	240		
				QUÍMICA	240		
				BIOLOGIA	240		

Fonte: elaborado pelo pesquisador

APÊNDICE 4 – Matrizes Curriculares Área de Informática - quadros de B1 a B11

Quadro nº: B1

Ano: 1998

Curso: Ensino Médio – Área de Informática

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 1998 a 2000

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
B1 1998	ENSINO MÉDIO - ÁREA DE INFORMÁTICA	PARECER CEE 105/98	1998 - 2000	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	380	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	240
				EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	80	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	80
				EDUCAÇÃO FÍSICA	240	INFORMÁTICA	80
				HISTÓRIA	160	TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE	40
				GEOGRAFIA	160	ÉTICA E CIDADANIA	40
				MATEMÁTICA	360	GESTÃO E QUALIDADE	40
				FÍSICA	240	ESTATÍSTICA	80
				QUÍMICA	240	ORGANIZAÇÃO DE EMPRESAS	40
				BIOLOGIA	240	MATEMÁTICA FINANCEIRA	40
						DIREITO E LEGISLAÇÃO	40
						INTRODUÇÃO DE SISTEMAS OPERACIONAIS	40
						FUNDAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	60
						TÉCNICAS DE PROGRAMAÇÃO	80

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: B2

Ano: 2015

Curso: Habilitação Profissional de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (ETIM)

Ato Legal: Portaria CETEC - 182, de 26/09/2013

Vigência: de 2015 a 2017

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
B2 2015	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO PORTARIA CETEC - 182, DE 26/09/2013		2015 - 2017	LÍNGUA PORTUGUESA, LITERATURA E COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL	480	LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO	120
				LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLÊS E COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL	280	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES	80
				LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - ESPANHOL	80	OPERAÇÃO DE SOFTWARE APLICATIVO	80
				ARTES	120	ÉTICA E CIDADANIA ORGANIZACIONAL	40

			EDUCAÇÃO FÍSICA	240	TÉCNICAS DE PROGRAMAÇÃO PARA INTERNET I E II	160
			HISTÓRIA	240	TECNOLOGIAS E LINGUAGENS PARA BANCO DE DADOS I E II	160
			GEOGRAFIA	240	LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A OBJETOS	120
			FILOSOFIA	120	GESTÃO DE SISTEMAS OPERACIONAIS	120
			SOCIOLOGIA	120	ANÁLISE DE SISTEMAS	80
			FÍSICA	240	EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	40
			QUÍMICA	240	DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	120
			BIOLOGIA	240	PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES	120
			MATEMÁTICA	400	TECNOLOGIAS PARA MOBILIDADE	80
					REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	120
					PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) EM INFORMÁTICA	80

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: B3

Ano: 2015

Curso: Habilitação Profissional de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (ETIM)

Ato Legal: Portaria CETEC - 182, de 26/09/2013

Vigência: de 2016 a 2018

B3 - Grade 2015 - HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO - Vigência 2016 - 2018 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DA MATRIZ)

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro B3, ano 2015, vigência 2016 a 2018, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: B4

Ano: 2015

Curso: Habilitação Profissional de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (ETIM)

Ato Legal: Portaria CETEC - 182, de 26/09/2013

Vigência: de 2017 a 2019

B4 - Grade 2015 - HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO - Vigência 2017 - 2019 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DA MATRIZ)

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro B4, ano 2015, vigência 2017 a 2019, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: B5

Ano: 2015

Curso: Habilitação Profissional de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (ETIM)

Ato Legal: Portaria CETEC - 182, de 26/09/2013

Vigência: de 2018 a 2020

B5 - Grade 2015 - HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO - Vigência 2018 - 2020 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DA MATRIZ)

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro B5, ano 2015, vigência 2016 a 2018, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: B6

Ano: 2019

Curso: Habilitação Profissional de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio

Ato Legal: Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico - 1648, de 14/06/2019

Vigência: de 2019 a 2021

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
B6 2019	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO	PORTARIA DO COORDENADOR DO ENSINO MÉDIO E TÉCNICO - 1648, DE 14/06/2019	2019 - 2021	EDUCAÇÃO FÍSICA	240	PROGRAMAÇÃO WEB I, II E III	240
				FÍSICA	240	ANÁLISE E PROJETO DE SISTEMAS	80
				LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLÊS E COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL	240	DESIGN DIGITAL	80
				LÍNGUA PORTUGUESA, LITERATURA E COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL	480	FUNDAMENTOS DA INFORMÁTICA	80
				MATEMÁTICA	480	TÉCNICAS DE PROGRAMAÇÃO E ALGORITMOS	120
				ARTE	120	BANCO DE DADOS I E II	160
				FILOSOFIA	160	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	120
				BIOLOGIA	240	ÉTICA E CIDADANIA ORGANIZACIONAL	40
				GEOGRAFIA	240	SISTEMAS EMBARCADOS	80
				HISTÓRIA	240	PROGRAMAÇÃO DE APLICATIVOS MOBILE I E II	160
				QUÍMICA	240	INTERNET, PROTOCOLOS E SEGURANÇA DE SISTEMAS DA INFORMAÇÃO	80
				LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - ESPANHOL	80	PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	120
				SOCIOLOGIA	80	QUALIDADE E TESTE DE SOFTWARE	80

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: B7

Ano: 2019

Curso: Habilitação Profissional de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio

Ato Legal: Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico - 1648, de 14/06/2019

Vigência: de 2020 a 2022

B7 - Grade 2019 - HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO - Vigência 2020 - 2022 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DE MATRIZ)

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro B7, ano 2019, vigência 2020 a 2022, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: B8

Ano: 2021

Curso: Habilitação Profissional de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio

Ato Legal: Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico - 1648, de 14/06/2019

Vigência: de 2021 a 2023

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
B6 2021	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO	PORTARIA DO COORDENADOR DO ENSINO MÉDIO E TÉCNICO - 1648, DE 14/06/2019	2021 - 2023	EDUCAÇÃO FÍSICA	240	PROGRAMAÇÃO WEB I, II E III	240
				FÍSICA	240	ANÁLISE E PROJETO DE SISTEMAS	80
				LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLÊS E COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL	240	DESIGN DIGITAL	80
				LÍNGUA PORTUGUESA, LITERATURA E COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL	480	FUNDAMENTOS DA INFORMÁTICA	80
				MATEMÁTICA	480	TÉCNICAS DE PROGRAMAÇÃO E ALGORITMOS	120
				ARTE	120	BANCO DE DADOS I E II	160
				FILOSOFIA	160	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	120
				BIOLOGIA	240	ÉTICA E CIDADANIA ORGANIZACIONAL	40
				GEOGRAFIA	240	SISTEMAS EMBARCADOS	80
				HISTÓRIA	240	PROGRAMAÇÃO DE APLICATIVOS MOBILE I E II	160
				QUÍMICA	240	INTERNET, PROTOCOLOS E SEGURANÇA DE SISTEMAS DA INFORMAÇÃO	80
				LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - ESPANHOL	80	PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	120
				SOCIOLOGIA	80	QUALIDADE E TESTE DE SOFTWARE	80

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro B8, ano 2021, vigência 2021 a 2022, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: B9

Ano: 2022

Curso: Ensino Médio com Habilitação Profissional Técnico em Desenvolvimento de Sistemas

Ato Legal: Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico - 2159, de 29/10/2021

Vigência: de 2022 a 2024

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
B9 2022	ENSINO MÉDIO COM HABILITAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	PORTARIA DO COORDENADOR DO ENSINO MÉDIO E TÉCNICO - 2159, DE 29/10/2021	2022 - 2024	LÍNGUA PORTUGUESA, LITERATURA E COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL	320	ESTUDOS AVANÇADOS EM CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	200
				LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLÊS E COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL	240	ESTUDOS AVANÇADOS EM MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	200
				MATEMÁTICA	320	LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	80
				ARTE	80	PRÁTICAS DE EMPREENDEDORISMO	80
				EDUCAÇÃO FÍSICA	160	LABORATÓRIO DE MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	80
				FÍSICA	160	LABORATÓRIO DE PROCESSOS CRIATIVOS	80
				HISTÓRIA	160	PROGRAMAÇÃO WEB I, II E III	240
				QUÍMICA	160	ANÁLISE E PROJETO DE SISTEMAS	80
				BIOLOGIA	160	DESIGN DIGITAL	80
				GEOGRAFIA	160	FUNDAMENTOS DA INFORMÁTICA	80
				FILOSOFIA	80	TÉCNICAS DE PROGRAMAÇÃO E ALGORITMOS	120
				LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - ESPANHOL	80	BANCO DE DADOS I E II	160
				SOCIOLOGIA	80	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	120
						ÉTICA E CIDADANIA ORGANIZACIONAL	40
						PROGRAMAÇÃO DE APLICATIVOS MOBILE I E II	160
						INTERNET, PROTOCOLOS E SEGURANÇA DE SISTEMAS DA INFORMAÇÃO	80
						PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	120
						QUALIDADE E TESTE DE SOFTWARE	80
						SISTEMAS EMBARCADOS	80

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: B10

Ano: 2022

Curso: Ensino Médio com Habilitação Profissional Técnico em Desenvolvimento de Sistemas

Ato Legal: Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico - 2159, de 29/10/2021

Vigência: de 2023 a 2025

B10 - Grade 2022 - ENSINO MÉDIO COM HABILITAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - Vigência 2023 - 2025 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DA MATRIZ)

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro B10, ano 2022, vigência 2023 a 2025, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: B11

Ano: 2024

Curso: Ensino Médio com Habilitação Profissional Técnico em Desenvolvimento de Sistemas

Ato Legal: Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico - 2450, de 04/10/2022

Vigência: de 2024 a 2026

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA GRADE	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
B11 2024	ENSINO MÉDIO COM HABILITAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	PORTARIA DO COORDENADOR DO ENSINO MÉDIO E TÉCNICO - 2450, DE 04/10/2022	2024 - 2026	LÍNGUA PORTUGUESA	360	ESTUDOS AVANÇADOS EM CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	200
				LÍNGUA INGLESA	240	ESTUDOS AVANÇADOS EM MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	200
				ARTE	80	LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	80
				EDUCAÇÃO FÍSICA	160	PRÁTICAS DE EMPREENDEDORISMO	80
				MATEMÁTICA	360	LABORATÓRIO DE MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	80
				FÍSICA	160	LABORATÓRIO DE PROCESSOS CRIATIVOS	80
				QUÍMICA	160	PROGRAMAÇÃO WEB I, II E III	240
				BIOLOGIA	160	ANÁLISE E PROJETO DE SISTEMAS	80
				HISTÓRIA	160	DESIGN DIGITAL	80
				GEOGRAFIA	160	FUNDAMENTOS DA INFORMÁTICA	80
				FILOSOFIA	80	TÉCNICAS DE PROGRAMAÇÃO E ALGORITMOS	120
				SOCIOLOGIA	80	BANCO DE DADOS I E II	160
						DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	120
						ÉTICA E CIDADANIA ORGANIZACIONAL	40
						PROGRAMAÇÃO DE APLICATIVOS MOBILE I E II	160
						INTERNET, PROTOCOLOS E SEGURANÇA DE SISTEMAS DA INFORMAÇÃO	80
						PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	120
						QUALIDADE E TESTE DE SOFTWARE	80
						SISTEMAS EMBARCADOS	80

Fonte: elaborado pelo pesquisador

APÊNDICE 5 – Matrizes Curriculares EM (Núcleo Comum) - quadros de C1 a C10

Quadro nº: C1

Ano: 2011

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2017 a 2019

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
C1 2011	ENSINO MÉDIO	PARECER CEE 105/98	2011 - 2013	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	440	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	240
				ARTES	120	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (ESPAÑHOL)	160
				EDUCAÇÃO FÍSICA	240	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO / COMUNICAÇÃO EM DIFERENTES MÍDIAS E CÓDIGOS DE LINGUAGEM	120
				HISTÓRIA	240	PROJETOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS	80
				GEOGRAFIA	240		
				FILOSOFIA	*		
				SOCIOLOGIA	**		
				MATEMÁTICA	400		
				FÍSICA	240		
				QUÍMICA	240		
				BIOLOGIA	240		

Fonte: elaborado pelo pesquisador

* Os conhecimentos de Filosofia serão desenvolvidos na 1ª série em História e Língua Portuguesa e Literatura, na 2ª e 3ª séries serão desenvolvidos no Componente Curricular de História.

** Os conhecimentos de Sociologia serão desenvolvidos no componente curricular de Geografia, nas três séries.

No quadro C1, ano 2011, vigência 2011 a 2013, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: C2

Ano: 2011

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2018 a 2020

C2 - Matriz 2011 - Ensino Médio - Vigência 2018 - 2020 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DA MATRIZ)
--

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro C2, ano 2011, vigência 2018 a 2020, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: C3

Ano: 2011

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2019 a 2021

C3 - MATRIZ 2011 - Ensino Médio - Vigência 2019 - 2021 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DA MATRIZ)

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro C3, ano 2011, vigência 2019 a 2021, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: C4

Ano: 2020

Curso: Ensino Médio

Ato Legal: Parecer CEE 105/98

Vigência: de 2020 a 2022

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
C4 2020	ENSINO MÉDIO	PARECER CEE 105/98	2020 - 2022	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	440	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	240
				ARTE	120	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (ESPAÑHOL)	120
				EDUCAÇÃO FÍSICA	240		
				HISTÓRIA	240		
				GEOGRAFIA	240		
				FILOSOFIA	120		
				SOCIOLOGIA	120		
				MATEMÁTICA	400		
				FÍSICA	240		
				QUÍMICA	240		
				BIOLOGIA	240		

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: C5

Ano: 2021

Curso: Ensino Médio com Itinerário Formativo de Linguagens, Ciências Humanas e Sociais

Ato Legal: Portaria CETEC - 1583, de 01/02/2019

Vigência: de 2021 a 2023

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
C5 2021	ENSINO MÉDIO COM ITINERÁRIO	PORTARIA CETEC - 1583, DE	2021 - 2023	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLÊS E COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL	240	ESTUDOS AVANÇADOS EM LINGUAGENS, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	720

				LÍNGUA PORTUGUESA, LITERATURA E COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL	360	PRÁTICA DE EMPREENDEDORISMO - ATITUDE EMPREENDEDORA (PARA O ITINERÁRIO LINGUAGENS, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS)	40
				LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - ESPANHOL	80	PRÁTICA DE EMPREENDEDORISMO - COMUNIDADE EMPREENDEDORA (PARA O ITINERÁRIO LINGUAGENS, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS)	40
				ARTE	80	PRÁTICA DE EMPREENDEDORISMO - EMPREENDEDORISMO PARA O MUNDO (PARA O ITINERÁRIO LINGUAGENS, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS)	40
				EDUCAÇÃO FÍSICA	160	LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (PARA O ITINERÁRIO LINGUAGENS, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS)	200
				MATEMÁTICA	360	LABORATÓRIO DE PROCESSOS CRIATIVOS (PARA O ITINERÁRIO LINGUAGENS, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS)	200
				FÍSICA	160	LABORATÓRIO DE MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL (PARA O ITINERÁRIO LINGUAGENS, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS)	200
				QUÍMICA	160		
				BIOLOGIA	160		
				FILOSOFIA	40		
				SOCIOLOGIA	40		
				GEOGRAFIA	160		
				HISTÓRIA	160		

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: C6

Ano: 2022

Curso: Ensino Médio com Itinerário Formativo de Linguagens, Ciências Humanas e Sociais

Ato Legal: Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico - 2161, de 29/10/2021

Vigência: de 2022 a 2024

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
C6 2022	ENSINO MÉDIO COM ITINERÁRIO FORMATIVO DE LINGUAGENS, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	PORTARIA DO COORDENADOR DO ENSINO MÉDIO E TÉCNICO - 2161, DE 29/10/2021	2022 - 2024	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLÊS E COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL	240	ESTUDOS AVANÇADOS EM LINGUAGENS, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	720
				LÍNGUA PORTUGUESA, LITERATURA E COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL	360	PRÁTICA DE EMPREENDEDORISMO - ATITUDE EMPREENDEDORA (PARA O ITINERÁRIO LINGUAGENS, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS)	40
				LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - ESPANHOL	80	PRÁTICA DE EMPREENDEDORISMO - COMUNIDADE EMPREENDEDORA (PARA O	40

					ITINERÁRIO LINGUAGENS, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS)	
			ARTE	80	PRÁTICA DE EMPREENDEDORISMO - EMPREENDEDORISMO PARA O MUNDO (PARA O ITINERÁRIO LINGUAGENS, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS)	40
			EDUCAÇÃO FÍSICA	160	LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (PARA O ITINERÁRIO LINGUAGENS, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS)	200
			MATEMÁTICA	360	LABORATÓRIO DE PROCESSOS CRIATIVOS (PARA O ITINERÁRIO LINGUAGENS, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS)	200
			FÍSICA	160	LABORATÓRIO DE MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL (PARA O ITINERÁRIO LINGUAGENS, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS)	200
			QUÍMICA	160		
			BIOLOGIA	160		
			FILOSOFIA	40		
			SOCIOLOGIA	40		
			GEOGRAFIA	160		
			HISTÓRIA	160		

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro C6, ano 2022, vigência 2022 a 2024, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: C7

Ano: 2023

Curso: Ensino Médio com Itinerário Formativo de Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Ato Legal: Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico - 2452, de 04/10/2023

Vigência: de 2023 a 2025

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
C7 2023	ENSINO MÉDIO COM ITINERÁRIO FORMATIVO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	PORTARIA DO COORDENADOR DO ENSINO MÉDIO E TÉCNICO - 2452, DE 04/10/2023	2023 - 2025	LÍNGUA INGLESA	240	ESTUDOS AVANÇADOS EM CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	720
				LÍNGUA PORTUGUESA	360	PRÁTICA DE EMPREENDEDORISMO - ATITUDE EMPREENDEDORA (PARA O ITINERÁRIO CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS)	40
				LÍNGUA ESPANHOLA	80	PRÁTICA DE EMPREENDEDORISMO - COMUNIDADE EMPREENDEDORA (PARA O ITINERÁRIO CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS)	40

				ARTE	80	PRÁTICA DE EMPREENDEDORISMO - EMPREENDEDORISMO PARA O MUNDO (PARA O ITINERÁRIO CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS)	40
				EDUCAÇÃO FÍSICA	160	LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (PARA O ITINERÁRIO CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS)	200
				MATEMÁTICA	360	LABORATÓRIO DE PROCESSOS CRIATIVOS (PARA O ITINERÁRIO CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS)	200
				FÍSICA	160	LABORATÓRIO DE MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL (PARA O ITINERÁRIO CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS)	200
				QUÍMICA	160		
				BIOLOGIA	160		
				FILOSOFIA	40		
				SOCIOLOGIA	40		
				GEOGRAFIA	160		
				HISTÓRIA	160		

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: C8

Ano: 2023

Curso: Ensino Médio com Itinerário Formativo de Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Ato Legal: Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico - 2452, de 04/10/2023

Vigência: de 2024 a 2026

C8 - Grade 2023 - Ensino Médio com Itinerário Formativo de Ciências da Natureza e suas Tecnologias - Vigência 2024 - 2026 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DE MATRIZ)

Fonte: elaborado pelo pesquisador

No quadro C8, ano 2023, vigência 2024 a 2026, não houve alteração curricular em relação a matriz anterior.

Quadro nº: C9

Ano: 2023

Curso: Ensino Médio com Itinerário Formativo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Ato Legal: Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico - 2452, de 04/10/2022

Vigência: de 2023 a 2025

Nº QUADRO / ANO LETIVO	CURSO	ATO LEGAL	VIGÊNCIA DA MATRIZ	COMPONENTES CURRICULARES BNC / BNCC	CH	COMPONENTES CURRICULARES PARTE DIVERSIFICADA	CH
C9 2023	ENSINO MÉDIO COM ITINERÁRIO FORMATIVO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	PORTARIA DO COORDENADOR DO ENSINO MÉDIO E TÉCNICO	2023 - 2025	LÍNGUA INGLESA	240	ESTUDOS AVANÇADOS EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	720
				LÍNGUA PORTUGUESA	360	PRÁTICA DE EMPREENDEDORISMO - ATITUDE EMPREENDEDORA (PARA O ITINERÁRIO CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS)	40

				LÍNGUA ESPANHOLA	80	PRÁTICA DE EMPREENDEDORISMO - COMUNIDADE EMPREENDEDORA (PARA O ITINERÁRIO CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS)	40
				ARTE	80	PRÁTICA DE EMPREENDEDORISMO - EMPREENDEDORISMO PARA O MUNDO (PARA O ITINERÁRIO CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS)	40
				EDUCAÇÃO FÍSICA	160	LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (PARA O ITINERÁRIO CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS)	200
				MATEMÁTICA	360	LABORATÓRIO DE PROCESSOS CRIATIVOS (PARA O ITINERÁRIO CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS)	200
				FÍSICA	160	LABORATÓRIO DE MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL (PARA O ITINERÁRIO CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS)	200
				QUÍMICA	160		
				BIOLOGIA	160		
				FILOSOFIA	40		
				SOCIOLOGIA	40		
				GEOGRAFIA	160		
				HISTÓRIA	160		

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: C10

Ano: 2023

Curso: Ensino Médio com Itinerário Formativo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Ato Legal: Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico - 2452, de 04/10/2022

Vigência: de 2024 a 2026

C10 - Grade 2023 - Ensino Médio com Itinerário Formativo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas -
Vigência 2024 - 2026 (NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DE MATRIZ)

Fonte: elaborado pelo pesquisador

APÊNDICE 6 – Processos Seletivos Simplificados (PSS) - quadros de D1 A D6

Quadro nº: D1

Ano: 2019

Eixo: Comunicação

PROCESSO SELETIVO - 2019 EIXO DE COMUNICAÇÃO				
Nº DO PROCESSO	COMPONENTE CURRICULAR	SITUAÇÃO	Nº DE CLASSIFICADOS	Nº DE INSCRITOS
036/01/2019	Design Digital (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MTec / MAS))	Encerrado	Não houve candidatos aprovados no exame do memorial circunstanciado.	04
	Fundamentos da Informática (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MTec / MAS))	Encerrado	Não houve candidatos aprovados no exame do memorial circunstanciado.	05
036/21/2019	Fundamentos da Informática (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MTec / AMS))	Anulado	Não será aproveitado para fins de contratação no curso em questão, por não ser mais objeto de substituição.	12
036/22/2019	Design Digital (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MTec / AMS))	Anulado	Não será aproveitado para fins de contratação no curso em questão, por não ser mais objeto de substituição.	08
036/23/2019	Programação de Aplicativos Mobile I (Desenvolvimento de Sistemas)	Anulado	Não será aproveitado para fins de contratação no curso em questão, por não ser mais objeto de substituição.	05

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: D2

Ano: 2020

Eixo: Comunicação

2020 - NÃO HOUVE ABERTURA DE PROCESSOS SELETIVOS DEVIDO A PANDEMIA

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: D3

Ano: 2021

Eixo: Comunicação

PROCESSO SELETIVO - 2021 EIXO DE COMUNICAÇÃO				
Nº DO PROCESSO	COMPONENTE CURRICULAR	SITUAÇÃO	Nº DE CLASSIFICADOS	Nº DE INSCRITOS
036/28/2021	Análise e Projeto de Sistemas (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	3
036/29/2021	Sistemas Embarcados (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	2
036/30/2021	Desenvolvimento de Sistemas (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	4
036/31/2021	Programação de Aplicativos Mobile I (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	4
036/32/2021	Programação de Aplicativos Mobile II (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	4
036/33/2021	Análise e Projeto de Sistemas (Desenvolvimento de Sistemas)	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	4
036/34/2021	Qualidade e Teste de Software (Desenvolvimento de Sistemas)	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	3
036/35/2021	Programação de Aplicativos Mobile II (Desenvolvimento de Sistemas)	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	4

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: D4

Ano: 2022

Eixo: Comunicação

PROCESSO SELETIVO - 2022 EIXO DE COMUNICAÇÃO				
Nº DO PROCESSO	COMPONENTE CURRICULAR	SITUAÇÃO	Nº DE CLASSIFICADOS	Nº DE INSCRITOS
036/16/2022	Gestão de Conteúdo Web I (Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (MTec - Programa Novotec Integrado) - Parceria SEE - PEI 9 Horas)	Encerrado	Não houve candidatos aprovados no exame do memorial circunstanciado.	1
036/17/2022	Interfaces Web I (Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (MTec - Programa Novotec Integrado) - Parceria SEE - PEI 9 Horas)	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	1

036/20/2022	Design Digital (Desenvolvimento de Sistemas)	Homologado	1	3
036/21/2022	Programação Web I (Desenvolvimento de Sistemas)	Homologado	2	4
036/22/2022	Aplicativos informatizados (para a Habilitação em Administração)	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	5
036/23/2022	Aplicativos informatizados (para a Habilitação em Mecatrônica)	Homologado	2	4
036/24/2022	Qualidade e Teste de Software (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio)	Homologado	1	4
036/55/2022	Design Digital (Desenvolvimento de Sistemas)	Encerrado	Não houve candidatos aprovados no exame do memorial circunstanciado.	2
036/56/2022	Programação Web I (Desenvolvimento de Sistemas)	Encerrado	Não houve candidatos aprovados no exame do memorial circunstanciado.	1

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: D5

Ano: 2023

Eixo: Comunicação

PROCESSO SELETIVO - 2023 EIXO DE COMUNICAÇÃO				
Nº DO PROCESSO	COMPONENTE CURRICULAR	SITUAÇÃO	Nº DE CLASSIFICADOS	Nº DE INSCRITOS
036/19/2023	Banco de Dados I (Desenvolvimento de Sistemas)	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	4
036/20/2023	Design Digital (Desenvolvimento de Sistemas)	Encerrado	Não houve candidatos aprovados no exame do memorial circunstanciado.	2
036/21/2023	Programação de Aplicativos Mobile II (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	1
036/35/2023	Banco de Dados I (Desenvolvimento de Sistemas)	Homologado	1	1

036/36/2023	Programação Web I (Desenvolvimento de Sistemas)	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	3
036/37/2023	Design Digital (Desenvolvimento de Sistemas)	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	2
036/39/2023	Aplicativos Informatizados (Recursos Humanos)	Homologado	1	4
036/40/2023	Análise e Projeto de Sistemas (Desenvolvimento de Sistemas)	Homologado	1	3
036/41/2023	Banco de Dados II (Desenvolvimento de Sistemas)	Homologado	2	6
036/42/2023	Desenvolvimento de Sistemas I (Desenvolvimento de Sistemas)	Homologado	1	4
036/44/2023	Sistemas Embarcados (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado) – Parceria SEE – PEI 7 Horas)	Homologado	1	3

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: D6

Ano: 2024

Eixo: Comunicação

PROCESSO SELETIVO - 2024 EIXO DE COMUNICAÇÃO				
Nº DO PROCESSO	COMPONENTE CURRICULAR	SITUAÇÃO	Nº DE CLASSIFICADOS	Nº DE INSCRITOS
036/09/2024	Design Digital (Desenvolvimento de Sistemas Integrado-PI)	Encerrado	0	1
036/15/2024	Banco de Dados II (Desenvolvimento de Sistemas)	Encerrado	Não houve candidatos aprovados no exame do memorial circunstanciado.	5
036/16/2024	Operação de Software Aplicativo (Desenvolvimento de Sistemas)	Encerrado	Não houve candidatos aprovados no exame do memorial	6

			circunstanciado.	
036/17/2024	Carreira e Competências para o Mercado de Trabalho (para a Habilitação Desenvolvimento de Sistemas) (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado) – Parceria SEE – PEI 9 Horas)	Homologado	2	2
036/18/2024	Versionamento de Código e Sistemas de Mensageria (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado) – Parceria SEE – PEI 9 Horas)	Homologado	2	3
036/19/2024	Banco de Dados I (Desenvolvimento de Sistemas)	Homologado	3	3
036/20/2024	Fundamentos da Informática (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado) – MTec-PI)	Homologado	3	4

Fonte: elaborado pelo pesquisador

APÊNDICE 7 – Processos Seletivos Simplificados – Eixo de Gestão (2019 a 2024) quadros E1 a E6

Quadro nº: E1

Ano: 2019

Eixo: Gestão

PROCESSO SELETIVO - 2019 EIXO DE GESTÃO				
Nº DO PROCESSO	COMPONENTE CURRICULAR	SITUAÇÃO	Nº DE CLASSIFICADOS	Nº DE INSCRITOS
036/04/2019	Gestão de Pessoas I (Administração)	Homologado	2	5
	Gestão de Pessoas II (Administração)	Homologado	1	5
	Gestão de Pessoas III (Administração)	Homologado	1	5
	Cálculos Financeiros (Administração)	Homologado	3	5
	Custos e Operações Contábeis (Administração)	Homologado	2	3
	Gestão Financeira e Econômica (Administração)	Homologado	3	5
	Marketing Institucional (para a Habilitação Administração) (Administração)	Encerrado	0	2
	Cálculos Financeiros e Estatísticos (Logística)	Homologado	2	5

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: E2

Ano: 2020

Eixo: Gestão

2020 - NÃO HOUVE ABERTURA DE PROCESSOS SELETIVOS DEVIDO A PANDEMIA

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: E3

Ano: 2021

Eixo: Gestão

PROCESSO SELETIVO - 2021 EIXO DE GESTÃO				
Nº DO PROCESSO	COMPONENTE CURRICULAR	SITUAÇÃO	Nº DE CLASSIFICADOS	Nº DE INSCRITOS
036/08/2021	Desenvolvimento do TCC em Administração	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	7
036/10/2021	Projeto Integrador II (para a Habilitação Administração) (Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec - Programa Novotec Integrado))	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	5
036/11/2021	Administração da Produção e Serviços (para a Habilitação Administração)	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	5

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: E4

Ano: 2022

Eixo: Gestão

PROCESSO SELETIVO - 2022 EIXO DE GESTÃO				
Nº DO PROCESSO	COMPONENTE CURRICULAR	SITUAÇÃO	Nº DE CLASSIFICADOS	Nº DE INSCRITOS
036/18/2022	Custos, Processos e Operações Contábeis (Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado) – Parceria SEE – PEI 7 Horas)	Homologado	1	5
036/19/2022	Planejamento e Organização de Rotinas de Departamento Pessoal (Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado) – Parceria SEE – PEI 9 Horas)	Encerrado	Candidato não aprovado na banca.	2
036/45/2022	Planejamento e Organização de Rotinas de Departamento Pessoal (Administração)	Homologado	2	9
036/46/2022	Planejamento e Organização de Rotinas Administrativas (Administração)	Homologado	1	6
036/47/2022	Administração de Recursos Humanos (Administração)	Homologado	2	11

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: E5

Ano: 2023

Eixo: Gestão

PROCESSO SELETIVO - 2023 EIXO DE GESTÃO				
Nº DO PROCESSO	COMPONENTE CURRICULAR	SITUAÇÃO	Nº DE CLASSIFICADOS	Nº DE INSCRITOS
036/15/2023	Desenvolvimento de Modelos de Negócios (Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado) – Parceria SEE – PEI 9 Horas)	Homologado	2	7
036/16/2023	Estudos de Logística (para a Habilitação Logística) (Logística Integrado ao Ensino Médio)	Homologado	2	7
036/45/2023	Desenvolvimento do TCC em Administração (Administração)	Homologado	1	8
036/46/2023	Administração de Recursos Humanos (Administração)	Homologado	1	10
036/47/2023	Planejamento e Organização de Rotinas de Departamento Pessoal (Administração)	Homologado	3	10
036/48/2023	Estudos de Logística (para a Habilitação Logística) (Logística Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado) – MTec–N)	Homologado	1	4

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: E6

Ano: 2024

Eixo: Gestão

PROCESSO SELETIVO - 2024 EIXO DE GESTÃO				
Nº DO PROCESSO	COMPONENTE CURRICULAR	SITUAÇÃO	Nº DE CLASSIFICADOS	Nº DE INSCRITOS
036/10/2024	Estudos de Marketing Aplicados a Logística (Logística Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado) – MTec–N)	Homologado	1	10
036/11/2024	Desenvolvimento das Ações de Marketing e dos Processos Comerciais (Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))	Homologado	1	10

036/12/2024	Planejamento e Organização de Rotinas Administrativas (Administração)	Homologado	1	10
036/13/2024	Planejamento de Marketing Institucional (Administração)	Homologado	1	10

Fonte: elaborado pelo pesquisador

APÊNDICE 8– quadros de F1 a F6**Análise de Processos Seletivos – Base Nacional Comum Curricular (2019 a 2024)****Quadro nº: F1****Ano: 2019****Eixo: BNCC**

PROCESSO SELETIVO - 2019 BASE NACIONAL COMUM				
Nº DO PROCESSO	COMPONENTE CURRICULAR	SITUAÇÃO	Nº DE CLASSIFICADO S	Nº DE INSCRITOS
036/03/2019	Artes (Base Nacional Comum) (Ensino Médio – BNC / BNCC / ETIM / MTec / EM com Ênfases / PD)	Homologado	2	9
	Língua Estrangeira Moderna – Inglês (Base Nacional Comum / ETIM) (Ensino Médio – BNC / BNCC / ETIM / MTec / EM com Ênfases / PD)	Encerrado	0	2
036/13/2019	Geografia (Base Nacional Comum/ ETIM) (Ensino Médio - BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ PD)	Anulado	Devido ao quadro de Pandemia da Covid – 19 se torna inviável a retomada uma vez que o especialista do componente curricular reside com um familiar que faz parte do grupo de risco e buscando resguardar o profissional e sua família a unidade escolar entende que não é viável a retomada do certame, que tornará as fases restantes morosas devido à dificuldade citada anteriormente.	
036/14/2019	História (Base Nacional Comum/ ETIM) (Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ PD)	Encerrado	0 (Candidatos ausentes na banca)	14

036/15/2019	Língua Portuguesa e Literatura (Base Nacional Comum/ ETIM)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ PD)	Anulado	Devido ao atual quadro de Pandemia da Covid – 19 se torna inviável a retomada uma vez que o especialista do componente curricular reside com um familiar que faz parte do grupo de risco e buscando resguardar o profissional e sua família a unidade escolar entende que não é viável a retomada do certame, que tornará as fases restantes morosas devido à dificuldade citada anteriormente.	13
036/16/2019	Língua Estrangeira Moderna – Inglês (Base Nacional Comum/ ETIM)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ PD)	Homologado	2	5
036/17/2019	Língua Estrangeira Moderna – Espanhol (Base Nacional Comum/ ETIM) (Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ PD)	Encerrado	0 (Candidatos ausentes na banca)	4
036/18/2019	Biologia (Base Nacional Comum/ ETIM)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ PD)	Anulado	Observado impedimento do diretor de escola após a entrega do Memorial Circunstanciado na época, tornando inviável a retomada e correção dos procedimentos neste momento devido a Pandemia da Covid-19, sendo que a especialista do componente curricular faz parte do grupo de risco e pode tornar morosa a realização das fases do certame.	45

036/19/2019	Matemática (Base Nacional Comum/ ETIM) (Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ PD)	Homologado	2	25
036/20/2019	Química (Base Nacional Comum/ ETIM) (Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ PD)	Homologado	1	9

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: F2

Ano: 2020

Eixo: BNCC

2020 - NÃO HOUE ABERTURA DE PROCESSOS SELETIVOS DEVIDO A PANDEMIA

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Em 2020, devido a pandemia de COVID, não houve a abertura de Processos Seletivos.

Quadro nº: F3

Ano: 2021

Eixo: BNCC

PROCESSO SELETIVO - 2021 BASE NACIONAL COMUM				
Nº DO PROCESSO	COMPONENTE CURRICULAR	SITUAÇÃO	Nº DE CLASSIFICADOS	Nº DE INSCRITOS
036/14/2021	Arte(s) (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))	Homologado	2	8
036/15/2021	Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec)(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))	Homologado	2	9
036/16/2021	Língua Estrangeira Moderna – Espanhol (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))	Homologado	3	3
036/17/2021	Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Comunicação Profissional (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec)(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))	Homologado	2	3

036/18/2021	História (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))	Homologado	2	16
036/19/2021	Sociologia do Trabalho (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec)(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))	Homologado	3	8
036/20/2021	Geografia (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases) (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))	Homologado	3	12
036/21/2021	Física (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))	Homologado	1	14
036/27/2021	Biologia (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))	Homologado	2	23

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: F4

Ano: 2022

Eixo: BNCC

PROCESSO SELETIVO - 2022 BASE NACIONAL COMUM				
Nº DO PROCESSO	COMPONENTE CURRICULAR	SITUAÇÃO	Nº DE CLASSIFICADOS	Nº DE INSCRITOS
036/10/2022	Língua Estrangeira Moderna – Inglês (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Ensino Médio (BNCC/ ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ Itinerários Formativos/ PD))	Encerrado	Nenhum candidato deferido nas inscrições.	3
036/11/2022	Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec)(Ensino Médio (BNCC/ ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ Itinerários Formativos/ PD))	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	5
036/13/2022	Química (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado) – MTec-PI)	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	9
036/25/2022	Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec)(Ensino Médio (BNCC/	Homologado	1	4

	ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ Itinerários Formativos/ PD))			
036/26/2022	Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Comunicação Profissional (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec)(Ensino Médio (BNCC/ ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ Itinerários Formativos/ PD))	Homologado	1	1
036/28/2022	Matemática (Base Nacional Comum) (Ensino Médio (BNCC/ ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ Itinerários Formativos/ PD))	Encerrado	0 (1 candidato compareceu, mas não foi aprovado na banca)	9
036/29/2022	Física (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Mecatrônica Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	3
036/33/2022	Química (Base Nacional Comum)(Ensino Médio (BNCC/ ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ Itinerários Formativos/ PD))	Homologado	3	5
036/44/2022	Educação Física (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))	Encerrado	0 (1 candidato compareceu, mas não foi aprovado na banca)	4
036/51/2022	Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Comunicação Profissional (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec) (Ensino Médio (BNCC/ ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ Itinerários Formativos/ PD))	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	4
036/52/2022	Língua Estrangeira Moderna – Espanhol (Base Nacional Comum/ ETIM)(Ensino Médio (BNCC/ ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ Itinerários Formativos/ PD))	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	2
036/53/2022	Língua Estrangeira Moderna – Inglês (Base Nacional Comum/ ETIM)(Ensino Médio (BNCC/ ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ Itinerários Formativos/ PD))	Homologado	1	2
036/54/2022	Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec) (Ensino Médio (BNCC/ ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ Itinerários Formativos/ PD))	Homologado	1	6

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: F5

Ano: 2023

Eixo: BNCC

PROCESSO SELETIVO - 2023 BASE NACIONAL COMUM				
Nº DO PROCESSO	COMPONENTE CURRICULAR	SITUAÇÃO	Nº DE CLASSIFICADOS	Nº DE INSCRITOS
036/09/2023	Arte(s) (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases) (Automação Industrial Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))	Homologado	1	2
036/17/2023	Química (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	6
036/18/2023	Educação Física (Base Nacional Comum)(Ensino Médio (BNCC/ETIM/MTec/AMS/com Ênfases/Itinerários Formativos/Projetos de Aprofundamento/PD))	Encerrado	Nenhum candidato deferido nas inscrições.	7
036/22/2023	Física (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))	Homologado	3	9
036/23/2023	Matemática (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Mecatrônica Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	4
036/24/2023	Língua Portuguesa (BNCC/ ETIM / MTec / AMS / EM com Ênfases) (Ensino Médio (BNCC/ETIM/MTec/AMS/com Ênfases/Itinerários Formativos/Projetos de Aprofundamento/PD))	Homologado	1	6
036/30/2023	Matemática (BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Logística Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado) – MTec–N)	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	2
036/49/2023	Matemática (Base Nacional Comum) (Ensino Médio (BNCC/ETIM/MTec/AMS/com Ênfases/Itinerários Formativos/Projetos de Aprofundamento/PD))	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	9
036/50/2023	Língua Inglesa (BNCC/ ETIM / MTec / AMS / EM com Ênfases)(Ensino Médio (BNCC/ETIM/MTec/AMS/com Ênfases/Itinerários Formativos/Projetos de Aprofundamento/PD))	Encerrado	Nenhum candidato deferido nas inscrições.	1
036/51/2023	Biologia (Base Nacional Comum) (Ensino Médio (BNCC/ETIM/MTec/AMS/com Ênfases/Itinerários	Homologado	4	17

	Formativos/Projetos de Aprofundamento/PD))			
036/52/2023	História (Base Nacional Comum) (Ensino Médio (BNCC/ETIM/MTec/AMS/com Ênfases/Itinerários Formativos/Projetos de Aprofundamento/PD))	Homologado	5	13
036/53/2023	Artes (Base Nacional Comum)(Ensino Médio (BNCC/ETIM/MTec/AMS/com Ênfases/Itinerários Formativos/Projetos de Aprofundamento/PD))	Homologado	1	7

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: F6

Ano: 2024

Eixo: BNCC

PROCESSO SELETIVO - 2024 BASE NACIONAL COMUM				
Nº DO PROCESSO	COMPONENTE CURRICULAR	SITUAÇÃO	Nº DE CLASSIFICADOS	Nº DE INSCRITOS
036/08/2024	Língua Estrangeira Moderna – Espanhol (BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases) (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado) – MTec–PI)	Homologado	1	1
036/14/2024	Língua Inglesa (BNCC/ ETIM / MTec / AMS / EM com Ênfases)(Ensino Médio (BNCC/ETIM/MTec/AMS/com Ênfases/Itinerários Formativos/Projetos de Aprofundamento/PD))	Homologado	1	4
036/26/2024	Língua Estrangeira Moderna – Espanhol (BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado) – MTec–PI)	Encerrado	Nenhum candidato compareceu à banca.	2
036/27/2024	Biologia (Base Nacional Comum) (Ensino Médio (BNCC/ETIM/MTec/AMS/com Ênfases/Itinerários Formativos/Projetos de Aprofundamento/PD))	Homologado	4	10
036/28/2024	Artes (Base Nacional Comum/ ETIM) (Ensino Médio (BNCC/ETIM/MTec/AMS/com	Homologado	1	2

	Ênfases/Itinerários Formativos/Projetos de Aprofundamento/PD))			
036/29/2024	Estudos Avançados em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas(Ensino Médio (BNCC/ETIM/MTec/AMS/com Ênfases/Itinerários Formativos/Projetos de Aprofundamento/PD))	Em andamento	Em andamento	9
036/30/2024	Laboratório de Mediação e Intervenção Sociocultural (para o itinerário Linguagens, Ciências Humanas e Sociais)(Ensino Médio (BNCC/ETIM/MTec/AMS/com Ênfases/Itinerários Formativos/Projetos de Aprofundamento/PD))	Homologado	2	5
036/31/2024	Laboratório de Processos Criativos (para o itinerário Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)(Ensino Médio (BNCC/ETIM/MTec/AMS/com Ênfases/Itinerários Formativos/Projetos de Aprofundamento/PD))	Em andamento	Em andamento	5
036/32/2024	Sociologia (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado) – MTec–PI)	Em andamento	Em andamento	7
036/38/2024	Língua Estrangeira Moderna – Espanhol (BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado) – MTec–PI)	Em andamento	Em andamento	1

Fonte: elaborado pelo pesquisador

APÊNDICE 9 – quadros de G1 e G2**Análise de Concurso Público – Base Nacional Comum Curricular (2019 a 2024)****Quadro nº: G1****Ano: 2022****Eixo: BNCC**

CONCURSO - 2022			
COMPONENTE CURRICULAR	SITUAÇÃO	Nº DE CLASSIFICADOS	Nº DE INSCRITOS
Química (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(ENSINO MÉDIO (BNCC/ ETIM/ MTEC/ EM COM ÊNFASES/ ITINERÁRIOS FORMATIVOS/ PD))	Homologado	4	15
Matemática (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(ENSINO MÉDIO (BNCC/ ETIM/ MTEC/ EM COM ÊNFASES/ ITINERÁRIOS FORMATIVOS/ PD))	Homologado	3	27

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Apenas dois Concurso Público foram abertos no ano de 2022, nos dois Componentes Curriculares houve inscritos e classificados.

Quadro nº: G2**Ano: 2023****Eixo: BNCC**

CONCURSO - 2023			
COMPONENTE CURRICULAR	SITUAÇÃO	Nº DE CLASSIFICADOS	Nº DE INSCRITOS
Física (BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(ENSINO MÉDIO (BNCC/ ETIM/ MTEC/ EM COM ÊNFASES/ ITINERÁRIOS FORMATIVOS/ PD))	Homologado	5	16

Fonte: elaborado pelo pesquisador

APÊNDICE 10 – QUADROS H1**Análise de Concurso Público – Eixo de Gestão (2019 a 2024)****Quadro nº: H1****Ano: 2022****Eixo: Gestão**

CONCURSO - 2022			
COMPONENTE CURRICULAR	SITUAÇÃO	Nº DE CLASSIFICADOS	Nº DE INSCRITOS
Custos, Processos e Operações Contábeis (ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO (MTEC – PROGRAMA NOVOTEC INTEGRADO))	Homologado	3	12
Desenvolvimento de Modelos de Negócios (ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO (MTEC – PROGRAMA NOVOTEC INTEGRADO))	Homologado	3	15

Fonte: elaborado pelo pesquisador

APÊNDICE 11– quadros de I1 a I12**Formações Pedagógicas dos Docentes Indeterminados e Determinados****Quadro nº: I1****Ano: 2019**

DOCENTES INDETERMINADOS		
DOCENTE	TITULAÇÃO	EIXO TECNOLÓGICOS/BNCC
PI1	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI2	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI3	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI4	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI5	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI6	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI7	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI8	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI9	Enfermagem	Ambiente e Saúde
PI10	Geografia (LP)	BNCC
PI11	Letras com Habilitação em Língua Portuguesa (LP)	BNCC
PI12	Matemática (LP)	BNCC
PI13	Matemática (LP)	BNCC
PI14	História (LP)	BNCC
PI15	Pedagogia (LP)	BNCC
PI16	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI17	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI18	Educação Física (LP)	BNCC
PI19	Letras com Habilitação em Espanhol (LP)	BNCC
PI20	Pedagogia (LP)	BNCC
PI21	Química (LP)	BNCC
PI22	Desenho e Plástica (LP)	BNCC
PI23	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI24	Biologia (LP)	BNCC
PI25	Pedagogia (LP)	BNCC
PI26	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI27	Pedagogia (LP)	BNCC
PI28	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI29	Matemática (LP)	BNCC
PI30	Pedagogia (LP)	BNCC
PI31	Ciências Sociais (LP)	BNCC
PI32	Física (LP)	BNCC

PI33	Educação Física (LP)	BNCC
PI34	História (LP)	BNCC
PI35	Letras com Habilitação em Português/ Inglês e Respectivas Literaturas (LP)	BNCC
PI36	Engenharia Elétrica	Controle e Processos industriais
PI37	Engenharia Elétrica	Controle e Processos industriais
PI38	Engenharia Mecânica	Controle e Processos industriais
PI39	Engenharia Elétrica	Controle e Processos industriais
PI40	Engenharia Mecânica	Controle e Processos industriais
PI41	Engenharia de Produção Mecânica	Controle e Processos industriais
PI42	Engenharia de Produção Mecânica	Controle e Processos industriais
PI43	Engenharia de Produção Mecânica	Controle e Processos industriais
PI44	Tecnologia em Mecatrônica	Controle e Processos industriais
PI45	Tecnologia em Eletrotécnica	Controle e Processos industriais
PI46	Engenharia Elétrica	Controle e Processos industriais
PI47	Engenharia Elétrica	Controle e Processos industriais
PI48	Administração	Gestão e Negócios
PI49	Administração	Gestão e Negócios
PI50	Administração	Gestão e Negócios
PI51	Direito	Gestão e Negócios
PI52	Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda	Gestão e Negócios
PI53	Administração	Gestão e Negócios
PI54	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI55	Administração	Gestão e Negócios
PI56	Ciências Jurídicas	Gestão e Negócios
PI57	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI58	Administração	Gestão e Negócios
PI59	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI60	Tecnologia em Logística	Gestão e Negócios
PI61	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI62	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI63	Computação (LP)	Informação e Comunicação
PI64	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI65	Informática (LP)	Informação e Comunicação
PI66	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI67	Análise de Sistemas	Informação e Comunicação
PI68	Sistemas de Informação	Informação e Comunicação
PI69	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI70	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI71	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI72	Computação (LP)	Informação e Comunicação

Legenda: PI – Professor Indeterminado

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: J2

Ano: 2019

DOCENTES DETERMINADOS			
DOCENTE	TITULAÇÃO	EIXO TECNOLÓGICOS/BNCC	DATA DE CONTRATAÇÃO
PD1	Enfermagem	Ambiente e Saúde	15/05/2018
PD2	Enfermagem	Ambiente e Saúde	03/09/2018
PD3	Enfermagem	Ambiente e Saúde	05/08/2019
PD4	Letras Língua Portuguesa e Inglesa (LP)	BNCC	13/03/2018
PD5	Matemática (LP)	BNCC	01/08/2017
PD6	História (LP)	BNCC	09/02/2018
PD7	História (LP)	BNCC	13/06/2019
PD8	Engenharia Mecânica	Controle e Processos Industriais	05/02/2019
PD9	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais	07/10/2019
PD10	Administração	Gestão e Negócios	08/02/2018
PD11	Tecnologia em Processos Gerenciais	Gestão e Negócios	08/02/2018
PD12	Administração	Gestão e Negócios	14/05/2018
PD13	Administração de Empresas	Gestão e Negócios	04/02/2019
PD14	Administração	Gestão e Negócios	07/02/2019

Legenda: PD – Professor Determinado

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: J3

Ano: 2020

DOCENTES INDETERMINADOS		
DOCENTE	TITULAÇÃO	EIXO TECNOLÓGICOS/BNCC
PI1	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI2	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI3	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI4	Enfermagem e Obstetrícia	Ambiente e Saúde
PI5	Enfermagem	Ambiente e Saúde
PI6	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI7	Enfermagem	Ambiente e Saúde
PI8	Enfermagem	Ambiente e Saúde
PI9	Língua Portuguesa (LP)	BNCC
PI10	Geografia (LP)	BNCC
PI11	Matemática (LP)	BNCC
PI12	Pedagogia (LP)	BNCC
PI13	Matemática (LP)	BNCC
PI14	História (LP)	BNCC
PI15	Pedagogia (LP)	BNCC

PI16	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI17	Letras com Habilitação em Português e Espanhol (LP)	BNCC
PI18	Pedagogia (LP)	BNCC
PI19	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI20	Educação Física (LP)	BNCC
PI21	Letras com Habilitação em Português/ Inglês e Respectivas Literaturas (LP)	BNCC
PI22	Química (LP)	BNCC
PI23	Ciências - Biologia (LP)	BNCC
PI24	Pedagogia (LP)	BNCC
PI25	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI26	Pedagogia (LP)	BNCC
PI27	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI28	Física (LP)	BNCC
PI29	Matemática (LP)	BNCC
PI30	Pedagogia (LP)	BNCC
PI31	Desenho e Plástica (LP)	BNCC
PI32	Ciências Sociais (LP)	BNCC
PI33	Educação Física (LP)	BNCC
PI34	Letras (LP)	BNCC
PI35	Pedagogia (LP)	BNCC
PI36	Pedagogia (LP)	BNCC
PI37	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI38	Engenharia Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI39	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI40	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI41	Engenharia Civil	Controle e Processos Industriais
PI42	Mecânica (EII)	Controle e Processos Industriais
PI43	Engenharia Mecânica - Ênfase em Têxtil	Controle e Processos Industriais
PI44	Engenharia de Produção Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI45	Engenharia de Produção Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI46	Engenharia de Produção Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI47	Tecnologia em Mecatrônica Industrial	Controle e Processos Industriais
PI48	Engenharia Elétrica - Modalidade Eletrônica	Controle e Processos Industriais
PI49	Tecnologia em Eletrotécnica	Controle e Processos Industriais
PI50	Tecnologia em Manutenção de Máquinas e Equipamentos	Controle e Processos Industriais
PI51	Engenharia com Especialização em Segurança do Trabalho	Controle e Processos Industriais
PI52	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI53	Administração	Gestão e Negócios

PI54	Ciências Jurídicas	Gestão e Negócios
PI55	Tecnologia em Processos Gerenciais	Gestão e Negócios
PI56	Administração (EII)	Gestão e Negócios
PI57	Administração	Gestão e Negócios
PI58	Ciências Jurídicas	Gestão e Negócios
PI59	Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda	Gestão e Negócios
PI60	Administração	Gestão e Negócios
PI61	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI62	Administração - Habilitação em Gestão de Negócios	Gestão e Negócios
PI63	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI64	Tecnologia em Logística	Gestão e Negócios
PI65	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI66	Administração	Gestão e Negócios
PI67	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI68	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI69	Computação (LP)	Informação e Comunicação
PI70	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI71	Tecnologia em Processamento de Dados	Informação e Comunicação
PI72	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI73	Análise de Sistemas	Informação e Comunicação
PI74	Sistemas de Informação	Informação e Comunicação
PI75	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI76	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI77	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI78	Análise de Sistemas	Informação e Comunicação
PI79	Informática ("EII" - Técnico com Formação Pedagógica)	Informação e Comunicação
PI80	Tecnologia em Processamento de Dados	Informação e Comunicação
PI81	Informática ("EII" - Técnico com Formação Pedagógica)	Informação e Comunicação
PI82	Tecnologia em Redes de Computadores	Informação e Comunicação

Legenda: PI – Professor Indeterminado

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: I4
Ano: 2020

DOCENTES DETERMINADOS			
DOCENTE	TITULAÇÃO	EIXO TECNOLÓGICOS/BNCC	DATA DE CONTRATAÇÃO
PD1	Enfermagem	Ambiente e Saúde	15/05/2018
PD2	Enfermagem	Ambiente e Saúde	05/08/2019

PD3	Enfermagem	Ambiente e Saúde	03/09/2018
PD4	Letras Língua Portuguesa e Inglesa (LP)	BNCC	13/03/2018
PD5	História (LP)	BNCC	13/06/2019
PD6	Letras - Língua Portuguesa e Inglesa (LP)	BNCC	13/03/2020
PD7	Letras - Língua Portuguesa e Inglesa (LP)	BNCC	13/03/2020
PD8	Artes Visuais (LP)	BNCC	04/02/2020
PD9	Letras com Habilitação em Português e Francês (LP)	BNCC	05/08/2019
PD10	Engenharia Mecânica	Controle e Processos Industriais	05/02/2019
PD11	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais	07/10/2019
PD12	Administração de Empresas	Gestão e Negócios	04/02/2019
PD13	Tecnologia em Processos Gerenciais	Gestão e Negócios	08/02/2018
PD14	Administração	Gestão e Negócios	08/02/2018
PD15	Administração	Gestão e Negócios	07/02/2019
PD16	Administração	Gestão e Negócios	14/05/2018
PD17	Administração, Pedagogia (LP)	Gestão e Negócios	02/03/2020

Legenda: PD – Professor Determinado – LP Licenciatura Plena

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: 15
Ano: 2021

DOCENTES INDETERMINADOS		
DOCENTE	TITULAÇÃO	EIXO
PI1	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI2	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI3	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI4	Enfermagem e Obstetrícia	Ambiente e Saúde
PI5	Enfermagem	Ambiente e Saúde
PI6	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI7	Enfermagem	Ambiente e Saúde
PI8	Enfermagem	Ambiente e Saúde
PI9	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI10	Geografia (LP)	BNCC
PI11	Língua Portuguesa (LP)	BNCC
PI12	Pedagogia (LP)	BNCC
PI13	Matemática (LP)	BNCC
PI14	Matemática (LP)	BNCC
PI15	Pedagogia (LP)	BNCC
PI16	História (LP)	BNCC
PI17	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI18	Educação Física (LP)	BNCC

PI19	Letras com Habilitação em Português e Espanhol (LP)	BNCC
PI20	Pedagogia (LP)	BNCC
PI21	Letras com Habilitação em Português/ Inglês e Respectivas Literaturas (LP)	BNCC
PI22	Química (LP)	BNCC
PI23	Ciências - Biologia (LP)	BNCC
PI24	Pedagogia (LP)	BNCC
PI25	Pedagogia (LP)	BNCC
PI26	Matemática (LP)	BNCC
PI27	Pedagogia (LP)	BNCC
PI28	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI29	Pedagogia (LP)	BNCC
PI30	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI31	Letras (LP)	BNCC
PI32	Inglês (LP)	BNCC
PI33	Física (LP)	BNCC
PI34	Letras com Habilitação em Português/ Espanhol e Respectivas Literaturas (LP)	BNCC
PI35	Educação Física (LP)	BNCC
PI36	Ciências Sociais (LP)	BNCC
PI37	Desenho e Plástica (LP)	BNCC
PI38	Pedagogia (LP)	BNCC
PI39	Matemática (LP)	BNCC
PI40	Letras com Habilitação em Inglês (LP)	BNCC
PI41	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI42	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI43	Engenharia Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI44	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI45	Engenharia com Especialização em Segurança do Trabalho	Controle e Processos Industriais
PI46	Engenharia de Produção Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI47	Engenharia de Produção Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI48	Engenharia de Produção Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI49	Tecnologia em Mecatrônica Industrial	Controle e Processos Industriais
PI50	Engenharia Elétrica - Modalidade Eletrônica	Controle e Processos Industriais
PI51	Tecnologia em Eletrotécnica	Controle e Processos Industriais
PI52	Tecnologia em Manutenção de Máquinas e Equipamentos	Controle e Processos Industriais
PI53	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI54	Engenharia de Materiais	Controle e Processos Industriais
PI55	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI56	Administração	Gestão e Negócios

PI57	Ciências Jurídicas	Gestão e Negócios
PI58	Tecnologia em Processos Gerenciais	Gestão e Negócios
PI59	Administração ("EII" - Técnico com Formação Pedagógica)	Gestão e Negócios
PI60	Administração	Gestão e Negócios
PI61	Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda	Gestão e Negócios
PI62	Ciências Jurídicas	Gestão e Negócios
PI63	Administração	Gestão e Negócios
PI64	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI65	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI66	Administração	Gestão e Negócios
PI67	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI68	Tecnologia em Logística	Gestão e Negócios
PI69	Administração - Habilitação em Gestão de Negócios	Gestão e Negócios
PI70	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI71	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI72	Computação (LP)	Informação e Comunicação
PI73	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI74	Tecnologia em Processamento de Dados	Informação e Comunicação
PI75	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI76	Sistemas de Informação	Informação e Comunicação
PI77	Análise de Sistemas	Informação e Comunicação
PI78	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI79	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI80	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI81	Análise de Sistemas	Informação e Comunicação
PI82	Informática ("EII" - Técnico com Formação Pedagógica)	Informação e Comunicação

Legenda: PI – Professor Indeterminado – LP Licenciatura Plena

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: I6

Ano: 2021

DOCENTES DETERMINADOS			
DOCENTE	TITULAÇÃO	EIXO TECNOLÓGICOS/BNCC	DATA DE CONTRATAÇÃO
PD1	Enfermagem	Ambiente e Saúde	05/08/2019
PD2	Letras - Língua Portuguesa e Inglesa (LP)	BNCC	13/03/2020
PD3	História (LP)	BNCC	13/06/2019
PD4	Letras - Língua Portuguesa e Inglesa (LP)	BNCC	13/03/2020
PD5	Letras com Habilitação em Português e Francês (LP)	BNCC	05/08/2019

PD6	Pedagogia (LP)	BNCC	02/03/2020
PD7	Artes Visuais (LP)	BNCC	04/02/2020
PD8	Pedagogia (LP)	BNCC	05/08/2019
PD9	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC	05/08/2019
PD10	Pedagogia (LP)	BNCC	12/03/2020
PD11	Engenharia Mecânica	Controle e Processos Industriais	05/02/2019
PD12	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais	07/10/2019
PD13	Administração de Empresas	Gestão e Negócios	04/02/2019
PD14	Administração	Gestão e Negócios	02/03/2020
PD15	Administração	Gestão e Negócios	06/02/2020
PD16	Administração	Gestão e Negócios	07/02/2019
PD17	Administração	Gestão e Negócios	13/05/2019
PD18	Ciências Econômicas	Gestão e Negócios	03/02/2020
PD19	Tecnologia em Gestão Financeira	Gestão e Negócios	12/03/2020
PD20	Tecnologia em Logística	Gestão e Negócios	13/03/2020

Legenda: PD – Professor Determinado – LP Licenciatura Plena

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: 17

Ano: 2022

DOCENTES INDETERMINADOS		
DOCENTE	TITULAÇÃO	EIXO TECNOLÓGICOS/BNCC
PI1	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI2	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI3	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI4	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI5	Enfermagem e Obstetrícia	Ambiente e Saúde
PI6	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI7	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI8	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI9	Enfermagem	Ambiente e Saúde
PI10	Geografia (LP)	BNCC
PI11	Língua Portuguesa (LP)	BNCC
PI12	Pedagogia (LP)	BNCC
PI13	Letras com Habilitação em Inglês (LP)	BNCC
PI14	Matemática (LP)	BNCC
PI15	Matemática (LP)	BNCC
PI16	Pedagogia (LP)	BNCC
PI17	Pedagogia (LP)	BNCC
PI18	História (LP)	BNCC
PI19	Letras com Habilitação em Português/ Inglês e Respectivas Literaturas (LP)	BNCC
PI20	Química (LP)	BNCC
PI21	Ciências - Biologia (LP)	BNCC

PI22	Educação Física (LP)	BNCC
PI23	Pedagogia (LP)	BNCC
PI24	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI25	Matemática (LP)	BNCC
PI26	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI27	Pedagogia (LP)	BNCC
PI28	Pedagogia (LP)	BNCC
PI29	Letras (LP)	BNCC
PI30	Inglês (LP)	BNCC
PI31	Física (LP)	BNCC
PI32	Letras com Habilitação em Português/ Espanhol e Respectivas Literaturas (LP)	BNCC
PI33	Ciências Sociais (LP)	BNCC
PI34	Educação Física (LP)	BNCC
PI35	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI36	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI37	Engenharia Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI38	Tecnologia em Manutenção de Máquinas e Equipamentos	Controle e Processos Industriais
PI39	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI40	Engenharia de Produção Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI41	Engenharia com Especialização em Segurança do Trabalho (Qualquer Engenharia)	Controle e Processos Industriais
PI42	Engenharia de Produção Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI43	Engenharia de Produção Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI44	Tecnologia em Mecatrônica Industrial	Controle e Processos Industriais
PI45	Engenharia Elétrica - Modalidade Eletrônica	Controle e Processos Industriais
PI46	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI47	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI48	Ciências Jurídicas	Gestão e Negócios
PI49	Administração	Gestão e Negócios
PI50	Tecnologia em Processos Gerenciais	Gestão e Negócios
PI51	Administração ("EII" - Técnico com Formação Pedagógica)	Gestão e Negócios
PI52	Administração	Gestão e Negócios
PI53	Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda	Gestão e Negócios
PI54	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI55	Administração	Gestão e Negócios
PI56	Administração - Habilitação em Gestão de Negócios	Gestão e Negócios
PI57	Administração	Gestão e Negócios
PI58	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios

PI59	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI60	Computação (LP)	Informação e Comunicação
PI61	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI62	Tecnologia em Processamento de Dados	Informação e Comunicação
PI63	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI64	Análise de Sistemas	Informação e Comunicação
PI65	Sistemas de Informação	Informação e Comunicação
PI66	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI67	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI68	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação

Legenda: PI – Professor Indeterminado – LP Licenciatura Plena

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: I8

Ano: 2022

DOCENTES DETERMINADOS			
DOCE NTE	TITULAÇÃO	EIXO TECNOLÓGICOS/BNCC	DATA DE CONTRATAÇÃO
PD1	Enfermagem	Ambiente e Saúde	13/08/2021
PD2	Enfermagem	Ambiente e Saúde	13/08/2021
PD3	Letras - Língua Portuguesa e Inglesa (LP)	BNCC	13/03/2020
PD4	Matemática (LP)	BNCC	13/05/2021
PD5	Matemática (LP)	BNCC	14/02/2020
PD6	Letras - Língua Portuguesa e Inglesa (LP)	BNCC	13/03/2020
PD7	Pedagogia (LP)	BNCC	12/03/2020
PD8	Letras com Habilitação em Português e Francês (LP)	BNCC	05/08/2019
PD9	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC	05/08/2019
PD10	História (LP)	BNCC	15/06/2021
PD11	Pedagogia (LP)	BNCC	05/08/2019
PD12	Artes Visuais (LP)	BNCC	04/02/2020
PD13	Pedagogia (LP)	BNCC	02/03/2020
PD14	Engenharia Mecânica	Controle e Processos Industriais	15/03/2021
PD15	Administração	Gestão e Negócios	10/02/2021
PD16	Administração	Gestão e Negócios	04/02/2019
PD17	Tecnologia em Gestão Financeira	Gestão e Negócios	12/03/2020
PD18	Administração	Gestão e Negócios	02/03/2020
PD19	Ciências Econômicas	Gestão e Negócios	03/02/2020
PD20	Tecnologia em Logística	Gestão e Negócios	13/03/2020
PD21	Administração	Gestão e Negócios	06/02/2020

Legenda: PD – Professor Determinado – LP Licenciatura Plena

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: 19

Ano: 2023

DOCENTES INDETERMINADOS		
DOCENTE	TITULAÇÃO	EIXO TECNOLÓGICOS/BNCC
PI1	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI2	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI3	Enfermagem e Obstetrícia	Ambiente e Saúde
PI4	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI5	Enfermagem	Ambiente e Saúde
PI6	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI7	Licenciatura em Língua Portuguesa (Equivalente à Licenciatura - Indicação CEE nº 177/2019)	BNCC
PI8	Letras com Habilitação em Inglês (LP)	BNCC
PI9	Pedagogia (LP)	BNCC
PI10	Matemática (LP)	BNCC
PI11	Matemática (LP)	BNCC
PI12	Pedagogia (LP)	BNCC
PI13	História (LP)	BNCC
PI14	Pedagogia (LP)	BNCC
PI15	Geografia (LP)	BNCC
PI16	Letras com Habilitação em Português/ Inglês e Respectivas Literaturas (LP)	BNCC
PI17	Educação Física (LP)	BNCC
PI18	Ciências - Biologia (LP)	BNCC
PI19	Pedagogia (LP)	BNCC
PI20	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI21	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI22	Pedagogia (LP)	BNCC
PI23	Letras (LP)	BNCC
PI24	Educação Artística (LP)	BNCC
PI25	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI26	Pedagogia (LP)	BNCC
PI27	Inglês (LP)	BNCC
PI28	Pedagogia (LP)	BNCC
PI29	Física (LP)	BNCC
PI30	Geografia (LP)	BNCC
PI31	História (LP)	BNCC
PI32	Educação Física (LP)	BNCC
PI33	Ciências Sociais (LP)	BNCC
PI34	Matemática (LP)	BNCC
PI35	Física (LP)	BNCC

PI36	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI37	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI38	Engenharia Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI39	Tecnologia em Manutenção de Máquinas e Equipamentos	Controle e Processos Industriais
PI40	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI41	Engenharia com Especialização em Segurança do Trabalho (Qualquer Engenharia)	Controle e Processos Industriais
PI42	Engenharia de Produção Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI43	Engenharia de Produção Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI44	Engenharia de Produção Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI45	Tecnologia em Mecatrônica Industrial	Controle e Processos Industriais
PI46	Engenharia Elétrica - Modalidade Eletrônica	Controle e Processos Industriais
PI47	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI48	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI49	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI50	Ciências Jurídicas	Gestão e Negócios
PI51	Tecnologia em Processos Gerenciais	Gestão e Negócios
PI52	Administração ("EII" - Técnico com Formação Pedagógica)	Gestão e Negócios
PI53	Administração	Gestão e Negócios
PI54	Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda	Gestão e Negócios
PI55	Administração	Gestão e Negócios
PI56	Administração	Gestão e Negócios
PI57	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI58	Administração - Habilitação em Gestão de Negócios	Gestão e Negócios
PI59	Administração	Gestão e Negócios
PI60	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI61	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI62	Computação (LP)	Informação e Comunicação
PI63	Tecnologia em Processamento de Dados	Informação e Comunicação
PI64	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI65	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI66	Análise de Sistemas	Informação e Comunicação
PI67	Sistemas de Informação	Informação e Comunicação
PI68	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI69	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI70	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação

Legenda: PI – Professor Indeterminado – LP Licenciatura Plena

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: I10

Ano: 2023

DOCENTES DETERMINADOS			
DOCE NTE	TITULAÇÃO	EIXO TECNOLÓGICOS/BNCC	DATA DE CONTRATAÇÃO
PD1	Enfermagem	Ambiente e Saúde	13/08/2021
PD2	Enfermagem	Ambiente e Saúde	05/04/2022
PD3	Enfermagem	Ambiente e Saúde	11/04/2022
PD4	Física (LP)	BNCC	25/07/2022
PD5	Matemática (LP)	BNCC	13/05/2021
PD6	Ciências com Habilitação em Biologia (LP)	BNCC	11/04/2022
PD7	História (LP)	BNCC	11/02/2022
PD8	Química (LP)	BNCC	03/08/2022
PD9	Física (LP)	BNCC	10/02/2022
PD10	Matemática (LP)	BNCC	10/02/2022
PD11	Educação Artística (LP)	BNCC	07/02/2022
PD12	Letras com Habilitação em Português/ Espanhol e Respectivas Literaturas (LP)	BNCC	01/06/2022
PD13	Ciências Sociais (LP)	BNCC	07/04/2022
PD14	Pedagogia (LP)	BNCC	07/04/2022
PD15	Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa com as Respectivas Literaturas (LP)	BNCC	07/04/2022
PD16	Engenharia Mecânica	Controle e Processos industriais	15/03/2021
PD17	Engenharia Elétrica	Controle e Processos industriais	22/06/2022
PD18	Administração	Gestão e Negócios	04/02/2019
PD19	Administração	Gestão e Negócios	10/02/2021
PD20	Tecnologia em Logística	Gestão e Negócios	10/02/2022
PD21	Tecnologia em Processos Gerenciais	Gestão e Negócios	04/02/2022
PD22	Administração	Gestão e Negócios	07/02/2022
PD23	Sistemas de Informação	Informação e Comunicação	03/08/2022
PD24	Engenharia da(de) Computação	Informação e Comunicação	04/08/2022

Legenda: PD – Professor Determinado – LP Licenciatura Plena

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: I11

Ano: 2024

DOCENTES INDETERMINADOS		
DOCENTE	TITULAÇÃO	EIXO TECNOLÓGICOS/BNCC
PI1	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI2	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI3	Enfermagem e Obstetrícia	Ambiente e Saúde
PI4	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde

PI5	Enfermagem (LP)	Ambiente e Saúde
PI6	Enfermagem	Ambiente e Saúde
PI7	Licenciatura em Língua Portuguesa (Equivalente à Licenciatura Plena)	BNCC
PI8	Letras com Habilitação em Inglês (LP)	BNCC
PI9	Pedagogia (LP)	BNCC
PI10	Matemática (LP)	BNCC
PI11	Matemática (LP)	BNCC
PI12	História (LP)	BNCC
PI13	Pedagogia (LP)	BNCC
PI14	Pedagogia (LP)	BNCC
PI15	Pedagogia (LP)	BNCC
PI16	Geografia (LP)	BNCC
PI17	Letras com Habilitação em Português/ Inglês e Respectivas Literaturas (LP)	BNCC
PI18	Educação Física (LP)	BNCC
PI19	Ciências - Biologia (LP)	BNCC
PI20	Pedagogia (LP)	BNCC
PI21	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI22	Pedagogia (LP)	BNCC
PI23	Letras (LP)	BNCC
PI24	Inglês (LP)	BNCC
PI25	Educação Artística (LP)	BNCC
PI26	Pedagogia (LP)	BNCC
PI27	Pedagogia (LP)	BNCC
PI28	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI29	Física (LP)	BNCC
PI30	Geografia (LP)	BNCC
PI31	Educação Física (LP)	BNCC
PI32	História (LP)	BNCC
PI33	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI34	Ciências Sociais (LP)	BNCC
PI35	Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP)	BNCC
PI36	Química (LP)	BNCC
PI37	Matemática (LP)	BNCC
PI38	Matemática (LP)	BNCC
PI39	Letras com Habilitação em Espanhol (LP)	BNCC
PI40	Pedagogia (LP)	BNCC
PI41	Física (LP)	BNCC
PI42	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI43	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI44	Engenharia Mecânica	Controle e Processos Industriais

PI45	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI46	Tecnologia em Manutenção de Máquinas e Equipamentos	Controle e Processos Industriais
PI47	Engenharia de Produção Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI48	Engenharia com Especialização em Segurança do Trabalho (Qualquer Engenharia)	Controle e Processos Industriais
PI49	Engenharia de Produção Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI50	Engenharia de Produção Mecânica	Controle e Processos Industriais
PI51	Tecnologia em Mecatrônica Industrial	Controle e Processos Industriais
PI52	Engenharia Elétrica - Modalidade Eletrônica	Controle e Processos Industriais
PI53	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI54	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI55	Engenharia de Controle e Automação	Controle e Processos Industriais
PI56	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
PI57	Ciências Jurídicas	Gestão e Negócios
PI58	Tecnologia em Processos Gerenciais	Gestão e Negócios
PI59	Administração ("EII" - Técnico com Formação Pedagógica)	Gestão e Negócios
PI60	Administração	Gestão e Negócios
PI61	Administração	Gestão e Negócios
PI62	Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda	Gestão e Negócios
PI63	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI64	Administração	Gestão e Negócios
PI65	Administração - Habilitação em Gestão de Negócios	Gestão e Negócios
PI66	Administração	Gestão e Negócios
PI67	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI68	Administração	Gestão e Negócios
PI69	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	Gestão e Negócios
PI70	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI71	Direito	Gestão e Negócios
PI72	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios
PI73	Computação (LP)	Informação e Comunicação
PI74	Tecnologia em Processamento de Dados	Informação e Comunicação
PI75	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI76	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI77	Análise de Sistemas	Informação e Comunicação
PI78	Sistemas de Informação	Informação e Comunicação
PI79	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
PI80	Tecnologia em Redes de Computadores	Informação e Comunicação
PI81	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação

PI82	Ciência(s) da(de) Computação	Informação e Comunicação
------	------------------------------	--------------------------

Legenda: PI – Professor Indeterminado – LP Licenciatura Plena

Fonte: elaborado pelo pesquisador

Quadro nº: I12

Ano: 2024

DOCENTES DETERMINADOS			
DOCE NTE	TITULAÇÃO	EIXO TECNOLÓGICOS/BNCC	DATA DE CONTRATAÇÃO
PD1	Enfermagem	Ambiente e Saúde	13/08/2021
PD2	Enfermagem	Ambiente e Saúde	16/08/2023
PD3	Enfermagem	Ambiente e Saúde	01/08/2023
PD4	Ciências com Habilitação em Biologia (LP)	BNCC	11/04/2022
PD5	Física (LP)	BNCC	25/07/2022
PD6	Letras - Língua Portuguesa e Inglesa (LP)	BNCC	06/04/2023
PD7	Química (LP)	BNCC	25/07/2022
PD8	Matemática (LP)	BNCC	10/02/2022
PD9	Física (LP)	BNCC	10/02/2022
PD10	História (LP)	BNCC	11/02/2022
PD11	Educação Artística (LP)	BNCC	07/02/2022
PD12	Filosofia (LP)	BNCC	06/04/2023
PD13	Física (LP)	BNCC	22/06/2023
PD14	Física (LP)	BNCC	22/06/2023
PD15	Música (LP)	BNCC	10/08/2023
PD16	Arte (LP)	BNCC	10/08/2023
PD17	Letras com Habilitação em Português e Espanhol (LP)	BNCC	14/04/2023
PD18	Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa com as Respectivas Literaturas (LP)	BNCC	07/04/2022
PD19	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais	02/08/2023
PD20	Engenharia Industrial Mecânica	Controle e Processos Industriais	18/04/2023
PD21	Tecnologia em Logística	Gestão e Negócios	10/02/2022
PD22	Tecnologia em Processos Gerenciais	Gestão e Negócios	04/02/2022
PD23	Administração	Gestão e Negócios	07/02/2022
PD24	Direito	Gestão e Negócios	06/04/2023
PD25	Administração	Gestão e Negócios	01/06/2023
PD26	Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica	Gestão e Negócios	06/09/2023
PD27	Ciências Contábeis	Gestão e Negócios	21/03/2023
PD28	Sistemas de Informação	Informação e Comunicação	03/08/2022
PD29	Engenharia da(de) Computação	Informação e Comunicação	04/08/2022

Legenda: PD – Professor Determinado – LP Licenciatura

Fonte: elaborado pelo pesquisado

APÊNDICE 12

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO GESTORA

Autor: Ricardo Barbosa de Castro

Título da pesquisa: ALTERAÇÕES CURRICULARES NO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM INFORMÁTICA DE UMA ETEC: IMPLICAÇÕES PARA GESTORES E DOCENTES

Proposta de Intervenção

Esta proposta é produto da pesquisa supracitada. Será desenvolvida pelo autor na escola onde os dados foram coletados e onde é diretor, em 2025.

APRESENTAÇÃO

As alterações curriculares na Etec mexem significativamente com a vida escolar; no entanto, nem sempre essas mudanças são acompanhadas de suporte adequado aos gestores e professores, o que pode comprometer a qualidade do ensino. Um dos grandes desafios das alterações curriculares é estabelecer conexões entre as mudanças propostas pelo sistema educacional e as ações pedagógicas/administrativas requeridas das escolas diante das normas com vistas a um trabalho eficaz e coerente.

O professor precisa estar ciente das mudanças que se pretende implantar e ser envolvido no processo para que possa contribuir ativamente com a sua experiência pedagógica e conhecimento técnico; diante desta perspectiva, o grande desafio passa a ser a busca pela integração entre os membros da equipe escolar e por estas razões, propõe-se algumas estratégias para atenuar e garantir uma transição curricular mais eficiente.

A gestão escolar tem um papel estratégico na condução das mudanças curriculares, uma vez que cabe-lhe promover a participação dos professores no processo de implementação das alterações, considerando recursos e infraestrutura disponível à implementação das mudanças, sendo que a falta de planejamento e comunicação pode resultar em dificuldades na implementação das novas diretrizes.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA REALIZADA

O tema da pesquisa são as mudanças curriculares no curso de Informática de uma Escola Técnica (Etec) de nível médio (M-Tec) do estado de São Paulo, vinculada ao Centro Paula Souza (CPS). Tomou-se por foco central as mudanças provocadas pelo Novo Ensino Médio (2017) e pela BNCC-EM (2018), considerando-se, em especial, os Itinerários Formativos. A pesquisa se justificou porque as mudanças curriculares no Ensino Médio são recorrentes, sendo que as recentes têm gerado polêmicas.

O objetivo principal foi analisar a reorganização curricular promovida pelo Novo Ensino Médio (NEM) (Brasil, 2017) em conjunto com a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) (Brasil, 2018) no que tange à proposta dos itinerários formativos e suas repercussões na atuação dos gestores escolares e dos professores. Foram objetivos secundários examinar: (a) a formação dos professores da Base Comum Curricular e a dos professores da Área Técnica do curso de Informática; (b) o processo de integração das modalidades de ensino; (c) a participação da gestão escolar nas ações integradoras propostas no Plano Escolar, no Projeto Político Pedagógico e no Plano Plurianual de Gestão.

Para atender aos objetivos, foi realizada uma análise documental, tendo como recorte temporal, o período de 1998 a 2024 para a realização do estudo longitudinal. O percurso de análise documental das matrizes fez uma intersecção entre as ações escolares e as mudanças provocadas pelas orientações legais no contexto pedagógico e político do Ensino Médio e Técnico nesse período. Foram examinados os seguintes documentos: Matrizes Curriculares, Plano Plurianual de Gestão, Projeto Político Pedagógico e Catálogo de Requisitos do Centro Paula Souza.

Como principais conclusões, destaca-se que, com o aumento da complexidade da organização curricular:

- ✓ os gestores passaram a enfrentar desafios cada vez maiores para garantir as condições de infraestrutura e recursos humanos para atender às mudanças formais que foram de grande impacto na realidade da escola;
- ✓ a demanda por atualização, formação continuada dos professores também aumentou, exigindo uma nova dinâmica para o trabalho escolar, o que ocorreu com muitas dificuldades na prática;
- ✓ a falta de conexão entre as propostas da formação geral e a formação técnica dificultou a organização escolar, visto que muitos professores não possuem formação ou experiência

adequada para lidar com as demandas interdisciplinares propostas pelos itinerários; nesse aspecto, a eficácia e aplicabilidade das mudanças é relativa;

- ✓ ocorre uma intrincada relação entre as demandas práticas da administração central e os princípios democráticos, éticos e pedagógicos: os gestores, a cada mudança, necessitam enfrentar desafios de ordem institucional e local, quanto ao cumprimento de metas de produtividade, pressão por resultados, necessidade de inovação constante e implementação de uma gestão democrática em um ambiente hierarquizado e de pouca autonomia;
- ✓ a gestão escolar tem muita dificuldade em promover a integração e a formação docente para o desenvolvimento de metodologias ativas e de práticas inovadoras conforme proposto no NEM, considerando toda a conjuntura que envolve o exercício gestor.
- ✓ observa-se neste cenário indicadores negativos à construção da identidade escolar devido ao grande número de professores contratados (determinados), o que causa grande rotatividade docente.

Espera-se como resultado da pesquisa guiar e estruturar as ações e atividades na Unidade Escolar, fornecer diretrizes para o alcance de metas educacionais e de gestão, promover a transparência e facilitar o acompanhamento e avaliação das ações planejadas.

INFORMAÇÕES SOBRE A ESCOLA

Localizada no interior de São Paulo, na área central, atualmente denominada “Etec Professor Armando Bayeux da Silva”, conta com Ensino Médio e Técnico modular em onze habilitações profissionais: Administração, Automação Industrial, Mecatrônica, Enfermagem, Desenvolvimento de Sistemas, Logística, Recursos Humanos, Contabilidade, Mecânica, Eletroeletrônica, Eletromecânica. Atende cerca de 1.300 alunos distribuídos nos três períodos da U.E e Classes Descentralizadas na cidade de Santa Gertrudes, atendendo a região (Araras, Leme, Ipeúna, Corumbataí, Cordeirópolis, Santa Gertrudes).

PROBLEMAS OBSERVADOS

- ✓ condições de infraestrutura e recursos humanos para atender às mudanças;
- ✓ demanda por atualização, formação continuada dos professores e novas dinâmicas para o trabalho escolar;
- ✓ conexão entre as propostas da formação geral e a formação técnica;

- ✓ conciliação entre demandas da administração central (metas de produtividade, pressão por resultados, decisões centralizadas) e os princípios democráticos, éticos, pedagógicos e de autonomia da escola;
- ✓ promoção da integração e da formação docente para o desenvolvimento de metodologias ativas e de práticas inovadoras;
- ✓ indicadores negativos à construção da identidade escolar devido ao grande número de professores contratados (determinados), o que causa grande rotatividade docente.

PROBLEMA PRIORIZADO

Necessidade de um plano de ação escolar mais efetivo que promova a integração de gestores e professores em torno das mudanças curriculares.

OBJETIVOS

- **Fortalecer a formação continuada dos professores** (promover capacitações periódicas para garantir aos docentes o preparo para as novas diretrizes curriculares).
- **Ampliar a comunicação entre professores e gestores** (criar canais de diálogo e reuniões estratégicas para alinhar a implementação das mudanças curriculares).
- **Adaptar o Currículo às necessidades da escola e áreas profissionalizantes** (incluir projetos específicos que atendam às demandas locais dos cursos sem ferir as normas curriculares).

AÇÕES PROPOSTAS

1 - Fortalecer a Formação Continuada dos Professores

Nem sempre as mudanças são acompanhadas de suporte adequado aos professores, o que pode comprometer a qualidade do ensino. A formação continuada dos docentes é essencial para garantir que as alterações curriculares sejam implementadas na escola de maneira eficaz. A implementação das alterações curriculares tem como objetivo estruturar um plano de formação continuada voltado à capacitação dos professores sobre as novas diretrizes curriculares, metodologias e inovações tecnológicas.

As alterações dificilmente consideram as particularidades dos cursos com base na unidade escolar e seus componentes curriculares, abordagens genéricas são comuns e

enfraquecem a capacidade de respostas às necessidades locais e quando impostas geram resistências.

A formação continuada como etapa do planejamento escolar permitiria: criação de espaços de interação no planejamento da própria escola para discussões sobre as alterações curriculares; atualização dos professores sobre as novas diretrizes curriculares e sua fundamentação teórica; desenvolvimento de competências à utilização de metodologias ao ensino técnico; estímulo e adoção de tecnologias educacionais como suporte ao ensino; criação de estratégias de integração entre gestores e docentes para um alinhamento curricular eficiente.

Compreende-se que, sem esse suporte, os professores ficariam limitados em sua atuação em sala de aula e conseqüentemente afetaria o desempenho dos alunos.

Metodologia

- Implementação de cursos de capacitação periódicos com estudo de matrizes.
- Criação de grupos de estudo e compartilhamento de boas práticas entre professores.
- Uso de plataformas para aprendizado autônomo e webinars interativos.

2. Ampliar a Comunicação entre Professores e Gestores (gestão participativa)

Um dos grandes desafios das mudanças curriculares é a integração entre professores e gestores. A falta de comunicação e planejamento conjunto pode resultar em dificuldades na implementação das novas diretrizes. Os professores precisam estar cientes das mudanças e ser envolvidos no processo de reformulação curricular para que possam contribuir ativamente com sua experiência pedagógica e conhecimento técnico.

Além disso, a ausência de um plano estratégico de fomento entre os docentes e os materiais de apoio, podem comprometer a efetividade das mudanças. Sem esse suporte, os professores acabam sobrecarregados, comprometendo a atuação em sala de aula, conseqüentemente, o desempenho dos alunos.

Metodologia

- **Criação de um Comissão de Integração Curricular** composto por representantes dos docentes, gestores e coordenadores pedagógicos, responsáveis por acompanhar e avaliar a implementação das mudanças curriculares e realização de reuniões mensais para discutir desafios e avanços.

- **Reuniões Periódicas** com encontros bimestrais para discutir desafios, avanços e sugestões. Utilização de metodologias, como estudos de caso e rodas de conversa, alinhadas a **comunicação digital**, desenvolvimento de um espaço online para compartilhamento de informações, disponibilização de materiais explicativos e espaços para tirar dúvidas e fórum interativo para troca de experiências entre professores e gestores.

- **Pesquisa de Opinião e Avaliação Contínua com a** aplicação de questionários semestrais para avaliar o impacto das mudanças e uso dos dados coletados para ajustes e melhorias contínuas no processo.

3. Adaptar o Currículo às necessidades da escola e áreas profissionalizantes

Adaptar o currículo não significa desobedecer às normas, mas implementar ações com base na realidade escolar, a fim de que as diretrizes curriculares sejam cumpridas de maneira prática e eficaz diante das necessidades da escola e das áreas profissionalizantes, garantindo maior alinhamento com as demandas do mercado e com a realidade local.

Metodologia

- Diagnóstico das Necessidades do Mercado e da Escola através de visitas técnicas e entrevistas com empresários, sindicatos e profissionais das áreas técnicas ofertadas pela escola, com levantamento de dados sobre empregabilidade dos egressos e análise das demandas do setor produtivo.

- Formação de uma Equipe de Revisão Curricular, grupo composto por gestores, coordenadores pedagógicos, professores, alunos e representantes do setor produtivo com reuniões periódicas para analisar os diagnósticos e propor mudanças no currículo (Conselho de Escola).

- Ajuste de matrizes curriculares com base no aumento ou diminuição de professores nas turmas através de planejamento e integração de projetos interdisciplinares que liguem teoria e prática, inserção de competências socioemocionais na formação dos alunos, ampliação do uso de laboratórios, simuladores e ferramentas digitais para o ensino técnico e criação de parcerias para estágios, visitas técnicas e participação de profissionais da área na formação dos alunos.

PESSOAL ENVOLVIDO

- Gestor escolar (diretor/coordenador)
- Professores
- Equipe pedagógica
- Funcionários administrativos
- Alunos
- Pais e responsáveis
- Conselho Escolar
- Representantes da comunidade

RECURSOS MATERIAIS

- Espaço físico da escola (salas de aula, auditório, biblioteca)
- Materiais pedagógicos e didáticos
- Equipamentos multimídia (projetores, computadores)
- Internet
- Impressão de materiais informativos
- Formulários de avaliação e acompanhamento
- Documentação oficial e referenciais curriculares
- Softwares educacionais para planejamento e acompanhamento
- Capacitação e materiais para formação continuada de professores

PERÍODO

Duração: 6 meses (com possibilidade de extensão conforme resultados e necessidades)

ACOMPANHAMENTO**O acompanhamento será feito por meio de:**

- Reuniões periódicas entre a equipe gestora, professores e demais envolvidos
- Aplicação de questionários para avaliar a percepção da comunidade escolar
- Relatórios bimestrais de avanço das ações
- Registros de participação em atividades
- Ajustes e replanejamento das estratégias conforme necessidade

AVALIAÇÃO

Como avaliação da Proposta, serão desenvolvidos:

- **Pesquisa de Opinião e Avaliação Contínua com a** aplicação de questionários semestrais para avaliar o impacto das mudanças e uso dos dados coletados para ajustes e melhorias contínuas no processo.
- Diagnóstico das Necessidades do Mercado e da Escola através de visitas técnicas e entrevistas com empresários, sindicatos e profissionais das áreas técnicas ofertadas pela escola, com levantamento de dados sobre empregabilidade dos egressos e análise das demandas do setor produtivo.

RESULTADOS ESPERADOS

- Melhoria da qualidade das informações, recepção e alinhamento entre professores e gestores.
- Maior participação dos docentes nas decisões curriculares.
- Implementação mais eficiente das alterações curriculares.
- Redução da resistência e das dificuldades de adaptação às mudanças.
- Fortalecimento da cultura de colaboração na comunidade escolar.

CONCLUSÃO

As mudanças curriculares são comuns e necessárias na Etec, visam a melhoria da qualidade dos cursos técnicos diante das transformações tecnológicas. No entanto, a forma como essas alterações são conduzidas podem determinar o sucesso ou fracasso de todo trabalho pedagógico e administrativo, pois sem uma abordagem estratégica que envolva a formação continuada dos professores, planejamento conjunto entre gestores e professores (ampliação da comunicação) e adaptação curricular, tais mudanças correm o risco de se tornarem meras adaptações burocráticas, sem impacto real na qualidade do ensino. Portanto, é imprescindível que as alterações curriculares no ambiente escolar sejam igualmente planejadas e contextualizadas, assim será possível oferecer uma formação mais qualificada e conectada à realidade da escola.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- FALSARELLA, Ana Maria. **Gestão Escolar e o Papel do Gestor**. Campinas: Papirus, 2019.
- MORAN, José Manuel. **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora**. São Paulo: Penso, 2018.
- SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Cronograma-síntese

Objetivos	Período	Metodologia	Pessoal envolvido	Recursos materiais
- Fortalecer a formação continuada dos professores (promover capacitações periódicas para garantir aos docentes o preparo para as novas diretrizes curriculares). - Ampliar a comunicação entre professores e gestores (criar canais de diálogo e reuniões estratégicas para alinhar a implementação das mudanças curriculares). - Adaptar o Currículo às necessidades da escola e áreas profissionalizantes (incluir projetos específicos que atendam às demandas locais dos cursos sem ferir as normas curriculares).	Semestral	. Capacitação docente periódica com estudo de matrizes. . Criação de grupos de estudo e compartilhamento de boas práticas entre professores. . Uso de plataformas para aprendizado autônomo e webinars interativos. . Criação de Comissão de Integração Curricular (representantes dos docentes, gestores e coordenadores pedagógicos) . Reuniões Periódicas bimestrais para discutir desafios, avanços e sugestões, estudos de situações-problema e rodas de conversa; . Comunicação digital com criação de espaço online para compartilhamento de informações, disponibilização de materiais explicativos, espaços para dúvidas e fórum interativo para	-Gestor escolar (diretor/coordenador) -Professores -Equipe pedagógica -Funcionários administrativos -Alunos -Pais e responsáveis -Conselho Escolar -Representantes da comunidade.	- Espaço físico da escola (salas de aula, auditório, biblioteca) - Materiais pedagógicos e didáticos - Equipamentos multimídia (projetores, computadores) - Internet - Impressão de materiais informativos - Formulários de avaliação e acompanhamento - Documentação oficial e referenciais curriculares - Softwares educacionais para planejamento e acompanhamento - Capacitação e materiais para formação continuada de professores.

		troca de experiências entre professores e gestores. . Formação de uma Equipe de Revisão Curricular composta por gestores, coordenadores pedagógicos, professores, alunos e representantes do setor produtivo com reuniões periódicas . Ajuste de matrizes curriculares através de planejamento e integração de projetos interdisciplinares que liguem teoria e prática, inserção de competências socioemocionais na formação dos alunos, ampliação do uso de laboratórios, simuladores e ferramentas digitais para o ensino técnico; . Criação de parcerias para estágios, visitas técnicas e participação de profissionais da área na formação dos alunos.		
Acompanhamento	- Avaliações orais e escritas; - Observações pela equipe gestora.			
Avaliação	- Pesquisa de Opinião e Avaliação Contínua (aplicação de questionários); - Diagnóstico das Necessidades do Mercado e da Escola (visitas técnicas e entrevistas com empresários, sindicatos e profissionais das áreas técnicas ofertadas pela escola, levantamento de dados sobre empregabilidade e análise das demandas).			